

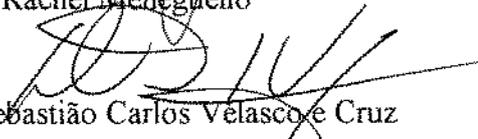
GABRIELA DA SILVA TAROUÇO

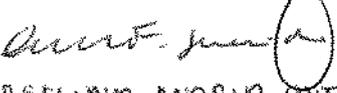
O PARTIDO DA FRENTE LIBERAL:
TRAJETÓRIA E PAPEL NO SISTEMA POLÍTICO

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de Ciência
Política do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação
da Profa. Dra. Argelina Maria Cheibub
Figueiredo.

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
24 / 02 / 99 .


Profa. Dra. Rachel Meneguello

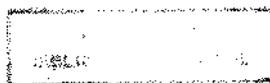

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz


Prof. Dr. ARGELINA MARIA CHEIBUB FIGUEIREDO

Fevereiro / 1999

T176p

37337/BC



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	T/1760
V.	Es.
TOMEC BC/	37337
PROC.	229/99
c	<input type="checkbox"/>
o	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$11,00
DATA	23/04/99
N.º CPD	

CM-00122470-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Tarouco, Gabriela da Silva
T 176 p O Partido da Frente Liberal : trajetória e papel no sistema político / Gabriela da Silva Tarouco. - - Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador: Argelina Maria Cheibub Figueiredo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partidos políticos - Brasil. 2. Partido da Frente Liberal (Brasil). 3. Liberalismo. I. Figueiredo, Argelina Maria Cheibub. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui minha gratidão a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço ao CNPq e ao FAEP o apoio financeiro.

Agradeço à professora Argelina o estímulo, a firmeza, a paciência e a generosidade com que acompanhou cada etapa do trabalho. Foi um privilégio contar com a sua orientação.

Agradeço aos colegas de trabalho pela compreensão, aos funcionários do IFCH, do PFL e do TSE pela colaboração, aos professores Sebastião e Rachel pelas observações, enfim, a todos que, mesmo não sendo citados aqui, prestaram o incentivo indispensável à conclusão deste trabalho.

Agradeço especialmente a Lucia, minha mãe, pela revisão do texto e principalmente pelo apoio constante, pela convicção e pela confiança (muito maior que a minha) em bons resultados. Foram as suas expectativas que, muitas vezes, me impediram de desistir.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E PARTIDOS	5
LISTA DE TABELAS	7
RESUMO	8
1. INTRODUÇÃO	9
2. PARTIDOS POLÍTICOS: BASES E TIPOS DE ATUAÇÃO	13
A visão clássica dos partidos políticos	13
<i>Origem e composição dos partidos políticos</i>	13
<i>O partido como organização</i>	15
Uma abordagem teórica alternativa	17
Estudos sobre partidos no Brasil	19
3. A ORIGEM DO PFL	25
O PFL e a transição	25
O processo de dissidência do PDS	27
4. A TRAJETÓRIA ELEITORAL DO PFL	33
Eleições para os cargos executivos municipais	33
Eleições para os cargos executivos estaduais	45
Eleições para o Congresso	53
5. ORGANIZAÇÃO INTERNA: IDENTIDADE E CENTRALIZAÇÃO	65
Identidade e formação política dos quadros	65
<i>O liberalismo do PFL</i>	68
<i>Formulação de projetos políticos próprios</i>	70

Centralização organizacional	72
<i>A organização formal</i>	73
<i>Controle sobre as instâncias partidárias: as intervenções</i>	83
6. O PFL COMO UM “PARTIDO DE GOVERNO” E PARLAMENTAR	86
Participação nos governos	86
Atuação parlamentar	90
<i>Durante a Constituinte</i>	91
<i>Durante o período 89-94</i>	93
Fatores institucionais	95
7. CONCLUSÕES	101
BIBLIOGRAFIA	104
DOCUMENTOS E MATERIAL DE IMPRENSA	107
ANEXOS	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALFA - Ação Liberal Feminina

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FSP - Folha de São Paulo

ITN - Instituto Tancredo Neves

LOPP - Lei Orgânica dos Partidos Políticos

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

OESP - O Estado de São Paulo

PPD - Pequenos Partidos de Direita

PPE - Pequenos Partidos de Esquerda

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UDN - União Democrática Nacional

LISTA DOS PARTIDOS CITADOS

N ^o	SIGLA	NOME DO PARTIDO
11	PDS/PPR/PPB ¹	Partido Democrático Social / Partido Progressista Reformador / Partido Progressista Brasileiro
12	PDT	Partido Democrático Trabalhista
13	PT	Partido dos Trabalhadores
14	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
15	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
17	PDC	Partido Democrata Cristão
20	PSC	Partido Social Cristão
22	PL	Partido Liberal
23	PCB/PPS ²	Partido Comunista Brasileiro / Partido Popular Socialista
25	PFL	Partido da Frente Liberal
26	PMB	Partido Municipalista Brasileiro
28	PTR	Partido Trabalhista Renovador
33	PMN	Partido da Mobilização Nacional
36	PJ/PRN ³	Partido da Juventude / Partido da Reconstrução Nacional
39	PP	Partido Progressista
40	PSB	Partido Socialista Brasileiro
41	PSD	Partido Social Democrático
43	PV	Partido Verde
44	PRP	Partido Republicano Progressista
45	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
52/18	PST	Partido Social Trabalhista
56	PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
59	PSL	Partido do Solidarismo Libertador
65	PCdoB	Partido Comunista do Brasil
71	PRS	Partido das Reformas Sociais

¹ O PDS fundiu-se com o PDC em 1993, formando o PPR, que por sua vez fundiu-se com o PP em 1995, formando o PPB.

² Mudou de nome em 1991.

³ Mudou de nome em 1989.

LISTA DE TABELAS

N ^o	TÍTULO DA TABELA	PÁGINA
1	Resultado da votação da Emenda Dante de Oliveira - 1984	29
2	Deputados Federais que assinaram o Manifesto de Fundação do PFL, por partido e voto na Emenda Dante de Oliveira - 1984.	31
3	Número de Prefeitos eleitos, por partido - 1985.	35
4	Distribuição dos Prefeitos eleitos pelo PFL, por região - 1985.	36
5	Número de Prefeitos eleitos, por partido - 1988.	37
6	Distribuição dos Prefeitos eleitos pelo PFL, por região - 1988.	38
7	Número de Prefeitos eleitos, por partido - em 1992.	39
8	Distribuição dos Prefeitos eleitos pelo PFL, por região - 1992.	40
9	Número de Prefeitos eleitos, por partido - 1996.	41
10	Distribuição dos Prefeitos eleitos pelo PFL, por região - 1996.	42
11	Proporção dos prefeitos eleitos pelo PFL, por estado, de 1985 a 1996.	43
12	Evolução da distribuição dos prefeitos eleitos pelo PFL, por região, de 1985 a 1996.	45
13	Número de Governadores eleitos, por partido - 1986.	46
14	Número de Governadores eleitos, por partido - 1990.	47
15	Distribuição dos Governadores eleitos pelo PFL, por região - 1990.	48
16	Número de Governadores eleitos, por partido - 1994.	48
17	Número de Governadores eleitos, por partido - 1998.	49
18	Distribuição dos Governadores eleitos pelo PFL, por região - 1998.	50
19	Partidos dos Governadores eleitos de 1986 a 1998.	51
20	Evolução da distribuição dos Governadores eleitos pelo PFL, por região, de 1986 a 1998.	52
21	Número de Parlamentares eleitos, por partido - 1986.	54
22	Distribuição dos Parlamentares eleitos pelo PFL, por região - 1986.	55
23	Número de Parlamentares eleitos, por partido - 1990.	56
24	Distribuição dos Parlamentares eleitos pelo PFL, por região - 1990.	57
25	Número de Parlamentares eleitos, por partido - em 1994.	58
26	Distribuição dos Parlamentares eleitos pelo PFL, por região - 1994.	59
27	Número de Parlamentares eleitos, por partido - 1998.	60
28	Distribuição dos Parlamentares eleitos pelo PFL, por região - 1998.	61
29	Porcentagem de Parlamentares eleitos pelo PFL de 1986 a 1998.	62
30	Evolução da distribuição dos Parlamentares eleitos pelo PFL por região de 1986 a 1998.	64
31	Composição das Comissões Executivas	83
32	Porcentagem de Deputados Federais em cada mandato, por partido, em cada legislatura.	98

RESUMO

A trajetória do Partido da Frente Liberal e o seu papel no sistema político brasileiro são discutidos a partir do seu desempenho eleitoral, da sua atuação parlamentar e da sua participação nos governos. O objetivo é mostrar que a trajetória e o papel do PFL têm sido profundamente influenciados pela sua origem (dissidência do PDS), por fatores de natureza institucional (do sistema eleitoral e do funcionamento do legislativo) e principalmente pela estratégia de desenvolvimento adotada pelo partido: aproximação com o Estado aliada a um processo de reorganização interna. A abordagem recorre tanto à teoria clássica dos partidos políticos quanto a uma explicação alternativa para dar conta do desenvolvimento do PFL num contexto de declínio dos partidos de massa. A análise do desempenho eleitoral permite classificar o PFL como partido predominantemente parlamentar e evidencia o poder detido em função de sua bancada no Congresso. A participação nos governos é ao mesmo tempo resultado desse poder parlamentar e a fonte de recursos políticos eleitoralmente rentáveis. A organização interna foi reformulada para conferir identidade política própria ao partido através da formação doutrinária dos quadros e para conferir mais eficiência à obtenção e ao aproveitamento dos recursos políticos advindos das relações com o Estado. Tudo isso coloca o PFL como elemento fundamental para a governabilidade no Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O Partido da Frente Liberal surgiu como alternativa numa conjuntura de transição e acabou se firmando no cenário político brasileiro como um dos maiores partidos nacionais. Mais do que descrever o partido e sua formação, este trabalho pretende investigar o processo que fez do PFL o maior partido no Congresso Nacional e, mais que um interlocutor inevitável, a fonte certa de apoio para todos os governos do período.

A narrativa, ainda que sumária, do surgimento do PFL no contexto da transição do regime militar é importante para mostrar o ponto de partida desta trajetória de crescimento. A Frente Liberal foi formada com o objetivo específico de propor uma candidatura alternativa ao Colégio Eleitoral que escolheria o Presidente da República em 1985. Seus quadros foram compostos de políticos vindos do PDS, que detinham cargos no regime militar, e que trouxeram para o novo partido valiosos recursos eleitorais. A criação do novo partido se deu vinculada à formação de uma coalizão com o partido de oposição ao regime (o PMDB) na Aliança Democrática, que, além de dissociar os membros da Frente Liberal da imagem de “sócios do regime”, garantiu sua ampla participação no governo da Nova República. A formação do PFL foi enfim uma estratégia dos quadros “anti-malufistas” do PDS para assegurar sua permanência no novo quadro político nacional.

Mas o fato é que, muito mais do que garantir algum espaço no poder, o PFL cresceu e se desenvolveu de uma forma peculiar: manteve o seu maior peso eleitoral no Nordeste mas conquistou enorme influência em nível nacional; manteve em seus quadros nomes tradicionais da política brasileira mas elaborou um projeto político próprio; beneficiou-se por anos da aliança com o maior partido nacional, o PMDB, e a substituiu pela aliança com o PSDB, que elegeu o Presidente da República em 1994.

A trajetória do PFL será examinada do ponto de vista do seu desempenho eleitoral, da sua atuação parlamentar e da participação nos governos. Estes três aspectos do desenvolvimento do PFL têm sido profundamente marcados pela origem do partido, pelas estratégias adotadas por ele e por fatores de natureza institucional. O PFL apresenta uma trajetória de fortalecimento partidário e assume um papel fundamental no sistema político, servindo de base de apoio para todos os governos desde a sua fundação.

As referidas estratégias compreendem o apoio aos governos, direcionado à obtenção de recursos políticos, e uma reorganização interna que conferiu maior eficiência à gestão de tais

recursos. Os fatores institucionais que têm favorecido o PFL compreendem regras do sistema eleitoral e regras decisórias, como as que regulam o funcionamento do Congresso e as disposições constitucionais que atribuem poderes legislativos ao executivo.

A análise do desempenho eleitoral do PFL ao longo do período estudado não explica por si só a influência que o partido exerce em nível nacional, indicando a participação decisiva dos referidos fatores institucionais na conquista e na força da poderosa bancada no Congresso.

A bibliografia sobre partidos políticos no Brasil tem enfatizado a fragilidade e a fluidez do sistema partidário brasileiro. Entretanto algumas pesquisas mostram a existência de uma coesão, disciplina e coerência mais do que razoáveis nos partidos brasileiros, além de claras clivagens ideológicas.⁴

A literatura em geral aponta o declínio dos partidos a partir do relativo esvaziamento das suas relações com as bases, e daí conclui pelo declínio dos partidos políticos em geral.⁵ Ocorre que o PFL apresenta um perfil que contraria esta tendência: apesar de ter surgido como um partido do tipo que Duverger chamaria de “partido de quadros”, o PFL se desenvolveu a partir de recursos obtidos das suas relações muito próximas com o Estado.

Este movimento pode ser explicado a partir do recurso a uma abordagem teórica alternativa, que detecta nos partidos políticos outras vias de desenvolvimento, que não a ampliação das suas bases e a correspondência estreita com elas. Trata-se do modelo sustentado por Peter Mair⁶, que identifica nas organizações partidárias, além da base, outras duas “faces” - o partido no governo e o partido centralizado internamente - cujo crescimento estaria sendo responsável pelo desenvolvimento partidário a partir do esgotamento das vias tradicionais de crescimento através das bases.

O argumento que se pretende desenvolver aqui é de que o PFL vem sistematicamente se fortalecendo a partir das relações com o Estado, que lhe propicia recursos suficientes para a implementação paulatina de seus projetos políticos.

A inserção social do partido, em termos do pertencimento de classe dos seus líderes ou mesmo das ligações com grupos empresariais não será tratada neste trabalho. A existência de tais relações é tomada como pressuposto, mas a sua análise foge aos limites deste trabalho, quais sejam, demonstrar a utilização dos recursos obtidos através do funcionamento do sistema político e da participação nos governos.

A análise da atuação parlamentar do PFL, além de apontar a coesão com que as posturas adotadas pelo partido são seguidas pelos parlamentares, confirma a constância com que o partido

⁴ LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995; KINZO, 1993.

⁵ Talvez por isso o Partido dos Trabalhadores chame tanto a atenção dos pesquisadores: é um partido que cresceu a partir de bases sindicais contra a tendência de declínio dos partidos de massa.

⁶ MAIR, 1994.

vem apoiando os governos - inclusive governos diferentes, políticas divergentes. A presença do PFL em todos os governos do período não deixa dúvidas quanto aos resultados obtidos com a adoção desta estratégia de atuação parlamentar, além de propiciar o acesso à formulação de políticas destinadas às suas bases eleitorais.

Assim, a estreita relação do PFL com o Estado envolve um encadeamento circular entre as várias frentes de atuação do partido: o desempenho eleitoral garante a relevância no parlamento, onde a sua forma de atuação leva à participação no governo, que por sua vez gera dividendos eleitorais.⁷

As referências teóricas deste trabalho são apresentadas no próximo capítulo, que pretende embasar o reconhecimento do objeto como partido político ao qual se aplicam tanto os conceitos da teoria clássica como uma visão teórica alternativa mais recente. O PFL pode ser identificado como Partido de Quadros, de origem interna/parlamentar, conforme a classificação de Duverger; a importância dos aspectos organizacionais na trajetória do PFL permitem o recurso ao modelo teórico de Panebianco; finalmente, a peculiaridade do desenvolvimento do PFL a partir de recursos obtidos através das relações com o Estado, num contexto geral de declínio dos partidos de massa, coloca como premente a necessidade do recurso a uma explicação alternativa à visão clássica. Uma breve revisão da bibliografia mostra alguns outros partidos políticos brasileiros cujos estudos levam em conta muitos dos fatores que são também fundamentais na trajetória do PFL.

O capítulo 3 descreve, através de uma narrativa sumária do processo de transição e da dissidência do PDS, o surgimento do PFL no cenário político nacional. As especificidades da origem do PFL explicam o grande porte do partido já nos momentos imediatos à sua fundação.

A trajetória eleitoral é apresentada no capítulo 4. O desempenho do PFL é analisado em todas as eleições desde a sua criação, nos níveis municipal, estadual e no Congresso Nacional. A evolução do desempenho eleitoral mostra o crescimento do partido ao longo do período e evidencia a natureza predominantemente parlamentar do PFL.

No capítulo 5 são tratados os processos internos operados no PFL com vistas ao desenvolvimento e à consolidação do partido. A identificação com um quadro doutrinário específico, a formação política dos seus quadros e a formulação de projetos políticos próprios fazem parte do projeto de conferir ao PFL uma identidade política própria. A centralização organizacional foi o processo que permitiu maior controle dos órgãos executivos sobre o conjunto do partido, potencializando as relações com o Estado e maximizando o aproveitamento dos recursos obtidos a

⁷ Rachel Meneguello observa a existência de uma dinâmica circular entre o impacto da participação dos partidos no governo sobre a arena eleitoral e a relevância dos partidos para os governos, observada através da composição do Congresso, resultando no desenvolvimento organizacional destas agremiações. MENEGUELLO. 1996. (páginas 211 e 212).

partir de tais relações.

A natureza parlamentar e a alardeada vocação governista do PFL são tratadas no capítulo 6, a partir da análise da efetiva participação dos seus membros nas equipes de governo federal do período, e da atuação das suas bancadas no Congresso Nacional.

Pretende-se com o exposto sustentar a conclusão de que a trajetória do PFL tem sido de fortalecimento em função da sua origem, da reorganização interna e da estratégia de apoio aos governos. Tal trajetória confere ao PFL um papel fundamental no sistema político brasileiro, qual seja, o de elemento fundamental para a governabilidade, pelo menos num contexto como o atual, de reformas constitucionais, em que o governo depende do voto de 3/5 das duas casas do Congresso.

2. PARTIDOS POLÍTICOS: BASES E TIPOS DE ATUAÇÃO

As referências a alguns modelos teóricos são apresentadas a seguir para justificar a classificação do PFL como um partido de quadros, de origem interna/parlamentar, para cujo desenvolvimento - que se deu via relações com governos - tiveram importância fundamental os aspectos organizacionais. O recurso a duas visões distintas de partido político será utilizado com o objetivo de tomar de cada uma delas elementos para explicar a trajetória e o papel do PFL.

A visão clássica dos partidos políticos

O que está sendo entendido como visão clássica dos partidos políticos é a ampla vertente teórica que privilegia a ênfase nas bases partidárias na análise dos partidos políticos. Este trabalho recorre a dois autores que participam desta perspectiva: Duverger e Panebianco. Os modelos teóricos destes autores fornecem elementos para a análise da origem do PFL.

Origem e composição dos partidos políticos

Como será mostrado no próximo capítulo, o surgimento do PFL, no contexto da transição, confere uma importância fundamental à origem partidária para a trajetória do partido. Esta importância justifica o recurso à classificação de Duverger.

Em seu clássico estudo da teoria dos partidos políticos,⁸ o autor classifica os partidos políticos em dois tipos, tendo como critério a sua origem: partidos de origem interna e partidos de

* DUVERGER. 1980.

origem externa. Os primeiros, de origem interna, são aqueles criados a partir de grupos parlamentares e comitês eleitorais; os de origem externa são aqueles criados a partir de agrupamentos e associações cujas atividades não estejam diretamente envolvidas pela esfera das eleições e do parlamento (sindicatos, associações, etc.).

Duverger afirma que a importância de se analisar a origem dos partidos está na profunda influência que ela exerce sobre a estrutura, sobre os objetivos de sua atuação e sobre a sua coesão interna. Os partidos de origem parlamentar-eleitoral, criados a partir da cúpula, teriam uma estrutura interna mais descentralizada, enquanto os partidos de origem externa, nascidos a partir da base, seriam mais centralizados. A atuação dos partidos também é permanentemente marcada pela origem: para os partidos de origem interna o objetivo primordial a ser perseguido seria conquistar lugares no parlamento, enquanto que para os de origem externa a luta eleitoral e parlamentar não passaria de um dos elementos da sua ação geral. Além disso, a origem afeta também a coesão interna dos partidos. Os partidos criados externamente seriam mais coesos e mais disciplinados por dispor de uma organização anterior que une naturalmente as células, enquanto os partidos de origem parlamentar e eleitoral são obrigados a criar todos os laços a partir apenas da convivência dos representantes no parlamento.⁹

O autor relaciona o desenvolvimento dos partidos ao desenvolvimento da democracia e à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares. Os partidos nascidos neste contexto seriam os do tipo de origem interna e seu surgimento compreende 1º) a criação de grupos parlamentares, 2º) a formação de comitês eleitorais e 3º) o estabelecimento de uma ligação permanente entre ambos. Para a formação dos grupos parlamentares, o autor aponta fatores como a comunidade de doutrinas políticas, os interesses locais, a corrupção e o interesse na reeleição. Para a formação dos comitês eleitorais, há necessidade de enquadramento de novos eleitores trazidos à arena eleitoral pela expansão do sufrágio. Haveria uma correspondência entre a via eleitoral-parlamentar de formação partidária e uma etapa “primitiva” no desenvolvimento dos partidos.

Duverger identifica ainda uma diferença na estrutura dos partidos conforme a natureza da participação de seus membros: trata-se da distinção entre partidos de massas e partidos de quadros. Os partidos de quadros corresponderiam aos partidos de comitês ou parlamentares, e estariam mais associados à direita, enquanto os partidos de massa corresponderiam a associações externas à esfera parlamentar e de esquerda. A principal diferença entre os dois tipos é que os partidos de massa exercem grande atração sobre o público, que lhes financia a campanha eleitoral e que recebe uma educação política, enquanto os partidos de quadros se ocupam em reunir pessoas ilustres e

⁹ Como poderá ser visto no capítulo 6, a atuação parlamentar do PFL tem apresentado um alto grau de coesão, o que assume importância ainda maior por se tratar de um partido de origem interna.

influentes, que não se comprometem formalmente e cuja contribuição financeira não é regular. A força partidária é medida, nos partidos de massas pelo número de adeptos (que assinam compromisso e contribuem regularmente) e nos partidos de quadros, que não fazem adeptos no sentido acima, pelo número de eleitores.

O emprego da classificação de Duverger é muito apropriado para o que se pretende demonstrar aqui a respeito da origem do PFL.¹⁰ O partido surgiu a partir de um grupo dentro do Congresso Nacional, com vistas a objetivos especificamente eleitorais, num momento de retomada do sufrágio popular (transição democrática) e teve que construir uma estrutura organizacional centralizada a fim de garantir a coesão e a disciplina internas.

O partido como organização

Os aspectos organizacionais do PFL, tratados no capítulo 5, têm um papel decisivo na trajetória do partido, de um ponto de vista para o qual o modelo teórico de Panebianco é também muito adequado.¹¹ O autor contesta as noções correntes de que os partidos políticos se resumem aos reflexos das suas bases sociais e que têm objetivos previamente determinados pelos quais orientam sua ação¹². Tais noções ignoram o aspecto organizacional dos partidos além de subestimarem sua capacidade de configurar sua própria base.

Segundo Panebianco, o que distingue o partido político de outras organizações é o *ambiente* em que desenvolve uma *atividade específica*: só os partidos operam na arena eleitoral e competem por votos. O autor define partidos como organizações que são ao mesmo tempo burocracias (que demandam a continuidade da organização e a estabilidade das hierarquias internas) e associações voluntárias (que pressupõem algum grau de participação não obrigatória e que para obtê-la oferecem incentivos).

¹⁰ Exceto pela referência ao estágio "primitivo" do desenvolvimento partidário e pela relação estabelecida entre a restrição do sufrágio e o advento dos partidos de quadros. Estes elementos estão presentes no modelo teórico de Duverger em função da sua concepção do desenvolvimento dos partidos políticos em uma seqüência histórica.

¹¹ PANEBIANCO, 1990.

¹² O autor se refere às concepções de que: i) as atividades dos partidos são produto das demandas dos grupos sociais que representam, e que estes se resumem a manifestações políticas das clivagens sociais; e ii) os partidos têm fins definidos *a priori* que representam a sua razão de ser e dos quais podem ser "deduzidos" tanto suas atividades quanto suas características organizacionais. PANEBIANCO, 1990, pág. 31-34.

Os partidos políticos passariam, com o tempo, por uma transição da fluidez estrutural inicial para uma fase em que se estabilizam os interesses e as lealdades, que Panebianco definiu como um processo de institucionalização da organização, ou seja, de consolidação da organização. O amadurecimento do partido pressupõe uma “profissionalização” e uma mudança geral nas estratégias internas e externas: os interesses na sobrevivência e no equilíbrio se sobrepõem aos interesses ideológicos e a estratégia de adaptação ao ambiente substitui a de domínio do ambiente.

Panebianco declara insuficiente a “lei de ferro da oligarquia” de Michels¹³, e parte para uma nova conceituação de *poder organizativo*: tratar-se-ia de um tipo de relação assimétrica mas recíproca, de intercâmbio desigual, porém nunca absoluto. O autor sustenta que quanto maior a liberdade de manobra dos líderes, maiores as chances de manutenção da estabilidade da organização.

As relações entre líderes e seguidores contêm um intercâmbio que favorece os primeiros mas exige algo em troca - os incentivos. Estes podem ser do tipo *coletivos* (de identidade) ou *seletivos* (que por sua vez dividem-se em materiais e de *status*), conforme o destinatário seja o conjunto dos participantes ou alguns participantes em particular. Panebianco remete à imagem dos círculos concêntricos de Duverger¹⁴ para associá-los aos grupos de destinatários dos diferentes tipos de incentivos dentro do partido. As necessidades de controle interno impõem a formação de um sistema hierárquico e diferenciado de *status*, que distribui os incentivos e se deve ao caráter voluntário de muitas das atividades partidárias.

Podemos observar no PFL vários dos elementos acima. O processo de institucionalização descrito por Panebianco é extremamente adequado ao processo identificado no PFL:¹⁵ a consolidação como organização é indiscutível como mostrará a análise da reestruturação interna, e tem vindo acompanhada de um esforço no sentido da formação ideológica dos quadros. Também o sistema hierárquico e de incentivos se revela na organização do PFL, que traçou deliberadamente sua trajetória em direção a uma organização centralizada a fim de melhor gerir os recursos políticos obtidos pelo partido.

¹³ O autor está se referindo à obra “Os Partidos Políticos” de Robert Michels, que sustenta que toda a organização partidária representa uma poderosa oligarquia, que acaba por inviabilizar a própria democracia.

¹⁴ Eleitores, afiliados e militantes. PANEBIANCO, 1990.

¹⁵ Exceto pelo enfraquecimento da ênfase ideológica.

Uma abordagem teórica alternativa

As referências teóricas utilizadas até este ponto estão vinculadas à noção clássica de partidos políticos, concebidos em função das suas relações com as bases, e orientam o estudo do PFL na medida em que fornecem os elementos para a explicação da origem e da trajetória do partido.

Entretanto, para a compreensão do papel desempenhado pelo PFL, se faz necessário recorrer a alguma explicação que dê conta da ampliação dos recursos políticos e suas conseqüências para o desenvolvimento partidário em um contexto geral de declínio das bases partidárias. Os próximos capítulos pretendem mostrar que este é o caso do PFL, cuja estratégia de desenvolvimento tem se concentrado na participação em governos.

Peter Mair¹⁶ sustenta que o declínio das organizações partidárias apontado na literatura em geral se refere apenas a uma “face” dos partidos, a das relações com a base, enquanto o desenvolvimento partidário contemporâneo vem se realizando a partir das suas relações com o Estado e das suas estratégias de organização interna.

Segundo o autor, a organização partidária tem sido definida com referência às suas relações com a sociedade civil; a força organizacional é medida com referência ao número de adeptos e à capacidade do partido para atrair setores do eleitorado. Estrutura partidária seria entendida em termos de modos de representação interna e “*accountability*”. Portanto, o declínio de qualquer destes elementos envolveria o declínio do partido.

O autor questiona esta linha de explicação por estender o problema do declínio dos partidos de massa ao declínio dos partidos em geral. Argumenta que muito da especulação sobre o passado dos partidos de massa e o declínio imputado aos partidos de forma geral não teria respaldo nas evidências empíricas. Aspectos alternativos da organização partidária, como a participação do partido no parlamento e no governo, além dos aspectos organizacionais, permanecem ignorados pelos estudos que enfatizam a crise dos partidos políticos.

O autor propõe lidar com este problema a partir da comparação de dados coletados sobre organizações partidárias em várias democracias ocidentais, e a partir da substituição da ênfase nas relações entre partidos e sociedade civil pela ênfase nas suas relações com o Estado. Para uma análise deste tipo os partidos deveriam ser vistos como constituídos de pelo menos 3 diferentes faces, cada uma das quais interagindo com as outras: 1) *party in public office*, a organização

¹⁶ MAIR, 1994.

partidária no governo e no parlamento; 2) *party on the ground*, a organização de base e a potencialidade de eleitores leais; 3) *party in central office*, organizacionalmente distinto do *party in public office* e que corresponderia à estrutura organizacional interna e centralizada do partido.

O principal argumento do autor é que apenas o *party on the ground* está em declínio, enquanto os recursos do *party in central office* e especialmente os do *party in public office* têm sido de fato fortalecidos. Neste sentido, a ênfase no declínio partidário em geral deveria ser descartada. Cada vez mais partidos estão ganhando acesso ao *public office* e também a mais recursos e meios alternativos de legitimação. Governar tem sido uma experiência padrão para muitos partidos, e os recursos que isso traz constituem um importante meio de sustentação. Pelo menos nestes termos, os partidos têm muito maiores recursos à sua disposição do que há duas décadas atrás, fora os incontáveis recursos pessoais adicionais que são disponibilizados através dos mandatos e nomeações governamentais e através da contratação de consultores e especialistas. Os recursos financeiros do *party central offices* têm também crescido em quase todo o mundo nos últimos 15 anos.

O acesso ao *public office* aumentou a habilidade dos partidos para acumular recursos organizacionais, como funcionários, e recursos financeiros. Neste sentido o Estado, que é muitas vezes a origem destes recursos, torna-se um meio pelo qual os partidos ajudam a garantir sua própria sobrevivência.

Os partidos passaram de um estágio inicial (fase do partido de massas) em que representavam interesses da sociedade civil face ao Estado, para um estágio em que passaram a atuar quase como intermediários independentes entre o Estado e a sociedade civil (fase do *catch-all party*) e em que eles se comportavam como competidores, para finalmente atingir um novo e mais recente estágio em que atualmente se tornam parte do próprio Estado, e permanecem totalmente afastados da sociedade civil. O equilíbrio do vínculo foi mudado, como os próprios partidos mudaram.

O autor apresenta exemplos dos vínculos que aproximam os partidos do Estado:

- 1) Poucos partidos mantêm seus próprios canais de comunicação. O modo e a frequência como os partidos apresentam a sua mensagem dependem em grande parte das regras e procedimentos dispostos pelo Estado;
- 2) O Estado ajuda a resguardar a posição dos partidos políticos com recursos pessoais. O pessoal parlamentar (corpo de funcionários) é pago pelo Estado;
- 3) O Estado é cada vez mais importante para os partidos em termos financeiros;
- 4) Muitas das características da organização partidária contemporânea e da atividade partidária vêm sendo crescentemente modeladas por regulações estatais. A estrutura das organizações partidárias está determinada pelo menos em parte pela estrutura do Estado;
- 5) Partidos *in public office* têm procurado cada vez mais obter vantagens dos recursos públicos como recompensa pelo seu apoio.

A regulação estatal dos canais de comunicação; o crescimento do *staff* das organizações em função das facilidades oferecidas pelo *public office*; o crescimento da proporção das subvenções estatais na renda partidária; o aumento da regulação da vida partidária por leis estatais; a possibilidade de ampliação, pelo patronato estatal, dos benefícios para os apoiadores partidários: isso tudo não deve significar que os partidos tenham repentinamente descoberto algum tipo de fonte mantenedora externa da qual suas diferentes organizações podem tirar mais e mais suprimentos. Estes vários desenvolvimentos não devem ser interpretados simplesmente em termos de que o Estado seja visto como um fator exógeno influenciando a vida partidária. Pelo contrário, independentemente de estarmos tratando de regulações estatais ou leis partidárias, ou níveis de subvenções estatais, estamos sempre tratando de decisões tomadas pelo parlamento, pela classe política, e, portanto, pelos próprios partidos. Os partidos como um todo ou pelo menos a maioria, freqüentemente dispõem e determinam o caráter destas regulações.

Neste sentido, antes de pensar em termos do Estado ajudando os partidos, seria mais útil considerar os partidos como ajudando a si próprios, regulando a si próprios, pagando a si próprios e oferecendo recursos para eles mesmos, em nome do Estado.¹⁷

Estudos sobre partidos no Brasil

A literatura brasileira sobre partidos políticos, apesar de amplamente orientada pela visão clássica, apresenta estudos que apontam a importância de outros aspectos além das bases no desenvolvimento partidário.

A referência à noção tradicionalmente difundida da fragilidade do sistema partidário e da inexistência de verdadeiros partidos políticos no Brasil aparece com freqüência na literatura recente.¹⁸ Contudo, a própria realização de pesquisas e estudos de casos vem defender a idéia da

¹⁷ "In other words, these various developments should not be interpreted simply in terms in which 'the state' itself would be seen as an exogenous factor influencing party life. On the contrary, regardless of whether we are dealing with state regulations, or party laws, or levels of state subventions, we are always dealing with decisions which have been taken by the parliament, and by the political class, and therefore by the parties themselves. (...) In this sense, rather than thinking in terms of 'the state' helping the parties, it is perhaps more useful to think of it being the parties which are helping themselves, in that they are regulating themselves, paying themselves and offering resources to themselves, albeit in the name of the state." MAIR, 1994, (pág. 11)

¹⁸ BENEVIDES, 1981; KINZO, 1993; LIPPL, 1973; LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995 e MENEGUELLO, 1986.

existência de partidos senão autênticos, minimamente diferenciados entre si.

Maria Vitória Benevides, no seu livro sobre a UDN¹⁹, procurou a feição própria de um partido repleto de ambigüidades. A confrontação do quadro histórico e empírico reconstruído com critérios teóricos estabelecidos por diferentes autores permitiu-lhe concluir que o seu objeto (a UDN) poderia ser legitimamente definido como um verdadeiro partido político: adequava-se às exigências conceituais de La Palombara, Sartori, Lênin, Gramsci, Duverger e Jean Charlot.

A autora mostra que a UDN sempre perseguiu a presidência da República e participou de todas as eleições majoritárias e proporcionais, de 1945 a 1965; teve representantes partidários nos ministérios, inclusive no segundo governo Vargas; durante o período do governo Café Filho a UDN teve maioria no ministério, e no governo Kubischek a UDN participou, como partido da oposição, da diretoria de importantes empresas governamentais.

A UDN aparece, no trabalho de Benevides, como um partido ambíguo até nas suas bases: representava ao mesmo tempo as classes médias urbanas e as oligarquias rurais. O que unia o partido era justamente o objetivo de chegar ao governo. A adoção do golpismo como alternativa para a conquista do poder e a recorrente contestação dos resultados eleitorais, segundo a autora, indicam uma estratégia mais preocupada com a participação nos governos do que com a expansão das bases, por exemplo.²⁰

A UDN surgiu como uma frente, organizou-se como um partido e identificou-se como um movimento. O surgimento numa conjuntura de redemocratização propiciou a união de grupos divergentes sob a mesma sigla: a polarização em torno de um inimigo ou herói comum permitia a existência como um partido nacional num contexto de rivalidades regionais. A agregação de diferenças esteve na origem (união de divergentes em torno da oposição a Getúlio Vargas) e em toda a trajetória do partido (ambigüidades políticas, conflitos internos, dissidências).

O partido foi a forma como se organizou um movimento com o qual se identificou. num dado momento, uma ampla frente de grupos políticos.

A organização durável e extensa é um dos critérios teóricos que permite o reconhecimento de um partido político e foi usada pela autora como argumento para justificar a definição da UDN como tal. O ponto de vista da autora reconhece a relevância dos aspectos organizacionais no desenvolvimento partidário.

O PSD foi estudado de dois pontos de vista diferentes: Lúcia Lippi mostrou através da narrativa histórica a profunda ligação entre a origem do partido (herdeiro direto da estrutura de

¹⁹ BENEVIDES, 1981.

²⁰ O elitismo fazia parte da auto-imagem da UDN, que pretendia prescindir de apoio popular, considerando-se o "partido dos homens de bem". BENEVIDES, 1981.

interventorias do Estado Novo) e o papel de conciliador e formulador de políticas governamentais²¹. A autora denuncia uma tradição no estudo de partidos brasileiros, que anula o objeto de estudo, baseada na dificuldade de identificar interesses de classes e na “*flagrante evidência de desorganização interna*”. As alianças partidárias, a inconsistência dos programas, as flutuações eleitorais, as lideranças carismáticas, entre outros, seriam indicadores da incoerência nas organizações partidárias. Entretanto, segundo a autora, estas noções não se sustentam pela própria carência e o vazio de informações sobre a vida partidária, sobre os processos internos, sobre os mecanismos dos partidos.

Para a autora, os aspectos da origem do PSD interessam na medida em que influenciam a sua organização: o PSD surgiu como herdeiro direto da estrutura de interventorias e tornou-se um partido organizado federativamente. A forma de organização federativa teria sido resultante da disputa em torno da base: regional ou nacional. Os interventores “delegados” do poder nacional também tinham interesses específicos como representantes de grupos estaduais. A própria composição do Diretório Nacional criava um vínculo entre as chefias estaduais e a nacional.

Já o trabalho de Lúcia Hippólito²² prioriza o papel estabilizador do sistema partidário que o PSD exerceu enquanto se manteve solidamente no centro do espectro esquerda-direita e que se esvaziou com a fragmentação do partido. A atenção dada ao aspecto organizacional reforça a identificação do PSD como um autêntico partido político: a estruturação interna, organização, mecanismos de funcionamento, relações entre seções regionais e comando nacional, são estudados segundo a perspectiva de que as modificações no centro do sistema foram decorrência das novas demandas da sociedade na segunda metade da década de 50. A autora afirma que o sistema partidário de 45/64 foi moderado enquanto o PSD esteve instalado no centro e transformou-se em polarizado quando o PSD se fragmentou.²³

Para Lúcia Hippólito²⁴, a perspectiva segundo a qual a organização interna do PSD assume interesse é a das modificações que ocorreram no centro do sistema político na segunda metade da década de 50. As divergências internas foram absorvidas no interior do partido até o momento em que a formação de grupos dissidentes, como a “Ala Moça” fragmentou a estrutura interna do partido. O reflexo foi a transformação do sistema partidário: de moderado (enquanto o PSD esteve solidamente instalado no centro) para polarizado (quando o PSD se fragmentou).

Em ambos os trabalhos, o vínculo estreito do PSD com o Estado aparece como determinante fundamental, seja da sua estrutura, seja do seu papel no sistema político. Este vínculo aparece

²¹ LIPPI, 1973 e LIPPI, 1981.

²² HIPÓLITO, 1985.

²³ Trata-se aqui de uma referência ao modelo teórico de sistemas partidários de Sartori.

²⁴ HIPÓLITO, 1985.

também no PFL e será demonstrado adiante.

A organização interna assume ainda maior importância quando se trata de estudar o Partido dos Trabalhadores. Rachel Meneguello²⁵ utiliza um enfoque político-organizacional para afirmar a especificidade do funcionamento interno democrático. A tese da autora é de que foi justamente no que tange à organização que o PT representou uma novidade no sistema partidário brasileiro, pois rompeu com os padrões de organização partidária no Brasil. A novidade organizacional do PT estaria no vínculo institucional de caráter societário. O funcionamento interno democrático, a partir dos núcleos de base, não consta da legislação que regula o assunto, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, nem aparece em estatutos de outros partidos.

Outro ponto de vista orienta Margaret Keck no estudo do mesmo partido²⁶: as exigências da legislação partidária teriam conferido ao Estado uma influência crucial na estruturação do PT²⁷. O surgimento do partido se deu num momento em que a reforma partidária de 1979 determinava minuciosamente as estruturas internas dos partidos, impondo exigentes requisitos quanto ao número de filiados e conferindo ao Estado o poder de declará-los legais ou ilegais. Isto limitou o desenvolvimento dos objetivos à preocupação com a regulamentação do partido.

A autora trata a organização do Partido dos Trabalhadores como um processo difícil e diferentemente orientado conforme as necessidades conjunturais e as lideranças locais. Num primeiro momento, o desafio de legalizar o partido a tempo de participar dos primeiros testes eleitorais relegou a segundo plano o projeto de construção a partir da participação das bases. Para garantir a democracia interna, foram criados inicialmente dois mecanismos organizacionais: a convenção em dois turnos e a instituição dos núcleos. Para levar em conta as facções internas, outros mecanismos foram adotados: o sistema proporcional nas eleições para o diretório e a regulamentação do funcionamento das tendências no interior do partido.

Aparentemente não há nada em comum entre PT e PFL, mas uma breve comparação pode ajudar a perceber algumas especificidades do PFL: os dois partidos surgiram no começo da década de 80, no momento da redemocratização brasileira, e ambos vêm crescendo desde então. Entretanto, o curioso é que os motores destes crescimentos são muito diferentes: enquanto o PT mantém a preocupação em ser identificado como partido de massas e ampliar as suas bases eleitorais, o PFL continua a crescer a partir dos dividendos obtidos das suas relações com os governos.²⁸

²⁵ MENEGUELLO, 1989.

²⁶ KECK, 1991.

²⁷ A importância atribuída pela autora ao fator institucional na organização do Partido dos Trabalhadores é uma semelhança com o tratamento que se pretende dar aqui ao estudo do PFL.

²⁸ Ainda com relação ao crescimento partidário em função das relações com o Estado, chama a atenção o fato de que mais recentemente o próprio PT tem também angariado recursos políticos através do exercício de funções governativas na medida em que vem conquistando prefeituras a cada eleição.

O próprio PFL aparece na literatura recente, ora como alternativa de renovação de imagem perante a opinião pública, ora como resultado da formação de uma nova elite política nordestina.

Em seu artigo sobre o PFL no Nordeste, Lavareda parte do declínio do PDS para afirmar que os dissidentes que formaram a Frente Liberal o fizeram por perceberem a necessidade de se desvincularem da hostilidade dirigida pela opinião pública aos “sócios do regime”, e assim garantiram a continuidade da sua participação no jogo político²⁹.

Ilza Andrade, no seu estudo sobre implantação de programas de planejamento participativo no Nordeste, aponta a existência de dois grupos distintos dentro do PDS, oriundos de dois tipos de gestão pública: um mais “progressista”, com propostas de atuação mais modernas e outro mais conservador, resistente à renovação dos quadros políticos clientelistas. Tais grupos estariam ainda presentes dentro do PFL.³⁰

Além de estudos de casos, a bibliografia sobre partidos políticos no Brasil contempla trabalhos sobre o conjunto dos partidos contemporâneos em suas relações uns com os outros e com o Estado.

Maria do Carmo C. Souza,³¹ ao tratar do sistema partidário brasileiro no período de 1930 a 1964, questiona a tese, corrente entre os analistas do período, de que o declínio dos grandes partidos conservadores, a dispersão eleitoral e o aumento das alianças e coligações indicavam crise e desagregação do sistema partidário. Ao contrário, a autora insiste que tais processos podem sustentar a tese oposta, ou seja, a do realinhamento dos partidos e da racionalização das suas estratégias. Já neste trabalho aparece a referência ao surgimento de um sistema de incentivos aos partidos que passam a definir objetivos nacionais e a exercer de fato algum papel governativo.

Octávio Amorim Neto³² analisa a participação dos partidos políticos nos governos brasileiros e afirma que a política seguida por um presidente na montagem de seu gabinete pode ser reveladora da forma com que o chefe do executivo pretende lidar com as demais forças políticas relevantes no país. Apesar de fracos no entender do autor, os partidos teriam o poder de moldar a arena política especialmente no que tange aos incentivos que informam a interação entre o executivo e o legislativo. Quanto mais próxima a relação do presidente com os partidos, menor sua autonomia em relação a eles.

As alardeadas fragilidade, fragmentação e indisciplina do sistema de partidos no Brasil, apesar de apontadas em diversos textos, são refutadas em trabalhos recentes que demonstram com dados empíricos a existência de uma considerável coesão, coerência, disciplina e identidade

²⁹ LAVAREDA. 1985.

³⁰ ANDRADE. 1994.

³¹ SOUZA. 1976.

³² AMORIM NETO. 1994.

ideológica entre os atuais partidos brasileiros.

Mesmo partindo da afirmação de que o que se observa no Brasil é um quadro de acentuada indefinição partidária e de instabilidade do sistema político, Maria D'Alva Kinzo³³ apresenta uma pesquisa que indica justamente o contrário. Os posicionamentos assumidos pelos representantes dos partidos na deliberação de questões polêmicas na Constituinte foram levados em consideração pela autora para classificar os partidos em escalas de maior ou menor governismo, conservadorismo, democratismo, nacionalismo e oposicionismo ao sistema financeiro. Os resultados indicam uma ordem consistente entre os diferentes partidos, com clivagens político-ideológicas claras e coerentes.

No trabalho sobre o Congresso Nacional, Limongi e Figueiredo³⁴ sustentam que a maioria dos diagnósticos sobre a fragmentação e a indisciplina no Legislativo brasileiro se baseia na legislação eleitoral e partidária vigentes, mas não encontram apoio nos dados. Os autores analisaram as votações nominais na Câmara dos Deputados de 1989 até 1994 e concluíram que há um considerável grau de coesão, disciplina e previsibilidade no comportamento dos parlamentares, graças ao controle dos líderes partidários sobre a agenda legislativa.³⁵

³³ KINZO, 1990.

³⁴ LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995.

³⁵ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1996.

3. A ORIGEM DO PFL

O PFL surgiu de uma dissidência do PDS em função de uma situação política específica - a transição. Esta origem impõe que se descreva o processo de cisão do PDS e que se resgate minimamente a dinâmica da transição.

A importância do estudo da origem partidária já foi afirmada anteriormente nas referências teóricas, e será aqui reiterada com o objetivo de demonstrar que o modelo de Duverger (o conceito de partido de quadros, de origem interna/parlamentar) se aplica ao PFL. O recurso ao processo de formação do PFL pretende evidenciar que os elementos presentes na origem do partido (como quadros políticos tradicionais e recursos eleitorais herdados do PDS) foram de grande relevância na definição do papel exercido na transição e na trajetória do partido desde então.

O PFL e a transição

A abertura política que inaugurou a transição democrática incluía algumas mudanças na imagem pública dos representantes do regime. Algumas das transformações operadas nesse sentido foram a renovação de quadros partidários no PDS e a implantação de programas de planejamento participativo no Nordeste.

No Recife, por exemplo, que tinha uma forte tradição libertária, havia necessidade de um administrador que viesse de fora dos círculos tradicionais do PDS e que pudesse neutralizar as forças oposicionistas³⁶. A escolha de Gustavo Krause para a prefeitura pelo então governador Marco Maciel contrariou os setores mais tradicionais do partido na medida em que seu discurso dispensava o papel dos políticos clientelistas como mediadores entre as demandas populares e a resposta do Estado.

Esta renovação de quadros e a adoção de formas mais modernas de atuação teria provocado uma oscilação entre um renovado discurso liberal no meio urbano e uma viciada prática clientelista

³⁶ ANDRADE. 1994.

no meio rural e nas pequenas cidades. A coexistência no interior do partido governista da face “progressista” com a face mais conservadora foi permitida pela preocupação comum com as eleições de 1982 e estaria presente em toda a trajetória posterior do PFL, que abrigou dissidentes pedessistas de ambas as vertentes.³⁷

Quanto ao papel do PFL no processo de transição, sua participação na Aliança Democrática não deixa dúvidas sobre a sua importância na passagem do regime militar, apesar da permanência de políticos pertencentes aos quadros do regime autoritário nos governos civis que o têm sucedido sugerir alguns limites para a consolidação da democracia no Brasil³⁸.

O papel desempenhado pelo PFL na transição democrática brasileira foi possibilitar, através da sua participação na Aliança Democrática, a eleição pelo Colégio Eleitoral do primeiro presidente civil depois de vinte anos de ditadura militar.

Há na bibliografia duas versões predominantes sobre o caráter da transição brasileira. Bolívar Lamounier sustenta que a abertura se deu essencialmente através de eleições, que canalizaram pressões e funcionaram como teste de forças e legitimidade entre os contendores (regime e oposição).³⁹ A interpretação que enfatiza o caráter negociado da transição brasileira é defendida por Guillermo O’Donnell, que afirma a existência de um “acordo de todos com todos”.⁴⁰

Do ponto de vista do papel do PFL na transição, as eleições tiveram uma enorme importância em todo o processo, pois foi esta preocupação o motor que levou os dissidentes pedessistas a partirem para a fundação do PFL. O “acordo de todos com todos” por sua vez, pode ser reconhecido na Aliança Democrática. A Frente Liberal participou do pacto celebrado em torno da candidatura de Tancredo Neves, que abrangia desde os quadros do regime autoritário, (militares “moderados” e elites regionais) até o partido de oposição. A coalizão de sustentação deveria ser ampla o suficiente para neutralizar as resistências, vencer no Colégio Eleitoral e organizar o governo da Nova República.

O papel exercido pela Frente Liberal estaria também ligado à produção de uma via alternativa para a sucessão presidencial, que não exigisse a aceitação passiva do candidato do regime e ao mesmo tempo afastasse a ameaça do retrocesso autoritário. Além disso, propiciou o surgimento de uma nova força política, gerada no interior do PDS mas diferenciada por suas propostas.

Enfim, é possível crer que a contribuição da Frente Liberal para a transição foi ter participado

³⁷ ANDRADE. 1994.

³⁸ A permanência no poder de políticos do PFL (que apoiaram o regime militar) no período pós-autoritário, segundo Marilena Chauí, emperra a consolidação democrática no Brasil, na medida em que prejudica um dos elementos fundamentais da democracia: o reconhecimento do poder como “lugar vazio” a que todos possam aspirar e cuja ocupação seja uma incerteza. CHAUI. 1985.

³⁹ LAMOUNIER. 1985.

⁴⁰ O’DONNELL. 1988.

das negociações a respeito da sucessão de forma a evitar as temidas rupturas e ao mesmo tempo levar o pacto a um ponto sem retorno, ou seja, um ponto em que qualquer “passo atrás” seria politicamente desastroso.

O processo de dissidência do PDS

O contexto da liberalização promovida pelo regime autoritário colocava para o partido governista a necessidade de adotar novas estratégias em função da preocupação com as eleições diretas para governador em 1982. As perspectivas de uma redemocratização, ainda que nos moldes pretendidos pelo governo militar (lenta, gradual e segura), impunham que os políticos do PDS adotassem estratégias que lhes permitissem continuar participando do jogo político depois de alteradas as suas regras.

Tais estratégias deveriam levar em conta a imagem do partido junto à opinião pública de modo a habilitá-lo para a competição eleitoral. Neste momento o PDS começa a mostrar um certo distanciamento em relação ao governo (com o qual praticamente se confundia até então) na medida em que objetivos diferentes passavam a exigir estratégias diferentes. Enquanto o governo se ocupava em adaptar a legislação eleitoral e partidária aos propósitos da liberalização controlada, e se esforçava para manter coeso o seu partido, alguns setores deste partido estavam mais preocupados em lançar bases que garantissem suas chances políticas futuras.

O PDS elegeu em 1982 todos os governadores do Nordeste.⁴¹ Apesar disso, a sua tendência declinante (em função da crescente influência da crise econômica na decisão do eleitor)⁴² apontava uma perspectiva sombria para o futuro eleitoral do partido.

Os governadores nordestinos eleitos em 1982 passam a priorizar as questões de ordem eleitoral na tomada de decisões. A percepção de que o processo de redemocratização era irreversível colocava como novo elemento decisivo nas disputas a opinião pública, a imagem do partido e de seus líderes.

O ano de 1983 foi decisivo para a definição de um grupo dissidente dentro do partido da

⁴¹ AL (Divaldo Suruagi); BA (João Durval Carneiro); CE (Luis Gonzaga F. Mota); MA (Luis Alves Coelho Rocha); PB (Wilson L. Braga); PE (Roberto Magalhães); PI (Hugo Napoleão); RN (José Agripino Maia); SE (João Alves Filho). - FONTE: Tribunal Superior Eleitoral.

⁴² FALCÃO NETO, 1985.

situação. A questão da sucessão presidencial e a política econômica recessiva adotada pelo governo, através do ministro Delfim Netto, desencadearam um processo de autonomização de parte do PDS em relação ao executivo.

Os líderes do PDS na Câmara e no Senado⁴³ inauguraram um grupo que, anteendo a insuficiência de uma alternativa exclusivamente governista para a sucessão, apoiava a negociação de uma candidatura de consenso entre o governo e a oposição, a ser ratificada no Colégio Eleitoral. Entre os pré-candidatos do PDS, o nome cogitado para este papel era o do vice-presidente Aureliano Chaves.⁴⁴

Quanto à política econômica, a votação dos decretos-lei n^os 2024 e 2045 (que definiam índices para correção salarial) demonstrou claramente que o PDS reivindicava uma parcela maior do poder decisório, já que teria que arcar com os custos políticos da gestão econômica (de recessão e arrocho salarial). A derrubada dos decretos, além de evidenciar o cacifê político da oposição, foi indicador indiscutível da redução do grau de lealdade do PDS ao governo, que se via diante de uma nova necessidade: negociar políticas com o Congresso - tanto com a oposição quanto com o próprio PDS.⁴⁵

Paralelamente, o deputado Paulo Maluf desenvolvia campanha junto aos convencionais do PDS, provocando um efeito fortemente desagregador no partido. Há na bibliografia várias explicações para a rejeição provocada por Maluf em seus correligionários. Maria D'Alva Kinzo⁴⁶ aponta para a sua reputação de malversador de recursos públicos e de usuário de métodos escusos de aliciamento. Lavareda enfatiza a repulsa da opinião pública a uma imagem que passou a concentrar a hostilidade anteriormente dirigida ao regime.⁴⁷ Walder de Góes e Aspásia Camargo afirmam que Maluf arregimentava apoio inclusive em territórios adversários com propostas clientelistas, negociando votos e violando "códigos de reserva do mercado político".⁴⁸

O ano de 1983 termina deixando o PDS numa crise agravada pelo lançamento da campanha nacional pelas eleições diretas, pela dificuldade de se encontrar uma candidatura que fosse de consenso pelo menos dentro do próprio partido, e pela manutenção da candidatura Maluf.

Em 1984 o crescimento do movimento por eleições diretas para Presidência da República coloca a questão da sucessão de Figueiredo como prioridade na pauta do PDS. Na votação da emenda Dante de Oliveira, o voto dos deputados do PDS se dividiu, reiterando os sinais de que o

⁴³ Nelson Marchezan e Aloisio Chaves.

⁴⁴ "Candidatos avaliam suas chances", Folha de São Paulo, 16.11.83, citado em: RODRIGUES, 1993, págs. 85 e 86.

⁴⁵ RODRIGUES, 1993.

⁴⁶ KINZO, 1993.

⁴⁷ LAVAREDA, 1985.

⁴⁸ GÓES e CAMARGO, 1984.

partido de sustentação do regime militar já não cumpria a contento o seu papel. Do total de 237 deputados do PDS, a grande maioria (112) se ausentou da votação, 57 votaram pela aprovação e apenas 65 votaram contra a emenda.⁴⁹ A tabela 1 mostra que quase metade do partido se recusou a assumir uma posição comprometedora frente à opinião pública, e entre os deputados que votaram, houve praticamente um equilíbrio entre o grupo que votou contra e o que votou a favor da orientação do governo.⁵⁰

TABELA 1

RESULTADO DA VOTAÇÃO DA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA - 1984.

	SIM	NÃO	AUSÊNCIAS	ABSTENÇÕES	TOTAL
PDS	57	65	112	3	237
PMDB	198	0	0	0	198
OUTROS PARTIDOS	43	0	1	0	44
TOTAL	298	65	113	3	479

Fonte: FSP, 26.04.84.

Rejeitada no Congresso a emenda das “Diretas Já”, a eleição do sucessor ficou a cargo do Colégio Eleitoral, onde o partido governista tinha maioria. Mantinham-se as candidaturas de Paulo Maluf e do ministro Mário Andreazza para a convenção que escolheria o candidato do PDS em setembro de 1984. O então presidente Gen. João Figueiredo se recusou até o último momento a apoiar qualquer dos pré-candidatos, o que agravou o ambiente de desagregação no interior do PDS.

Neste momento, mesmo antes da convenção, um grupo de pedessistas⁵¹ toma a frente do processo de dissenso, forma a Frente Liberal e parte para o apoio a Tancredo Neves, candidato do PMDB, com o qual lança a Aliança Democrática, em 07 de agosto de 1984. Este grupo rompe com o PDS por rejeitar a candidatura, tida como praticamente certa, do então deputado Paulo Maluf e por duvidar que do seu partido pudesse emergir outra candidatura mais promissora (já que a esta altura haviam sido retiradas as pré-candidaturas de Marco Maciel e Aureliano Chaves).⁵²

A candidatura de Tancredo Neves, apesar de aglutinar a oposição, não significava propriamente nenhuma ameaça grave aos planos da transição controlada, na medida em que o então governador de Minas era tido como representante da “oposição confiável”. Tancredo Neves havia

⁴⁹ Folha de São Paulo. 26.04.84.

⁵⁰ Anexo 4.

⁵¹ Roberto Magalhães (gov. PE). Gonzaga Motta (gov. CE). Marco Maciel (sen. PE). Gustavo Krause (vice-gov. PE). Aureliano Chaves (vice-presid.). RODRIGUES. 1993.

⁵² KINZO, 1993; GOES e CAMARGO, 1984.

desde o início se mostrado favorável a uma solução negociada, enquanto seu adversário dentro do PMDB, Ulisses Guimarães, insistia na tese das eleições diretas.

Depois da convenção que confirmou Maluf como candidato do PDS ao Colégio Eleitoral, uma nova cisão leva para a Frente Liberal mais um grupo de pedessistas importantes que haviam apoiado a candidatura de Mário Andreazza⁵³.

O conjunto de dissidentes estava apostando na estratégia de se posicionarem na oposição enquanto permaneciam vinculados ao governo. O novo partido que estavam formando poderia assim se valer das condições criadas para o novo governo sem desperdiçar os recursos políticos trazidos do governo militar, pois já surgia alicerçado no poder dos políticos situacionistas do Nordeste.

A conjuntura de transição levou os dissidentes pedessistas a abandonarem o apoio comprometedor ao governo, apagando junto ao eleitorado a imagem negativa de “sócios do regime”, ao mesmo tempo em que suas expectativas de participação no jogo político democrático do futuro próximo estavam garantidas e eles credenciados junto à opinião pública como elite ética e responsável pela transição.

A Frente Liberal se constitui como partido em janeiro de 1985, quando é publicado o seu manifesto de fundação. Entre os primeiros signatários do PFL estavam 5 governadores⁵⁴, 14 senadores⁵⁵ e 77 deputados federais⁵⁶. Como mostra a tabela 2, quase todos os deputados federais que participaram da fundação do PFL vinham do PDS, e destes, a grande maioria tinha votado a favor da emenda das diretas, ou tinha se ausentado da votação.

⁵³ Divaldo Suruagi (gov. AL), José Agripino Maia (gov. RN) e Hugo Napoleão (gov. PI).

⁵⁴ BA (João Durval Carneiro); CE (Luis Gonzaga F. Mota); PE (Roberto Magalhães); PI (Hugo Napoleão); RN (José Agripino Maia).

⁵⁵ Marco Maciel (PE), Luiz Cavalcanti (AL), Jorge Bornhausen (SC), Guilherme Palmeira (AL), Benedito Canelas (MT), Carlos Chiarelli (RS), José Lins (CE), Claudionor Roriz (RO), Eunice Michiles (AM), Albano Franco (SE), Aderbal Jurema (PE), João Lobo (PI), Marcondes Gadelha (PB) e Milton Cabral (PB).

⁵⁶ “Manifesto ao Povo Brasileiro”, assinado por 2.051 pessoas em 19 de dezembro de 1984 - ANEXO 3.

TABELA 2

DEPUTADOS FEDERAIS QUE ASSINARAM O MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DO PFL, POR PARTIDO E VOTO NA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA - 1984.

VOTO	SIM	NÃO	AUSÊNCIAS	ABSTENÇÕES	TOTAL
PARTIDO					
PDS	37	8	26	2	73
PMDB	2	0	0	0	2
PTB	2	0	0	0	2
TOTAL	41	8	26	2	77

Fontes: FSP, 26.04.84, e “Manifesto ao Povo Brasileiro” (Anexo 3).

Há na bibliografia várias interpretações desta dissidência. Cálculo oportunista, conflito entre “progressistas” e conservadores dentro do PDS, ou rejeição ao “malufismo” e seus métodos sub-reptícios de cooptação; estes fatores não se excluem, mas combinados ilustram a diversidade de questões envolvidas na transição do regime militar.

José Antônio Lavareda, no seu artigo sobre o PFL no Nordeste, enfatiza o papel dos governadores nordestinos eleitos em 1982 pelo PDS na formação do PFL. O autor mostra que nas eleições de 1982 o PDS nordestino sofreu grandes perdas para a oposição, perdas que apontavam perspectivas de declínio ainda maior para o futuro eleitoral do partido. Diante da nova realidade colocada pela redemocratização, e a percepção de que se tratava de um processo irreversível, a imagem do partido e seus líderes perante a opinião pública assume importância decisiva para a sobrevivência eleitoral.⁵⁷

Ilza Andrade, na sua tese sobre políticas públicas no Nordeste, mostra como a necessidade de renovação dos quadros da ARENA afetou a implantação de programas de planejamento participativo e culminou com a formação do PFL. Segundo a autora, a ARENA oscilava entre um renovado discurso liberal no meio urbano e uma viciada prática de nepotismo e clientelismo no meio rural. A preocupação com as eleições de 1982 teria permitido a coexistência dos discursos conservador e progressista dentro do PDS. A ala progressista, formada pelos governadores eleitos no processo de renovação do partido governista, teria se transferido para o PFL em reação ao conservadorismo do candidato oficial do partido, Paulo Maluf. Entretanto, adverte a autora, esta dissidência não teve o mesmo sentido para todos, visto que, ao lado dos que tomaram a frente do

⁵⁷ LAVAREDA, 1985.

processo estavam os que haviam apoiado a candidatura do ministro Mário Andreazza e portanto tinham sido derrotados na convenção do PDS. Estes dois grupos distintos continuaram a conviver dentro do PFL.

José Antônio Lavareda sustenta que os dissidentes do PDS que formaram a Frente Liberal souberam interpretar a repulsa da opinião pública ao candidato Paulo Maluf, cuja imagem concentrava a hostilidade dirigida anteriormente ao regime. Perceberam também que o desejo de mudança expresso na campanha pelas Diretas Já seria canalizado para o apoio ao candidato Tancredo Neves.⁵⁸

Enfim, a candidatura Maluf foi de suma importância na origem do PFL e na sua expansão. Num primeiro momento provocou a cisão do PDS, condenando-o à posição de terceiro partido nacional e descartando qualquer possibilidade de recomposição. Em seguida, as ambições malufistas de controle do PDS acabaram afugentando para o PFL vários pedessistas que ainda relutavam.⁵⁹

⁵⁸ LAVAREDA, 1985.

⁵⁹ O Estado de São Paulo, 20/12/84.

4. A TRAJETÓRIA ELEITORAL DO PFL

Os dados apresentados a seguir atestam o sucesso da trajetória percorrida pelo PFL e mostram que ele vem se firmando como um partido essencialmente parlamentar. Esta natureza parlamentar é crucial na estratégia de desenvolvimento adotada pelo PFL.

O desempenho eleitoral do PFL será analisado nas seguintes eleições das quais o partido participou desde a sua fundação:

- em 1985 para prefeitos de capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional;
- em 1986 para o Congresso Constituinte e governadores;
- em 1988 para prefeitos;
- em 1990 para deputados federais, senadores e governadores;
- em 1992 para prefeitos;
- em 1994 para deputados federais, senadores e governadores;
- em 1996 para prefeitos;
- em 1998 para deputados federais, senadores e governadores;

Em todas elas o PFL obteve bom desempenho ao ponto de chegar às eleições gerais de 1994 com um montante de recursos políticos que lhe permitiu se transformar em aliado indispensável para aquelas eleições presidenciais, para a gestão do governo e para a reeleição do presidente em 1998.

Eleições para os cargos executivos municipais

O PFL participou de quatro eleições municipais desde a sua fundação. Apesar de não ser neste nível a maior força eleitoral do partido, o seu desempenho nas prefeituras demonstra a sua inserção em todo o território nacional em proporções somente ultrapassadas pelo PMDB.

As eleições de 1985

O primeiro teste eleitoral enfrentado pelo PFL foram as eleições municipais de 1985, para prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e das áreas de segurança nacional. Nesta ocasião, a menos de um ano de sua fundação, o PFL esteve presente em 20% das vitórias eleitorais: do total de 201 municípios, elegeu 25 prefeitos e participou de coligações com outros partidos vitoriosas em mais 16 outros municípios. Seu desempenho superou o próprio PDS, que elegeu prefeitos em 22 municípios, e só foi menor que o do PMDB, que venceu em 127 prefeituras, como mostra a tabela 3.

Os resultados do primeiro embate nas urnas já lançavam o PFL como partido bem sucedido eleitoralmente, em função de recursos eleitorais legados pelo passado político dos seus líderes. Tal sucesso seria surpreendente no caso de qualquer outro partido que não tivesse herdado quadros e eleitores como o PFL herdou do PDS.

Das 25 capitais, 5 tiveram prefeitos eleitos por coligações das quais o PFL participou: Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Aracaju (SE) coligado com o PMDB; João Pessoa (PB) coligado com PDS e PMDB, e São Paulo (SP) coligado com o PTB.

A tabela 4 mostra como desde este momento o maior número de vitórias do PFL se deu em municípios da região Nordeste, região cujos líderes políticos, oriundos do PDS, deram início à dissidência da Frente Liberal em 1984. Ao mesmo tempo chama a atenção o número de prefeituras conquistadas na região Sudeste, que fica próximo ao obtido no Nordeste.

TABELA 3

NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS POR PARTIDO - 1985

PARTIDO ESTADO	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	PSB	TOTAL
AC	12	0	0	0	0	0	0	12
AM	6	3	1	0	0	0	0	10
AP	3	1	0	1	0	0	0	5
PA	8	1	0	0	0	0	0	9
RO	1	0	0	0	0	0	0	1
RR	7	0	0	0	1	0	0	8
NORTE	37	5	1	1	1	0	0	45
AL	1	0	0	0	0	0	0	1
BA	16	3	15	0	10	0	0	44
CE	5	5	0	0	0	1	0	11
MA	1	0	1	0	0	0	0	2
PB	0	0	1	0	0	0	0	1
PE	0	0	0	0	0	0	1	1
PI	1	1	0	0	0	0	0	2
RN	1	0	0	0	0	0		1
SE	1	0	0	0	0	0		1
NORDESTE	26	9	17	0	10	1	1	64
GO	2	0	0	0	0	0	0	2
MS	11	2	0	1	0	0	0	14
MT	4	0	1	0	0	0	0	5
CENTROESTE	17	2	1	1	0	0	0	21
ES	1	0	0	0	0	0	0	1
MG	10	4	0	0	0	0	0	14
RJ	1	1	0	3	0	0	0	5
SP	2	2	0	0	1	0	0	5
SUDESTE	14	7	0	3	1	0	0	25
PR	13	0	0	0	0	0	0	13
RS	13	2	3	8	0	0	0	26
SC	7	0	0	0	0	0	0	7
SUL	33	2	3	8	0	0	0	46
TOTAL	127	25	22	13	12	1	1	201*

Fonte: TSE e NICOLAU, 1998.

* Em 1985 houve eleições para prefeitos apenas nas capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DOS PREFEITOS ELEITOS PELO PFL, POR REGIÃO - 1985.

REGIÃO	Nº DE PREFEITOS ELEITOS PELO PFL	%	Nº DE CAPITAIS (EM COLIGAÇÕES)
NORTE	5	20,0	2
NORDESTE	9	36,0	2
CENTROESTE	2	8,0	0
SUDESTE	7	28,0	1
SUL	2	8,0	0
TOTAL	25	100,0	5

Fonte: TSE.

As eleições de 1988

Em 1988 o PFL melhorou sua inserção no nível municipal, como mostra a tabela 5. Elegeu os prefeitos em 24,6% dos 4.293 municípios e conquistou 4 capitais: Maceió (AL), João Pessoa (PB), Recife (PE) e Cuiabá (MT). Seu desempenho só foi superado pelo PMDB, que venceu em 37,3% dos municípios mas empatou no nº de capitais: 4. O partido que ficou em terceiro lugar - o PDS - elegeu menos da metade do número de prefeitos do PFL, ficando com 10,4%.

Apesar destes números sugerirem uma considerável expansão do partido no nível nacional, praticamente a metade das vitórias, 49,6%, ficaram ainda em municípios do Nordeste, de onde também são 3 das 4 capitais conquistadas (tabela 6).

TABELA 5

NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS POR PARTIDO - 1988.

UF	PMDB	PFL	PDS	OUTROS	TOTAL	% PFL
AC	5	2	5	0	12	16,7
AM	17	13	0	31	61	21,3
AP	1	3	0	3	7	42,8
PA	43	6	17	38	104	5,8
RO	11	1	2	9	23	4,3
RR	0	5	0	3	8	62,5
TO	23	13	1	10	47	27,6
NORTE	100	43	25	94	262	16,4
AL	31	35	0	31	97	36,1
BA	111	134	12	104	361	37,1
CE	61	55	27	34	177	31,1
MA	35	52	10	30	127	41,3
PB	57	36	17	60	170	21,2
PE	50	62	2	45	159	39,0
PI	26	66	18	8	118	55,9
RN	36	45	14	7	151	29,8
SE	13	40	7	14	74	54,0
NORDESTE	420	525	107	381	1433	36,6
GO	109	25	4	49	187	13,4
MS	27	18	0	27	72	25,0
MT	34	24	2	15	75	32,0
CENTROESTE	169	67	6	101	333	20,1
ES	16	24	5	21	66	36,4
MG	307	173	37	204	721	24,0
RJ	20	8	3	26	57	14,0
SP	201	129	59	183	572	22,5
SUDESTE	544	334	104	434	1416	23,6
PR	159	35	14	109	317	11,0
RS	134	16	113	68	331	4,8
SC	73	38	76	12	199	19,1
SUL	366	89	203	189	847	10,5
TOTAL	1600	1058	445	1190	4293	24,6

Fonte: TSE e FSP, 18.11.88

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DOS PREFEITOS ELEITOS PELO PFL, POR REGIÃO - 1988.

REGIÃO	Nº DE PREFEITOS ELEITOS PELO PFL	%	Nº DE CAPITAIS
NORTE	43	4,1	0
NORDESTE	525	49,6	3
CENTROESTE	67	6,3	1
SUDESTE	334	31,6	0
SUL	89	8,4	0
TOTAL	1058	100,0	4

Fonte: TSE

As eleições de 1992

As eleições municipais de 1992 representaram um recuo no desempenho eleitoral do PFL em relação aos resultados obtidos em 1988. Das 4.948 prefeituras em disputa, o PFL elegeu prefeitos em 19,5% dos municípios e conquistou apenas uma capital - Belém (PA). Apesar desta redução, o PFL se manteve como o segundo partido em número de prefeituras, somente superado ainda pelo PMDB, com 32% e 4 capitais. A vantagem sobre o partido terceiro colocado em número de prefeituras continuou alta: o PDS, com a eleição de prefeitos em 8,5% dos municípios, não alcançou nem metade do desempenho do PFL, apesar de ter vencido em duas capitais.

As fontes nordestinas do poder do PFL ficaram mais uma vez evidentes: apesar de não ter eleito o prefeito de nenhuma capital na região, quase a metade dos seus 963 prefeitos eleitos foram em municípios do Nordeste, conforme os dados da tabela 8.

TABELA 7

NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS, POR PARTIDO - 1992.

PARTIDO	PMDB	PFL	PDS	PSDB	OUTROS ⁶⁰	TOTAL	% PFL
UF							
AC	6	2	10	0	4	22	9,1
AM	21	4	1	5	21	52	7,7
AP	2	7	0	1	5	15	46,7
PA	56	6	10	3	42	117	5,1
RO	6	3	2	3	26	40	7,5
RR	0	0	1	1	5	7	0,0
TO	47	21	1	2	52	123	17,1
NORTE	138	43	25	15	155	376	11,4
AL	10	14	5	7	62	98	14,3
BA	67	134	25	12	177	415	32,3
CE	23	11	13	89	46	182	6,0
MA	15	44	0	8	69	136	32,3
PB	33	56	0	2	83	174	32,2
PE	33	56	0	2	83	174	32,2
PI	18	74	20	6	30	148	50,0
RN	43	52	19	3	34	151	34,4
SE	17	29	7	2	20	75	38,7
NORDESTE	259	470	89	131	604	1553	30,3
GO	131	17	7	3	74	232	7,3
MS	18	12	8	2	37	77	15,6
MT	11	44	5	0	57	117	37,6
CENTROESTE	160	73	20	5	168	426	17,1
ES	17	4	4	4	42	71	5,6
MG	250	174	32	58	239	753	23,1
RJ	29	9	0	4	39	81	11,1
SP	300	73	74	57	120	624	11,7
SUDESTE	596	260	110	123	440	1529	17,0
PR	168	40	0	15	154	377	10,6
RS	163	16	117	2	129	427	3,7
SC	108	61	60	2	29	260	23,5
SUL	439	117	177	19	312	1064	11,0
TOTAL	1592	963	421	293	1679	4948	19,5

Fonte: FSP, 17.11.92.

⁶⁰ Inclui PDT, PTB, PT, PL, PDC, PSB, PJ/PRN, PSC, PTR, PCB/PPS, PSD, PMB, PST, PRP, PMN, PV, PSL, PT do B, PSDC, PRTB, PSN, PRONA e PTN.

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO DOS PREFEITOS ELEITOS PELO PFL, POR REGIÃO - 1992.

REGIÃO	N ^o DE PREFEITOS ELEITOS PELO PFL	%	N ^o DE CAPITAIS
NORTE	43	4,5	1
NORDESTE	470	48,8	0
CENTROESTE	73	7,6	0
SUDESTE	260	27,0	0
SUL	117	12,1	0
TOTAL	963	100,0	1

Fonte: FSP, 17.11.92 e NICOLAU, 1998.⁶¹*As eleições de 1996*

Nas eleições municipais de 1996 o PFL manteve suas principais características: maior desempenho no Nordeste e segundo colocado em número de prefeitos eleitos, perdendo apenas para o PMDB, como mostra a tabela 9.

O PSDB passou para o 3^o lugar, com um número de prefeitos bem mais próximo ao do PFL, inclusive superando-o na região Sudeste, como mostra a tabela 9.

Já no Nordeste, o PFL foi o partido que elegeu mais prefeitos: 404 (24% do total), que representam quase a metade dos eleitos pelo partido em todo o Brasil, como pode ser visto na tabela 10.

Em 1996 o PFL elegeu os prefeitos em 4 capitais (sendo duas no Nordeste): Macapá (AP), Recife (PE), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ).

⁶¹ Os dados relativos às eleições municipais de 1992 encontram-se incompletos no material fornecido pelo TSE, por este motivo foi usada como fonte uma matéria do jornal Folha de São Paulo. A informação relativa aos partidos dos prefeitos eleitos para as capitais foi obtida em NICOLAU, 1998.

TABELA 9

NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS, POR PARTIDO - 1996.

ESTADO	PMDB	PFL	PSDB	PPB	PDT	PTB	PL	PSB	PSD	OU-TROS ⁶²	TOTAL	% PFL
AC	9	4	0	5	0	0	0	0	0	4	22	18,2
AP	0	2	5	0	1	0	3	3	0	2	16	19,7
AM	6	12	2	22	0	9	2	0	0	8	61	12,5
PA	29	14	35	8	11	8	2	5	1	9	122	11,5
RO	18	4	8	5	6	4	0	1	0	6	52	7,7
RR	2	0	1	6	0	4	1	0	0	1	15	0,0
TO	37	32	16	41	2	7	2	0	0	1	138	23,2
NORTE	101	68	67	87	20	32	10	9	1	31	426	16,0
AL	20	9	20	7	3	2	2	10	13	15	101	8,9
BA	48	124	22	27	8	85	64	6	0	30	414	30,0
CE	22	11	78	17	10	2	4	3	30	7	184	6,0
MA	25	25	12	6	4	14	3	4	17	12	122	20,5
PB	101	53	22	5	21	2	9	4	0	6	223	23,8
PE	9	47	10	5	17	4	2	79	0	11	184	25,5
PI	41	77	24	41	6	20	3	3	0	6	221	34,8
RN	48	41	15	24	1	1	24	1	0	5	160	25,6
SE	12	17	20	7	1	2	2	3	1	10	75	22,7
NOR DESTE	326	404	223	139	71	132	113	113	61	102	1684	24,0
GO	107	23	28	28	1	8	21	0	20	4	240	9,6
MT	27	33	19	3	24	12	0	0	0	8	126	16,9
MS	28	13	19	3	4	7	0	0	0	3	77	26,2
CENTRO OESTE	162	69	66	34	29	27	21	0	20	15	443	15,6
ES	19	5	19	6	12	3	3	5	1	4	77	6,5
MG	205	162	209	54	43	64	43	6	12	55	853	19,0
RJ	13	12	27	10	10	2	4	5	2	6	91	13,2
SP	109	105	221	54	26	41	22	9	19	39	645	16,3
SUDES TE	346	284	476	124	91	110	72	25	34	104	1666	17,0
PR	75	36	73	35	111	54	4	0	0	11	399	9,0
RS	158	21	5	142	85	24	2	3	0	27	467	4,5
SC	127	52	11	64	29	3	0	0	0	7	293	17,7
SUL	360	109	89	241	225	81	6	3	0	45	1159	7,7
TOTAL	1295	934	921	625	436	382	222	150	116	2	5378	17,4

Fonte: NICOLAU, 1998.

⁶² Inclui: PT, PSC, PPS, PRP, PMN, PV, PSL, PST, PT do B, PSDC, PRTB, PSN, PRONA e PTN.

TABELA 10

DISTRIBUIÇÃO DOS PREFEITOS ELEITOS PELO PFL, POR REGIÃO - 1996.

REGIÃO	Nº DE PREFEITOS ELEITOS PELO PFL	%	Nº DE CAPITAIS
NORTE	68	7,3	1
NORDESTE	404	43,2	2
CENTROESTE	69	7,4	0
SUDESTE	284	30,4	1
SUL	109	11,7	0
TOTAL	934	100,0	4

Fonte: NICOLAU, 1998.

A evolução do desempenho eleitoral nas prefeituras

Quanto à evolução do desempenho eleitoral no nível municipal, a tabela 11 mostra a proporção de prefeitos eleitos pelo PFL em relação ao total de 1985, 1988, 1992 e 1996.

Em 1988 o número de prefeitos eleitos praticamente dobrou em relação aos resultados obtidos nas eleições anteriores (1985), mas depois diminuiu um pouco em 1992 e mais um pouco em 1996. Mesmo assim o desempenho manteve-se sempre bem acima dos níveis alcançados na “estréia” do PFL, em 1985.

TABELA 11

PROPORÇÃO DE PREFEITOS ELEITOS PELO PFL, POR ESTADO, DE 1985 A 1996.

ESTADO	1985	1988	1992	1996
AC	0,0	16,7	9,1	18,2
AM	30,0	21,3	7,7	12,5
AP	20,0	42,8	46,7	19,7
PA	11,1	5,8	5,1	11,5
RO	0,0	4,3	7,5	7,7
RR	0,0	62,5	0,0	0,0
TO	---	27,6	17,1	23,2
NORTE	11,1	16,4	11,4	16,0
AL	0,00	36,1	14,3	8,9
BA	6,8	37,1	32,3	30,0
CE	45,4	31,1	6,0	6,0
MA	0,0	40,9	32,3	20,5
PB	0,0	21,2	32,2	23,8
PE	0,0	39,0	32,2	25,5
PI	50,0	55,9	50,0	34,8
RN	0,0	29,8	34,4	25,6
SE	0,0	54,0	38,7	22,7
NORDESTE	14,1	36,6	30,3	24,0
GO	0,0	13,4	7,3	9,6
MS	14,3	25,0	15,6	16,9
MT	0,0	32,0	37,6	26,2
CENTROES	9,5	20,1	17,1	15,6
ES	0,0	36,4	5,6	6,5
MG	28,6	24,0	23,1	19,0
RJ	20,0	14,0	11,1	13,2
SP	40,0	22,5	11,7	16,3
SUDESTE	28,0	23,6	17,0	17,0
PR	0,0	11,0	10,6	9,0
RS	7,7	4,8	3,7	1,1
SC	0,0	19,1	23,5	17,7
SUL	4,3	10,5	11,0	7,7
TOTAL	12,4 (N=201)	24,6 (N=4293)	19,5 (N=4948)	17,4 (N=5378)

Fonte: TSE , FSP e NICOLAU, 1998.

GRÁFICO 1

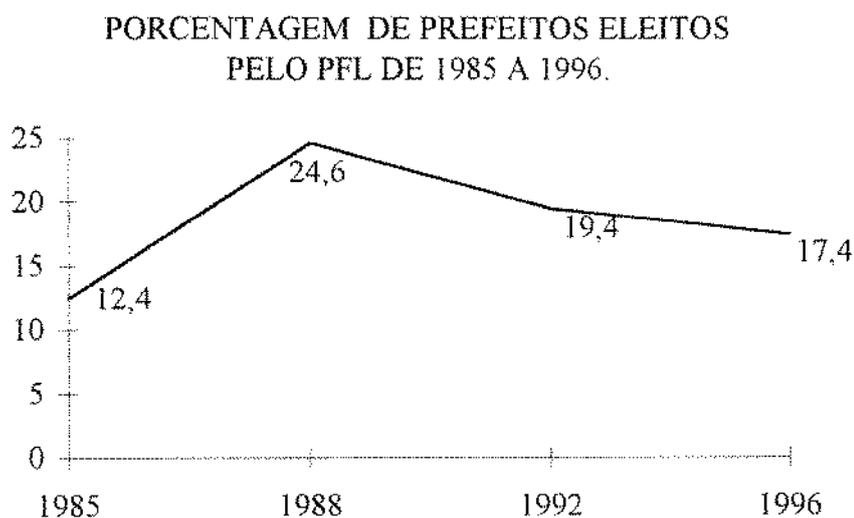
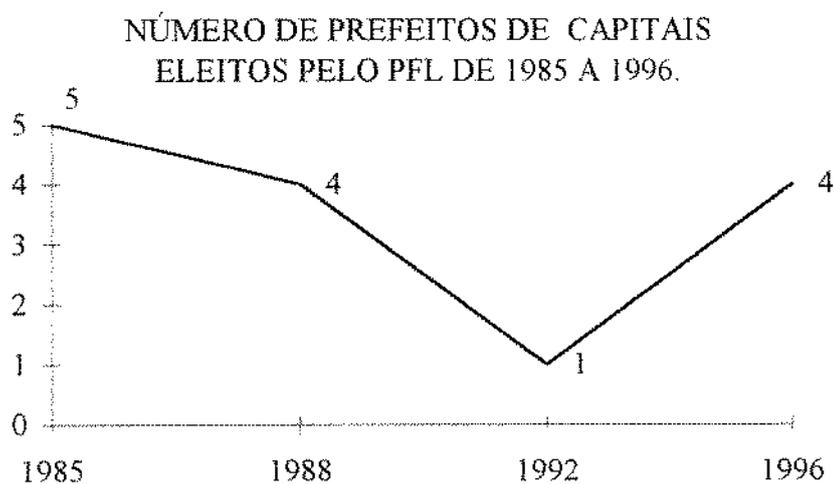


GRÁFICO 2



O gráfico 1 mostra a evolução do desempenho do PFL nas eleições municipais (porcentagem de prefeituras nas eleições de 1985, 1988, 1992 e 1996) e o gráfico 2 mostra o número de capitais em que o PFL elegeu prefeitos em cada uma das quatro eleições.

No nível municipal também se expressa a manutenção das bases nordestinas do PFL, como mostra a tabela 12.

TABELA 12

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PREFEITOS ELEITOS PELO PFL POR REGIÃO, DE 1985 A 1996.

REGIÃO	1985	1988	1992	1996
NORTE	20,0	4,1	4,5	7,3
NORDESTE	36,0	49,6	48,8	43,2
CENTROESTE	8,0	6,3	7,6	7,4
SUDESTE	28,0	31,6	27,0	30,4
SUL	8,0	8,4	12,1	11,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
	N = 25	N = 1058	N = 963	N = 934

Fonte: TSE, FSP e NICOLAU, 1998.

Eleições para os cargos executivos estaduais

O PFL participou de quatro eleições para governadores desde a sua fundação. Também não é no nível estadual a maior força eleitoral do PFL. O número de governadores eleitos não é muito expressivo - com exceção das eleições de 1990 - nem a evolução do desempenho eleitoral apresenta qualquer regularidade. Entretanto a análise das eleições estaduais tem interesse para mostrar, por contraste com as eleições para o Congresso, que o candidatos do PFL aos executivos estaduais não contam com o eleitorado dos estados que elege seus candidatos ao parlamento.

Chama a atenção o fato de que o baixo desempenho eleitoral nos executivos estaduais não enfraquece nem afeta a atuação das bancadas do PFL no Congresso, apesar do controle dos governadores sobre os deputados federais observado por Fernando Abrucio.⁶³ O autor arrola diversos fatores que conferem aos governadores dos estados um considerável poder sobre as bancadas estaduais na Câmara Federal e inclusive cita uma pesquisa em que quase

⁶³ ABRUCIO, 1998.

75% dos deputados federais do PFL afirmaram levar em conta mais os interesses estaduais do que as diretrizes partidárias, em caso de haver conflito entre ambas.

As eleições de 1986

Na disputa pelos executivos estaduais em 1986 o PFL teve um desempenho relativamente fraco: elegeu apenas um governador (Sergipe). Enquanto o PMDB elegeu todos os outros 22 governadores, o PFL aparece como o único contendor capaz de enfrentar o partido favorito naquelas eleições, o que confere um maior significado ao seu escasso desempenho.

TABELA 13

NÚMERO DE GOVERNADORES ELEITOS, POR PARTIDO - 1986.

SIGLA DO PARTIDO	N ^o DE GOVERNADORES	%
PMDB	22	95,7
PFL	1	4,3
OUTROS	0	0,0
TOTAL	23	100,0

Fonte: TSE e NICOLAU, 1998.

As eleições de 1990

Em 1990 o PFL elegeu 7 dos 27 governadores (AP, BA, MA, PE, PI, MT e SC). Estes resultados, excepcionais, praticamente equipararam o desempenho do PFL ao do PMDB, que elegeu 8 governadores. Mais da metade dos governadores eleitos pelo PFL (4) foram em estados da região Nordeste.

TABELA 14

NÚMERO DE GOVERNADORES ELEITOS, POR PARTIDO - 1990.

SIGLA DO PARTIDO	Nº DE GOVERNADORES	%
PMDB	8	29,6
PFL	7	25,9
PDT	3	11,1
PDS	2	7,4
PTB	2	7,4
PTR	2	7,4
PSC	1	3,7
PSDB	1	3,7
PRS	1	3,7
OUTROS	0	0,0
TOTAL	27	100,0

Fonte: TSE e NICOLAU, 1998 .

TABELA 15

DISTRIBUIÇÃO DOS GOVERNADORES ELEITOS PELO PFL, POR REGIÃO - 1990.

REGIÃO	Nº. DE GOVERNADORES
NORTE	1
NORDESTE	4
CENTROESTE	1
SUDESTE	0
SUL	1
TOTAL	7

Fonte: TSE e NICOLAU, 1998.

As eleições de 1994

Em 1994 o PFL elegeu apenas dois governadores, ambos no Nordeste: da Bahia e do Maranhão.

TABELA 16

NÚMERO DE GOVERNADORES ELEITOS, POR PARTIDO - 1994.

SIGLA DO PARTIDO	Nº DE GOVERNADORES	%
PMDB	9	33,3
PSDB	6	22,2
PPR	3	11,1
PDT	2	7,4
PT	2	7,4
PFL	2	7,4
PSB	2	7,4
PTB	1	3,7
OUTROS	0	0,0
TOTAL	27	100,0

Fonte: TSE.

As eleições de 1998

Em 1998 o PFL elegeu 5 governadores (BA, MA, PR, RO e TO), ficando em terceiro lugar. Nesta oportunidade foi o desempenho do PSDB, superando o PMDB, que representou uma transformação em relação às eleições anteriores.

TABELA 17

NÚMERO DE GOVERNADORES ELEITOS, POR PARTIDO - 1998.

SIGLA DO PARTIDO	Nº. DE GOVERNADORES	%
PSDB	7	25,9
PMDB	6	22,2
PFL	5	18,5
PT	3	11,1
PSB	2	7,4
PPB	2	7,4
PSL	1	3,7
PDT	1	3,7
TOTAL	27	100,0

Fonte: OESP, 11/10/98 e 26/10/98.

TABELA 18

DISTRIBUIÇÃO DOS GOVERNADORES ELEITOS PELO PFL, POR REGIÃO - 1998.

REGIÃO	Nº. DE GOVERNADORES
NORTE	2
NORDESTE	2
CENTROESTE	0
SUDESTE	0
SUL	1
TOTAL	5

Fonte: OESP, 11/10/98 e 26/10/98.

A evolução de desempenho eleitoral nos governos estaduais

O desempenho do PFL nas eleições para governadores tem sido fraco, com exceção das eleições de 1990, e sem nenhuma constância.

Chama a atenção a predominância da Região Nordeste: em todas as quatro eleições o PFL elegeu governadores no Nordeste. Mesmo em 1986, quando o PFL elegeu apenas um governador, foi para um estado da Região Nordeste. Em contrapartida, na Região Sudeste, onde predominaram governadores do PMDB e do PSDB, o PFL nunca elegeu nenhum governador.

TABELA 19

PARTIDOS DOS GOVERNADORES ELEITOS DE 1986 A 1998.

ESTADO	1986	1990	1994	1998
AC	PMDB	PDS	PPR	PT
AM	PMDB	PMDB	PPR	PSL
AP	-	PFL	PSB	PSB
PA	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB
RO	PMDB	PTR	PMDB	PFL
RR	-	PTB	PTB	PPB
TO	-	PMDB	PPR	PFL
% DE GOV. DO PFL NA REGIÃO NORTE	0	14,3	0	28,6
AL	PMDB	PSC	PMDB	PSB
BA	PMDB	PFL	PFL	PFL
CE	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB
MA	PMDB	PFL	PFL	PFL
PB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB
PE	PMDB	PFL	PSB	PMDB
PI	PMDB	PFL	PMDB	PMDB
RN	PMDB	PDS	PMDB	PMDB
SE	PFL	PMDB	PSDB	PSDB
% DE GOV. DO PFL NA REGIÃO NORDESTE	1,1	44,4	2,2	2,2
DF	-	PTR	PT	PMDB
GO	PMDB	PMDB	PMDB	PSDB
MS	PMDB	PTB	PMDB	PT
MT	PMDB	PFL	PDT	PSDB
% DE GOV. DO PFL NA REGIÃO CENTROESTE	0	25,0	0	0
ES	PMDB	PDT	PT	PSDB
MG	PMDB	PRS	PSDB	PMDB
RJ	PMDB	PDT	PSDB	PDT
SP	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB
% DE GOV. DO PFL NA REGIÃO SUDESTE	0	0	0	0
PR	PMDB	PMDB	PDT	PFL
RS	PMDB	PDT	PMDB	PT
SC	PMDB	PFL	PMDB	PPB
SUL	0	3,3	0	3,3
% DE GOV. DO PFL SOBRE O TOTAL	4,3 (N=23)	25,9 (N=27)	7,4 (N=27)	18,5 (N=27)

Fonte: TSE e NICOLAU, 1998.

TABELA 20

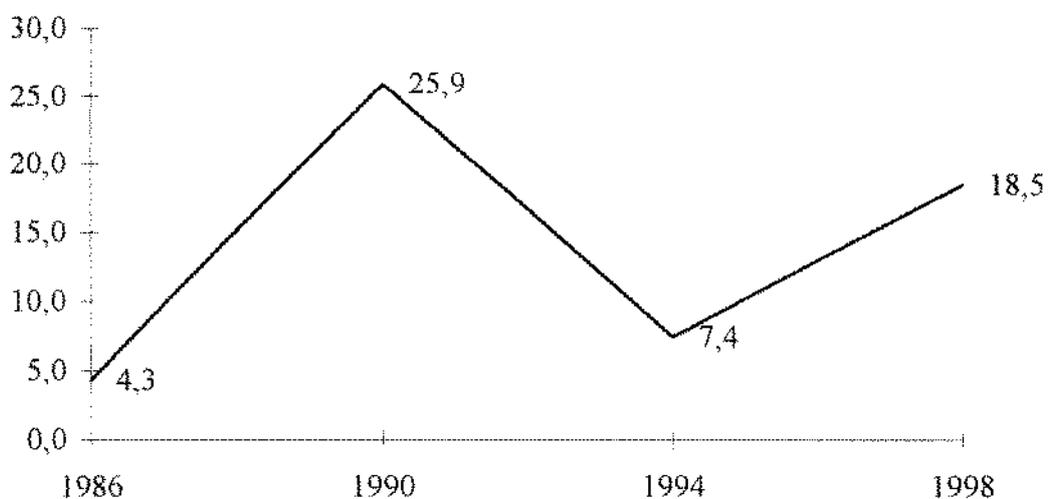
EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS GOVERNADORES ELEITOS PELO PFL, POR REGIÃO, DE 1986 A 1998.

REGIÃO	1986	1990	1994	1998
NORTE	0	1	0	2
NORDESTE	1	4	2	2
CENTROESTE	0	1	0	0
SUDESTE	0	0	0	0
SUL	0	1	0	1
TOTAL	1	7	2	5

Fonte: TSE; NICOLAU, 1998 e FSP.

GRÁFICO 3

PORCENTAGEM DE GOVERNADORES ELEITOS PELO PFL DE 1986 A 1998.



Eleições para o Congresso

A análise do desempenho do PFL nas quatro eleições para o Congresso atestam o seu caráter de partido parlamentar. Nas três primeiras eleições o PFL foi o segundo maior partido no Congresso. Em 1998 atingiu o primeiro lugar.

As eleições de 1986

Em 1986 o PFL concorreu pela primeira vez ao Congresso Nacional e teve grande êxito. Elegeu 118 deputados federais (24,2% do total) e 7 senadores (14,6%), conquistando desde então a posição de segundo maior partido nas duas casas do Congresso, ficando atrás do PMDB (que elegeu 53,4% das cadeiras na Câmara e 77% no Senado). A bancada do PFL na Câmara passou a ter mais parlamentares que as de todos os outros partidos juntos, que reuniam apenas 109 deputados federais como pode ser observado na Tabela 21.

Apesar de estar representado em todas as unidades da federação, o PFL teve a metade da sua bancada eleita para a Câmara Federal em 1986 (59 deputados) e quase a totalidade dos seus senadores (6 entre os 7 eleitos) vindos de estados da região Nordeste. Os dados apresentados na tabela 22 mostram as raízes nordestinas do partido e o desequilíbrio na distribuição da sua força pelo território nacional.

O pleito de 1986 teve a peculiaridade de eleger o Congresso Constituinte e neste ano o triunfo numérico do PFL se traduziu na primeira oportunidade de consolidação do partido no cenário político nacional: sua atuação teve peso fundamental na Assembléia Nacional Constituinte, através da composição de um bloco com o PMDB (o “Centrão”). Juntos, PFL e PMDB detinham 77,6% das 487 cadeiras na Câmara e 91,6% das 73 do Senado (somados os 48 senadores recém eleitos aos 25 eleitos em 1982).⁶⁴

O êxito inicial do Plano Cruzado conferiu às eleições de 1986 um caráter polarizado

⁶⁴ NICOLAU, 1998; DIAP, 1988; RODRIGUES, 1987.

entre de um lado o PMDB e seus aliados, e de outro, o PDS e quem mais se opusesse ao Plano.⁶⁵ O PFL, aliado do PMDB no governo da Nova República começa então a colher nas urnas os primeiros resultados positivos da estratégia do “governismo”.

TABELA 21

NÚMERO DE PARLAMENTARES ELEITOS, POR PARTIDO - 1986.

SIGLA DO PARTIDO	Nº DE DEPUTADOS FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
PMDB	260	53,4	37	77,1
PFL	118	24,2	7	14,6
PDS	33	6,8	2	4,2
PDT	24	4,9	1	2,1
PTB	17	3,5	0	0,0
PT	16	3,3	0	0,0
PL	6	1,2	0	0,0
PDC	5	1,0	0	0,0
PCB	3	0,6	0	0,0
PCdoB	3	0,6	0	0,0
PSC	1	0,2	0	0,0
PSB	1	0,2	0	0,0
PMB	0	0,0	1	2,1
TOTAL	487	100,0	48	100,0

Fonte: TSE e NICOLAU, 1998.

⁶⁵ LIMA JR., 1993.

TABELA 22

DISTRIBUIÇÃO DOS PARLAMENTARES ELEITOS PELO PFL, POR REGIÃO - 1986.

REGIÃO	DEPUTADOS	%	SENADORES	%
NORTE	14	11,9	0	0,0
NORDESTE	59	50,0	6	85,7
CENTROESTE	10	8,5	0	0,0
SUDESTE	25	21,2	1	14,3
SUL	10	8,5	0	0,0
TOTAL	118	100,0	7	100,0

Fonte: TSE e NICOLAU, 1998

As eleições de 1990

Nas eleições de 1990 o PFL elegeu menos deputados federais que em 1986, mas melhorou seu desempenho no Senado. Como pode ser visto na tabela 23, do total de 503 deputados federais eleitos, 16,5% eram do PFL, resultado que o manteve como o segundo maior partido na Câmara, perdendo ainda apenas para o PMDB, que elegeu 21,5% dos deputados.

A façanha em 1990 foram as eleições para os cargos parlamentares majoritários: o PFL elegeu 8 dos 31 senadores. Estes resultados equipararam o desempenho do PFL ao do PMDB, que elegeu o mesmo número de senadores (25,8%). Houve também uma reafirmação da "feição regional": do total de 83 deputados federais eleitos pelo PFL, 60,2% eram do Nordeste, como mostra a tabela 24.

As eleições de 1990 apresentaram uma maior fragmentação partidária de maneira geral. O número de partidos que obtiveram representação no Congresso Nacional subiu de 13 nas eleições anteriores (1986) para 19, o que em parte explica a redução do tamanho relativo das bancadas não só do PFL, mas inclusive do PMDB.

TABELA 23

NÚMERO DE PARLAMENTARES ELEITOS, POR PARTIDO - 1990.

SIGLA DO PARTIDO	Nº DE DEPUTADOS FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
PMDB	108	21,5	8	25,8
PFL	83	16,5	8	25,8
PDT	46	9,1	1	3,2
PDS	42	8,3	2	6,4
PRN	40	7,9	2	6,4
PTB	38	7,5	4	12,9
PSDB	38	7,5	1	3,2
PT	35	6,9	1	3,2
PDC	22	4,4	2	6,4
PL	16	3,2	0	0,0
PSB	11	2,2	0	0,0
PSC	6	1,2	0	0,0
PCdoB	5	1,0	0	0,0
PRS	4	0,8	0	0,0
PCB	3	0,6	0	0,0
PTR	2	0,4	0	0,0
PST	2	0,4	1	3,2
PMN	1	0,2	1	3,2
PSD	1	0,2	0	0,0
TOTAL	503	100,0	31	100,0

Fonte: TSE, NICOLAU, 1998 e FSP, 16.10.90 e 27.11.90.

TABELA 24

DISTRIBUIÇÃO DOS PARLAMENTARES ELEITOS PELO PFL, POR REGIÃO - 1990.

REGIÃO	DEPUTADOS	%	SENADORES	%
NORTE	8	9,6	3	37,5
NORDESTE	50	60,2	3	37,5
CENTROESTE	6	7,2	1	12,5
SUDESTE	11	13,2	1	12,5
SUL	8	9,6	0	0,0
TOTAL	83	100,0	8	100,0

Fonte: TSE e NICOLAU, 1998.

As eleições de 1994

O PFL enfrentou as urnas em disputa por vagas no Congresso Nacional mais uma vez em 1994, quando se manteve como segundo maior partido, elegendo 17,3% dos 513 deputados federais e 20,3% dos 54 senadores, como mostra a tabela 25. Também do Nordeste foram 57,3% dos 89 deputados federais eleitos pelo PFL e 63,6% dos 11 senadores, o que confirma a base nordestina do partido. A novidade foi que desta vez o PSDB passou a ser o terceiro partido superando o PDS/PPR. Estes números podem ser conferidos na tabela 26.

TABELA 25

NÚMERO DE PARLAMENTARES ELEITOS, POR PARTIDO - 1994.

SIGLA DO PARTIDO	Nº DE DEPUTADOS FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
PMDB	107	20,8	14	25,9
PFL	89	17,3	11	20,4
PSDB	62	12,1	9	16,7
PPR	52	10,1	2	3,7
PT	49	9,5	4	7,4
PP	36	7,0	4	7,4
PDT	34	6,6	4	7,4
PTB	31	6,0	3	5,5
PSB	15	2,9	1	1,8
PL	13	2,5	1	1,8
PCdoB	10	1,9	0	0,0
PMN	4	0,8	0	0,0
PSC	3	0,6	0	0,0
PSD	3	0,6	0	0,0
PPS	2	0,4	1	1,8
PRN	1	0,8	0	0,0
PV	1	0,2	0	0,0
PRP	1	0,2	0	0,0
TOTAL	513	100,0	54	100,0

Fonte: TSE.

TABELA 26

DISTRIBUIÇÃO DOS PARLAMENTARES ELEITOS PELO PFL, POR REGIÃO - 1994.

REGIÃO	DEPUTADOS	%	SENADORES	%
NORTE	8	9,0	1	9,1
NORDESTE	51	57,3	7	63,6
CENTROESTE	3	3,4	1	9,1
SUDESTE	17	19,1	1	9,1
SUL	10	11,2	1	9,1
TOTAL	89	100,0	11	100,0

Fonte: TSE

As eleições de 1998

As eleições de 1998 fizeram do PFL o primeiro maior partido no Congresso, com 20,7% dos Deputados Federais e 18,5% dos Senadores. A maior parte da bancada continua sendo composta por representantes de estados da Região Nordeste. O PMDB caiu para a terceira posição, perdendo inclusive para o PSDB, como mostra a tabela 27.

TABELA 27

NÚMERO DE PARLAMENTARES ELEITOS, POR PARTIDO - 1998.

SIGLA DO PARTIDO	Nº. DE DEPUTADOS FEDERAIS	%	Nº. DE SENADORES	%
PFL	106	20,7	5	18,5
PSDB	99	19,3	4	14,8
PMDB	82	16,0	12	44,4
PPB	60	11,7	2	7,4
PT	58	11,3	3	11,1
PTB	31	6,0	0	0,0
PDT	25	4,9	0	0,0
PSB	19	3,7	1	3,7
PL	12	2,3	0	0,0
PCdoB	7	1,4	0	0,0
PPS	3	0,6	0	0,0
PSD	3	0,6	0	0,0
PSC	2	0,4	0	0,0
PMN	2	0,4	0	0,0
PRONA	1	0,2	0	0,0
PV	1	0,2	0	0,0
PST	1	0,2	0	0,0
PSL	1	0,2	0	0,0
TOTAL	513	100,0	27	100,0

Fonte: FSP, 08/11/98.

TABELA 28

DISTRIBUIÇÃO DOS PARLAMENTARES ELEITOS PELO PFL, POR REGIÃO - 1998.

REGIÃO	DEPUTADOS	%	SENADORES	%
NORTE	17	16,0	1	20,0
NORDESTE	48	45,3	3	60,0
CENTROESTE	5	4,7	0	0,0
SUDESTE	26	24,5	0	0,0
SUL	10	9,4	1	20,0
TOTAL	106	100,0	5	100,0

Fonte: FSP, 10/10/98 e 08/11/98.

A evolução do desempenho eleitoral no nível parlamentar

O exame comparado dos dados sobre as quatro eleições para o Congresso - 1986, 1990, 1994 e 1998 - indicam dois movimentos contrários na evolução dos resultados eleitorais para os cargos proporcionais e para os majoritários.

No que diz respeito às vagas para a Câmara Federal, em 1986 o PFL teve um sucesso eleitoral bem maior do que nas duas eleições seguintes. Isto parece significar mais uma exceção em função de fatores conjunturais (Nova República, Plano Cruzado, Assembléia Constituinte) do que propriamente um declínio no desempenho eleitoral do PFL. Olavo Brasil de Lima Jr. sustenta que as eleições de 1986 tiveram um caráter plebiscitário em relação ao PMDB, e por conseguinte em relação aos seus aliados e adversários.⁶⁶ A tabela 29 mostra que o referido declínio não se repete nos pleitos seguintes.

Entretanto, com os resultados para o cargo de senador, ocorre exatamente o contrário: em 1986 o PFL elegeu bem menos candidatos do que em 1990 e 1994, além de ter ainda diminuído significativamente a proporção de eleitos para os cargos majoritários entre 1990 e 1994. 1990 foi um ano excepcional no que se refere às eleições majoritárias no PFL: 8 eleitos no Senado.

⁶⁶ LIMA JR., 1993.

TABELA 29

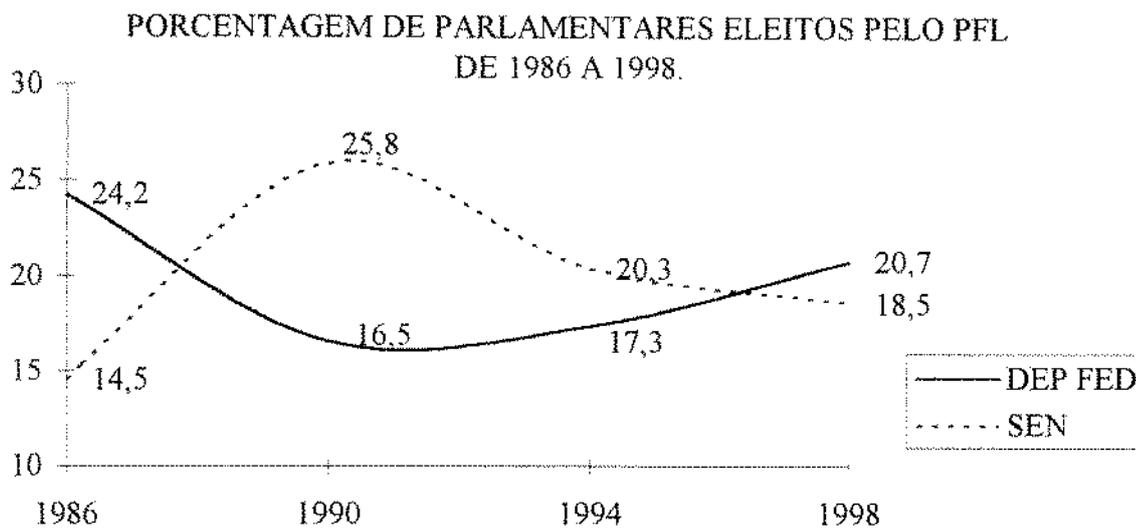
PORCENTAGEM DE PARLAMENTARES ELEITOS PELO PFL DE 1986 A 1998⁶⁷

UF	1986		1990		1994		1998	
	DEP	SEN	DEP	SEN	DEP	SEN	DEP	SEN
AC	12,5	0	0	0	0	0	37,5	0
AM	37,5	0	25,0	0	25,0	0	50,0	0
AP	75,0	-	50,0	33,3	37,5	0	25,0	0
PA	11,8	0	5,9	0	5,9	0	17,6	0
RO	37,5	0	0	100,0	0	0	25,0	0
RR	50,0	-	12,5	0	12,5	0	0	0
TO	-	-	0	100,0	25,0	50,0	37,5	100,0
NORTE	28,6	0	12,3	27,8	13,8	7,1	26,1	14,3
AL	44,4	50,0	22,2	100,0	11,1	0	11,1	0
BA	35,9	0	28,2	100,0	38,5	100,0	51,3	100,0
CE	27,3	0	18,2	0	9,1	0	4,5	0
MA	44,4	100,0	38,9	0	38,9	100,0	33,3	0
PB	33,3	0	25,0	0	25,0	0	25,0	0
PE	44,0	0	48,0	100,0	44,0	0	32,0	100,0
PI	50,0	50,0	50,0	0	50,0	100,0	50,0	0
RN	37,5	50,0	37,5	0	62,5	50,0	37,5	0
SE	50,0	50,0	50,0	0	12,5	0	12,5	100,0
NORDESTE	39,1	33,3	33,8	33,3	33,1	38,9	31,8	33,3
DF	37,5	0	25,0	0	12,5	0	12,5	0
GO	11,8	0	0	0	5,9	0	11,8	0
MS	37,5	0	0	0	12,5	0	12,5	0
MT	25,0	0	37,5	100,0	0	50,0	12,5	0
CENTROESTE	24,4	0	12,2	25,0	7,3	12,5	12,2	0
ES	20,0	0	0	100,0	0	0	10,0	0
MG	18,9	0	11,3	0	18,9	50,0	15,1	0
RJ	15,2	50,0	15,2	0	6,5	0	19,6	0
SP	10,0	0	1,7	0	4,3	0	11,4	0
SUDESTE	14,8	12,5	8,3	25,0	8,9	12,5	14,53	0
PR	16,7	0	13,3	0	20,0	0	20,0	0
RS	6,4	0	13,2	0	3,2	0	3,2	0
SC	18,7	0	18,7	0	18,7	50,0	18,7	100,0
SUL	13,0	0	10,4	0	13,0	16,7	13,0	33,3
TOTAL	24,2	14,6	16,5	25,8	17,3	20,4	20,7	18,5

Fonte: TSE e NICOLAU, 1998.

⁶⁷ Em 1986 e 1994 o Senado foi renovado em dois terços, ou seja, cada estado elegeu dois senadores; em 1990 e 1998 a renovação foi de um terço, ou seja, cada estado elegeu um senador.

GRÁFICO 4



O gráfico 4, correspondente às eleições parlamentares, mostra o número de deputados começando mais alto em 1986, caindo em 1990, se recuperando em 1994 e subindo em 1998; a linha correspondente ao número de senadores começa baixa em 1986, sobe consideravelmente em 1990, cai em 1994 e em 1998.

As eleições de 1990, em função da proximidade com as eleições presidenciais de 1989, apresentaram algumas especificidades, entre elas uma maior fragmentação que teve efeitos sobre o sistema partidário como um todo. Portanto, os resultados eleitorais de 1990 têm um caráter peculiar, e não apenas para o PFL.

Quanto à evolução da distribuição dos eleitos por regiões dentro do partido, é flagrante que a região Nordeste tenha concentrado quase sempre a metade ou mais, dos deputados federais eleitos, com exceção das eleições de 1998, em que a proporção caiu para 45,3%, como pode ser visto na tabela 30.

Outro movimento que se pode observar ao longo do período é o aumento relativo da região Sul dentro da bancada do PFL na Câmara, ao lado da redução das regiões Norte e Centro-Oeste, justamente as duas regiões sobre-representadas no Congresso. Este dado sugere um crescimento real do PFL na direção da consolidação como partido nacional, independente dos fatores institucionais, que até então lhe garantiam uma bancada numerosa no Congresso Nacional mesmo sem correspondência com o eleitorado.⁶⁸

⁶⁸ Alguns fatores de ordem institucional contribuem para que o PFL tenha bancadas maiores que outros partidos com votação correspondente. Isto será analisado no capítulo 6.

No Senado, o PFL partiu de uma concentração das cadeiras no Nordeste em 1986, chegou a 1994 com senadores em todas as regiões, apesar da grande maioria ainda permanecer na região Nordeste, e voltou a concentrar 60% dos eleitos na região nordeste em 1998.

TABELA 30

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PARLAMENTARES ELEITOS PELO PFL POR REGIÃO, DE 1986 A 1998.⁶⁹

REGIÃO	1986		1990		1994		1998	
	DEP	SEN	DEP	SEN	DEP	SEN	DEP	SEN
NORTE	11,9	0	9,6	37,5	9,0	9,1	16,0	20,0
NORDESTE	50,0	85,7	60,2	37,5	57,3	63,6	45,3	60,0
CENTROEST	8,5	0	7,2	12,5	3,4	9,1	4,7	0,0
SUDESTE	21,2	14,3	13,2	12,5	19,1	9,1	24,5	0,0
SUL	8,5	0	9,6	0	11,2	9,1	9,4	20,0
TOTAL	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N = 118	N = 7	N = 83	N = 8	N = 89	N = 11	N = 106	N=5

Fonte: TSE e NICOLAU, 1998.

Os dados sobre a trajetória eleitoral do PFL demonstram a sua natureza de partido essencialmente parlamentar, que vai ser fundamental para o sucesso da sua estratégia de desenvolvimento, como será visto no capítulo 6.

⁶⁹ O desempenho eleitoral no Senado deve levar em conta que em 1986 e 1994 o PFL concorreu a duas vagas por estado, e em 1990 e 1998 a uma vaga.

5. ORGANIZAÇÃO INTERNA: IDENTIDADE E CENTRALIZAÇÃO

Durante o período considerado, o PFL operou um processo de transformação interna que compreendeu de um lado a centralização da sua organização interna e de outro a formulação de base doutrinária para orientar a ação política e formação de seus quadros, assim como a definição de projetos políticos próprios. A reorganização interna contemplou significativas mudanças no estatuto e no programa do partido, que serão analisadas adiante.

Houve também uma renovação dos quadros executivos do partido, inclusive com a eleição do primeiro presidente da executiva que não era proveniente da Região Nordeste - o catarinense Jorge Bornhausen, em 1993. Neste ano foram criadas Comissões Especiais com o objetivo de discutir e formular projetos de governo e propostas de reforma do Estado, além das discussões sobre a expansão do partido em nível nacional.

Identidade e formação política dos quadros

O esforço empreendido no sentido de conferir ao PFL uma identidade doutrinária que apagasse a imagem de partido fisiológico e de feições regionais, compreendeu desde o recurso a assessorias externas até uma reorganização interna. Esta preocupação é claramente manifestada e está registrada em ata de reunião da comissão executiva:

*“a falta de estrutura interna tem provocado divulgação na imprensa de que o PFL seria fisiológico e aproveitador das benesses do poder”*⁷⁰

A redefinição da bandeira liberal do PFL foi uma iniciativa fundamental neste sentido. O liberalismo - doutrina que já constava inicialmente do programa do partido - passa a receber a qualificação de “liberalismo social” e torna-se objeto de publicações, debates e discussões realizadas internamente e com assessorias externas.

⁷⁰ Ata da 49ª Reunião da Comissão Executiva Nacional, Brasília, DF, 10/12/92.

Através do Instituto Tancredo Neves, órgão interno responsável pela formação doutrinária dos quadros, a executiva convidou palestrantes para uma exposição sobre o “Capitalismo de Sócios”. Segundo os referidos palestrantes, Dr. Thomaz Pompeu Magalhães e Dr. Paulo Rabelo de Castro, o “Capitalismo de Sócios” pressupõe a autonomia do Banco Central, um processo de privatização popular, a capitalização das contribuições previdenciárias, redução de impostos e alíquotas, flexibilização das relações de trabalho, e adoção dos sistemas de cheque-saúde e cheque-educação.⁷¹

No que diz respeito à formação política de seus quadros partidários, o PFL promoveu vários tipos de atividades e contou com a publicação de textos e documentos ao longo do período considerado, a partir dos quais se pode identificar a sua linha política e ideológica.

Nos primeiros anos após a fundação foram lançados manifestos, cartas e moções direcionadas ao estabelecimento de posturas diante de conjunturas específicas. Com o crescimento do partido, o Instituto Tancredo Neves passa a publicar textos de vários autores sobre temas programáticos, em parceria com o Instituto Friedrich Naumann. Trata-se de uma Fundação de ensino sócio-político, sediada em São Paulo, que participa com outras entidades semelhantes em todo o Brasil do Conselho Liberal, que publica os Cadernos Liberais, entre outros textos.

O primeiro documento que será analisado a seguir foi firmado em nome da Frente Liberal, antes da sua transformação em partido: trata-se do “Compromisso com a Nação”, de 07 de agosto de 1984. Nele o PMDB e a Frente Liberal formalizam a constituição da Aliança Democrática com o fim expresso de

“eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República às próximas eleições e instituir um Governo que promova o encontro do Estado com a sociedade e concretize o bem comum.”⁷²

Assinam o compromisso pelo PMDB o seu presidente, Ulysses Guimarães e o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, indicado nesta ocasião como candidato a Presidente da República. O então Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves e o Senador Marco Maciel assinam pelo PFL, que indica para candidato a Vice-Presidente o senador José Sarney.

O texto contém elementos indicativos da postura assumida pelo PFL no processo de transição, avaliando a premência das mudanças em curso e ao mesmo tempo descartando qualquer possibilidade de “revanchismos”:

⁷¹ Ata da 77ª Reunião da Comissão Executiva Nacional. Brasília, DF, 14/02/95.

⁷² Anexo 2.

“O País vive gravíssima crise na história republicana. A hora não admite vacilações.” (...) “Sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro, propõe o entendimento de todos os brasileiros”.

O documento arrola propostas de reformas em diversas áreas e aponta problemas sem nunca formular críticas diretas ao governo. Chama a atenção o compromisso que confere

“prioridade ao Nordeste e reconhecimento da sua capacidade na formulação das soluções mais adequadas ao resgate da dívida nacional para com a Região”.

O “Manifesto ao Povo Brasileiro”⁷³, lançado em 19 de dezembro de 1984 e aprovado em reunião de 24 de janeiro de 1985, é o documento que marca a criação do Partido da Frente Liberal. Indica a sua Comissão Diretora Nacional Provisória e reúne conceitos do ideário político da nova agremiação. Anexos ao manifesto foram publicados o programa do partido, com os princípios e as diretrizes, e a primeira versão do seu estatuto.

Em 1985, por ocasião da fundação do PFL, o senador Marco Maciel, primeiro presidente do partido, publica um livro em que defende as propostas do programa recém-lançado, situa o liberalismo do PFL na história política brasileira e reproduz vários textos e discursos que documentam a crise do PDS, a origem da Frente Liberal e a sua conversão em partido político.⁷⁴ Na sua definição do liberalismo, chama a atenção a preocupação do autor em evitar o vínculo a rótulos desgastados:

“Somos um partido em que cabem todas as concepções liberais; do liberalismo político clássico, que nem velho e antigo foi menos útil e proveitoso para a história da formação política das nações, ao que é hoje a não menos generosa idéia do neoliberalismo, que surge como alternativa para o dilema aparentemente insolúvel do antigo e discutido conflito entre a liberdade e a igualdade. Por isso, somos simplesmente liberais, e não liberais conservadores, liberais progressistas, liberais democratas, tampouco adeptos da esquerda liberal ou do liberalismo social.” (MACIEL, 1985)

A referência ao liberalismo social reaparece em textos do projeto PFL 2000, mas então como o novo postulado defendido pelo PFL. A menção ao neoliberalismo está presente também em outro livro de Marco Maciel⁷⁵, em que o autor defende o neoliberalismo - “última

⁷³ Anexo 3.

⁷⁴ MACIEL, 1985.

⁷⁵ MACIEL, 1989.

fase na evolução histórica do liberalismo econômico” - como a sua forma mais adequada, por limitar a ação interventora do Estado e por conciliar “o ideal de liberdade à imposição da igualdade.”

Em novembro de 1992, às vésperas do plebiscito que decidiria entre parlamentarismo e presidencialismo, o Instituto Tancredo Neves publica uma monografia sobre o parlamentarismo e a recomenda para discussão pelos “formadores de opinião”.⁷⁶

Durante o ano de 1993 o PFL formou Comissões Especiais e promoveu debates em torno de propostas para a Revisão Constitucional, que resultaram na apresentação de 56 emendas ao texto constitucional promulgado em 1988. Inviabilizada a Revisão Constitucional, as propostas foram transportadas para o programa de governo de 1994⁷⁷ e publicadas em 1995 pelo projeto PFL 2000.

Em fevereiro de 1995 é lançado o Projeto PFL 2000, a cargo da Comissão Especial presidida pelo deputado Roberto Magalhães, e de quatro subcomissões encarregadas de discutir os seguintes assuntos: 1) a Lei Orgânica dos Partidos Políticos; 2) a modernização da legislação eleitoral; 3) a reestruturação do próprio PFL (elaborar estratégias para o partido em função dos pleitos de 1996, 1998 e 2000); e 4) as reformas constitucionais.

O Projeto PFL 2000 fez publicar ainda dois textos de formação doutrinária: “Perspectivas do Liberalismo”, do deputado Roberto Magalhães e “Uma Pauta para o Futuro: o social liberalismo do ano 2000” do Vice-Presidente da República, Marco Maciel.

O liberalismo do PFL

O primeiro texto referido acima, do deputado Roberto Magalhães, traça brevemente a evolução das idéias liberais no Brasil e no mundo. Começa com um resumo do liberalismo clássico e sua inserção histórica, faz comentários sobre o neoliberalismo (chamado aqui de “*Liberalismo Contemporâneo*”), para finalmente apresentar o que seria a proposta liberal do

⁷⁶ DIB e SILVA, Antônio. *O Sistema Parlamentarista de Governo*. Brasília. ITN. 1992.

⁷⁷ “Princípios e Metas Fundamentais para um Programa de Governo - Eleições de 1994. Proposta a ser apresentada à Nação e sustentada, no que couber, pelos candidatos do PFL à Presidência da República, aos Governos de Estado, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e às Assembléias Legislativas.” KRAUSE, 1994.

PFL, diferenciada e denominada “*Social Liberalismo*”.⁷⁸

Magalhães reconhece que o “novo liberalismo” produziu exageros: governos como o de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos

“praticaram um liberalismo excessivamente individualista, com conotação predominantemente conservadora. Em termos doutrinários, muito distantes de Stuart Mill e Tocqueville. E também daqueles que, no Brasil, vem identificando uma crescente valorização da igualdade no conjunto das idéias da doutrina liberal, como José Guilherme Merquior, Marco Maciel e Celso Lafer”. (MAGALHÃES, 1995)

O autor recorre a Celso Lafer e Norberto Bobbio para dirigir uma crítica ao “novo liberalismo”. Segundo Magalhães, este novo liberalismo se desenvolveu na década de 80 em função de uma crítica aos socialismos reais, que ruíram no leste europeu e na URSS. Reivindicava a afirmação dos direitos individuais negados pelo “despotismo comunista” e a superioridade do mercado em relação ao estado intervencionista e burocratizado.

Segundo o autor, a agenda do liberalismo no Brasil exige um tratamento para o problema das desigualdades sociais que passa necessariamente pela proposta de um pacto social.

A partir da avaliação crítica feita sobre o “novo liberalismo”, Magalhães propõe o “Liberalismo Social ou Social Liberalismo” como a proposta mais acabada em termos de doutrina liberal e mais adequada à realidade. Tal proposta seria a “terceira via”, resultante do encontro do socialismo com o liberalismo na busca da conciliação entre as aspirações de liberdade e de justiça social.

Nesta concepção, surgida no período entre as duas grandes guerras mundiais, aparece a noção de *Estado necessário*, que, nem mínimo nem máximo, deveria coexistir com a livre iniciativa e a economia de mercado, associando ao liberalismo a defesa dos princípios de igualdade.

A este novo papel do estado corresponderia a economia social de mercado (em contraposição ao clássico *laissez faire*), que admite um certo grau de intervenção estatal, como por exemplo a regulação de tarifas alfandegárias, leis anti-trustes, negociações coletivas de trabalho e tratados internacionais.

Enfim, a proposta política do PFL parece clara, específica e principalmente lúcida: na avaliação crítica que faz do neoliberalismo e do liberalismo clássico, reconhece que tais

⁷⁸ MAGALHÃES, 1995.

modelos estão desgastados como ideologias e superados historicamente. Além disso, o lançamento de uma proposta que contemple ao mesmo tempo a preservação no núcleo fundamental do ideário liberal e alguma resposta às questões sociais prementes, constitui um esforço para diferenciar o partido, desvinculando-o dos rótulos conservadores.

Formulação de projetos políticos próprios

Nos primeiros anos de existência do PFL, seus projetos políticos pareciam limitados pelo apoio aos projetos do governo. Ao longo do tempo, paralelamente ao processo de formação doutrinária dos quadros, o partido começa a formular projetos políticos próprios, com objetivos definidos, consubstanciados em publicações e documentos com textos mais profundos e direcionados.

Em março de 1986, logo após o lançamento do Plano Cruzado, a Comissão Diretora Nacional divulga uma nota oficial em que reitera o apoio ao governo Sarney. Intitulada "*Por uma nova mentalidade*" a nota atribui à participação do PFL as condições que permitiram desde a vitória de 15 de janeiro de 1985 (no Colégio Eleitoral) até a implementação dos projetos do governo Sarney.

A primeira Convenção Nacional do PFL, em 20 de abril de 1986, aprovou uma "*Carta Compromisso*"⁷⁹ a ser subscrita por todos os candidatos do partido às eleições de 15 de novembro de 1986. As propostas apresentadas neste documento deveriam ser defendidas pelos representantes do PFL na Assembléia Nacional Constituinte. Na mesma ocasião foram aprovadas duas moções: uma atribuindo ao Presidente José Sarney o título de patrono do PFL e a outra propondo a adoção do sistema parlamentarista de governo como item programático e como bandeira dos seus candidatos à Constituinte.

Por ocasião da revisão constitucional em 1993 e das eleições de 1994 foram aprovados documentos elaborados por comissões especialmente designadas com o objetivo de reunir as propostas do partido a serem sustentadas pelos seus representantes. Finalmente, em 1995 foi lançado um grande projeto chamado "PFL 2000" que traça as metas do partido para o futuro e

⁷⁹ Anexo 5.

cujos documentos ilustram a estratégia já adotada pelo partido no período de 1984 a 1994.

Em janeiro de 1994, a Executiva Nacional do PFL designa uma “Comissão Nacional de Estudos e Programas”, coordenada pelo deputado Gustavo Krause, para a tarefa de elaborar um documento com propostas e diretrizes para um programa de governo. A comissão pretendia aproveitar em seus trabalhos os debates ocorridos dentro do partido por ocasião da Revisão Constitucional em 1993. O texto resultante⁸⁰ ficou pronto em abril e parte da constatação de uma *“extraordinária incapacidade de gerar consensos mínimos”* da política brasileira e de um impasse gerado pelo *“persistente bloqueio decisório das forças políticas formalmente representadas, por conta de um estéril e já habitual exercício de vetos recíprocos.”* (KRAUSE, 1994)

O documento identifica na sucessão presidencial a chance de realização de reformas estruturais que eram esperadas para a Revisão Constitucional. A definição de uma agenda *sustentada por uma política de alianças que permitam ao futuro Governo executar as reformas* é considerada uma condição tão decisiva quanto a própria legitimidade do presidente eleito para a viabilização, com segurança, dos programas nacionais. Neste sentido o documento anuncia que, para o embate eleitoral de 1994, o PFL pretende não apenas *usar a sua estrutura de grande partido, mas também contribuir com propostas em favor de uma agenda e um Programa de Governo comuns, inspiradas no ideário liberal, como uma solução de compromisso necessária a dar ao País uma estabilidade indispensável à consolidação democrática.* (KRAUSE, 1994)

As metas definidas pelo PFL para o governo compreendiam: a) projetos de estabilização econômica (independência do Banco Central, programas de privatização, reorganização das contas públicas); b) reformas estruturais (fiscal, tributária, federativa, previdenciária) e abertura de mercado; c) políticas sociais (cheque-educação,⁸¹ cheque-saúde,⁸² criação de um Fundo Nacional de Solidariedade para financiar mutirões habitacionais, Registro Social do Cidadão,⁸³ Projeto Trabalho para Todos,⁸⁴ criação de um Fundo do Menor Carente no Banco do Brasil,

⁸⁰ KRAUSE, 1994.

⁸¹ Trata-se de um sistema de repasse de recursos destinados pelo Orçamento da União (estimado em US\$20,00 por mês/aluno), aplicado pelos municípios.

⁸² O projeto prevê o repasse direto aos cidadãos, pelo Orçamento da União, de US\$100,00 por pessoa e por ano, para cobrir serviços médicos e hospitalares prestados pela rede privada ou cooperativas.

⁸³ Transformação do Título de Eleitor em “Título de Cidadania”, a ser usado para um cadastramento pelo IBGE.

⁸⁴ Criação de empregos em meia-jornada, com fornecimento de refeições, para 2.000.000 de pessoas por ano, através de recursos do Governo Federal repassados às prefeituras.

Programa dos Veteranos,⁸⁵ desenvolvimento regional com prioridade para a Amazônia e o Nordeste, entre outras).

O Programa de Governo do PFL coloca duas pré-condições para a execução das metas de governo: a estabilização econômica e a *“materialização de reformas estruturais que sepultem os arcaísmos da nossa economia.”* O PFL reconhece os avanços do Programa de Estabilização que criou o Real, *“para o qual não tem negado seu apoio”*, e afirma que pretende manter esse apoio na implementação das suas futuras etapas.⁸⁶

Eleito o presidente Fernando Henrique Cardoso em outubro de 1994, pela aliança que teve a participação do PFL, a Executiva Nacional do partido aprova, em dezembro de 1994 o documento “A Reforma do Estado”, em que manifesta, além do apoio ao governo eleito, as suas expectativas de realização das reformas defendidas desde a campanha eleitoral.

Centralização organizacional

O estudo da organização interna do Partido da Frente Liberal é parte fundamental de um trabalho que pretenda descrevê-lo, por dois motivos: em primeiro lugar porque o modo como qualquer partido funciona internamente é indispensável para a compreensão da sua estrutura e para a montagem de um retrato minimamente fiel do objeto; em segundo lugar porque a organização interna do PFL e suas alterações ao longo do período considerado estão profundamente relacionadas à trajetória do partido e ao seu papel no sistema político.

Esta última razão é uma das proposições a ser demonstrada a seguir, qual seja, a de que a reorganização e a centralização interna do partido constituíram um elemento básico da estratégia de desenvolvimento montada pelo PFL. As alterações no estatuto do partido permitiram um reforço do controle da cúpula sobre o conjunto do partido e indicam o firme propósito de dotar o partido de consistência doutrinária. O arranjo organizacional operado permitiu a maximização do aproveitamento dos recursos políticos obtidos com o apoio aos governos, e coloca o PFL como um partido do tipo definido acima por Peter Mair.

A bibliografia sobre partidos políticos no Brasil contém uma série de estudos, já

⁸⁵ Criação de um registro dos trabalhadores da terceira idade que lhes permita um emprego complementar sem pagamento das contribuições sociais. isenção de vestibulares para ingresso 1/10 das vagas em cursos universitários e credenciamento de veteranos como instrutores de cursos técnicos ou de formação profissional.

⁸⁶ KRAUSE. 1994.

mencionados anteriormente, em que a organização interna, apesar de não ser a ênfase principal de nenhum deles, aparece como um aspecto decisivo na definição de algum outro aspecto (posição no sistema partidário, relações com o estado, ambigüidades internas, aporte de práticas inovadoras, definição de estratégias) que seja, aquele sim, central.

No caso do PFL, o estudo da sua organização interna, através da análise do estatuto e suas alterações, e das atas de reuniões do diretório nacional e da executiva, sugere um movimento em direção à definição de um papel específico no sistema político. O exame sistemático do estatuto do partido e das suas alterações, além do cotejo com as determinações legais é o primeiro passo para a compreensão do papel que o PFL vem assumindo.

A organização formal

A organização interna do PFL está definida no seu estatuto, cujo texto original foi aprovado pela primeira Convenção Nacional do partido, em 20/04/86. Em setembro de 1993 a quinta Convenção Nacional aprovou alterações que já vinham sendo discutidas desde 1991. Tais alterações, entretanto, foram bem além da inclusão das novas exigências legais, contemplando inclusive uma nova definição da distribuição interna de poderes, adequando o texto às práticas do partido.

As alterações feitas no texto do estatuto do PFL conferem aos órgãos executivos, principalmente à Comissão Executiva Nacional, poderes sobre quase todos os outros órgãos e instâncias decisórias, com exceção apenas das convenções, cujo funcionamento continua regulado pelo estatuto que, por sua vez, pode ser alterado pelo Diretório Nacional, ou pela Executiva, em seu nome. A representação das bases nas instâncias decisórias do partido ficou ainda menos importante.

Desta forma, o partido parece confirmar seu caráter de “partido de quadros”, além de, ao mesmo tempo, montar uma estrutura interna que centraliza o poder decisório.

Uma interpretação deste movimento pode contemplar o que Peter Mair chamou de novas perspectivas no desenvolvimento das organizações partidárias.⁸⁷ Até agora o PFL tem

⁸⁷ MAIR, 1994.

podido se ocupar mais da sua participação nos governos e do seu crescimento no Congresso em detrimento das preocupações com as bases e com a arregimentação de adeptos.

O PFL reformulou sua organização interna de maneira que chegou a uma estrutura em que as Comissões Executivas, notadamente a Nacional, são o centro de onde partem as diretrizes para a atuação das bancadas parlamentares e para onde convergem o apoio e a cooperação dos demais órgãos.

O organograma que se segue representa as relações entre os órgãos do partido depois das alterações no estatuto. As instâncias decisórias (representadas dentro de quadros) guardam uma relação hierárquica entre si desde o nível nacional até o municipal, além de concentrarem o grau de poder da maior para a menor em cada nível (dos quadros mais externos para os quadros mais internos). As instâncias decisórias contam com a assessoria dos órgãos de apoio e dos órgãos de cooperação (listados à direita) e emitem orientações para a atuação parlamentar de suas bancadas (representadas à esquerda).

ALFA / Juventude Liberal / Liberal Trabalhista

Procuradoria Jurídica

Instituto Tancredo Neves

Consultivos

Conselhos

de Ética

Fiscais

Comitês: Financeiros e de Campanha Eleitoral

Direitos Humanos

Deficiente Físico

Defesa do Consumidor

Ecossist. e Rec. Naturais

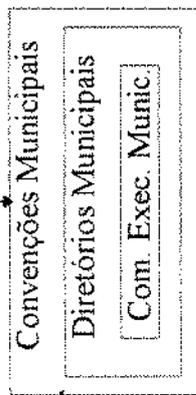
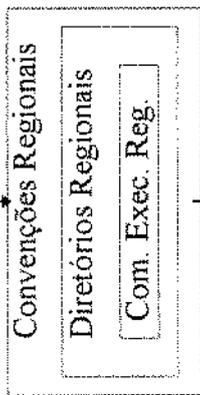
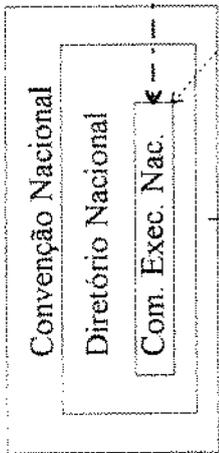
Pequena e Média Empresa

Departamentos

Deliberação

Direção

Ação Executiva



B
A
N
C
A
D
A
S

Superioridade hierárquica

Ação Parlamentar

Apoio

Cooperação

A denominação dos órgãos partidários estabelecida no estatuto original permaneceu praticamente inalterada, acompanhando de perto as determinações da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, dela diferindo nos seguintes pontos:

a) na primeira versão do estatuto os Diretórios Distritais, Municipais, Regionais e Nacional, os Movimentos Trabalhista e Estudantil estavam reunidos num mesmo item como *órgãos de direção e de ação*. Nesta categoria a LOPP não incluía os Movimentos Trabalhista e Estudantil, que integravam o item *órgãos de cooperação*. A alteração de 1993 eliminou os Diretórios Distritais (facultados na legislação) e separou os *órgãos de direção* (apenas os Diretórios nos três níveis) dos *órgãos de ação executiva* (que passaram a abranger exclusivamente as Comissões Executivas dos Diretórios).

b) os órgãos partidários que a legislação designava como *de cooperação* aparecem nos estatutos divididos em *órgãos de apoio* e *órgãos de cooperação*. A nova redação incluiu entre os primeiros a “Ação da Juventude Liberal”, “Ação Liberal Trabalhista” (que substituíram os Movimentos Estudantil e Trabalhista) e a “Ação Liberal Feminina - ALFA”.

Esta primeira aproximação indica que à alteração do estatuto correspondeu uma mudança significativa na feição do partido.

A eliminação dos Diretórios Distritais no texto do estatuto sugere que na prática estes órgãos, quando existiam, não tinham um papel suficientemente relevante na estrutura do partido.⁸⁸ Considerando os diretórios distritais como as menores instâncias e portanto de acesso mais fácil aos membros locais, tal irrelevância revela a ausência da preocupação com a participação das bases partidárias, irrelevância explicitamente manifestada em entrevista pelo próprio procurador do PFL:

“ A lei antiga dizia que no município com mais de um milhão de eleitores, as zonas eleitorais eram consideradas municípios. Então, eles eram subdivididos, os de São Paulo, Rio, etc. tinham diretórios zonais. Cada zona equivale a um município. Mas isso sempre deu confusão. A lei que dizia isso e os partidos faziam. Independente disso, podia ter os distritais que funcionavam como meros comitês, sem nenhum valor político. Eu acabei com isso. Quando a constituição trouxe autonomia para os partidos eu acabei com isso. Cada município meu, grande ou pequeno, tem um

⁸⁸ A importância conferida às instâncias de base pode ser ilustrativa da diferença entre partidos de massa e partidos de quadros. O vínculo institucional de caráter societário reconhecido no Partido dos Trabalhadores, por exemplo, não existe no PFL, ou é feito por outras vias que não através das bases. (O vínculo do PFL com determinados setores é um tema pendente por insuficiência de dados: as profissões declaradas pelos parlamentares do partido não são conclusivas do seu pertencimento de classe.)

*diretório só. Acabei com diretórios zonais. Exceto o Distrito Federal, porque não tem município. Então ficaram as zonas eleitorais equivalentes a município. Os diretórios distritais hoje são pequenos comitês.*⁸⁹

A classificação inicial dos movimentos estudantil e trabalhista como *órgãos de direção e ação* pode provocar a impressão (equivocada) de que os movimentos sociais detinham mais influência do que o partido de fato lhes atribuía.⁹⁰ Na versão de 1993 do estatuto estes movimentos recebem novos nomes e são relegados a *órgãos de apoio*.

Os poderes das Comissões Executivas foram substancialmente ampliados com a alteração do estatuto. A versão de 1993 lhes confere delegação permanente de poderes para representar os Diretórios e decidir sobre quaisquer matérias pertinentes à administração partidária (salvo algumas exceções previstas no próprio estatuto). Os assuntos de alçada exclusiva dos Diretórios passam a poder ser decididos 'ad-referendum' pelas respectivas Executivas, que ficam isentas de submetê-los aos Diretórios "se sua eficácia for satisfatória"⁹¹. As Comissões Provisórias e as Comissões Interventoras assumem todas as funções de Diretório e Executiva, com as mesmas competências e atribuições, além de quantas outras lhes forem delegadas no ato de designação (a critério do órgão que as designar, ou seja, do órgão hierarquicamente superior). À Comissão Executiva do Diretório Nacional foi ainda facultado prorrogar em até um ano o mandato dos membros dos órgãos partidários, sem que o novo estatuto oponha qualquer outro limite ou restrição a esta prerrogativa.⁹²

Sem dúvida os órgãos de ação executiva foram investidos de vastos poderes que não estavam previstos nem no texto original do estatuto nem na legislação. O motivo destas modificações não está explicitado em nenhum texto, mas elas podem estar traduzindo uma tendência real ao "fechamento" dos processos decisórios, mais do que simplesmente atendendo a necessidades de agilização dos mesmos processos. De qualquer modo, trata-se de uma forma centralizadora de funcionamento interno e de relação entre a cúpula e as outras instâncias partidárias, na medida em que um grupo restrito assume os papéis de um amplo colegiado.

No que se refere às convenções, o estatuto também foi objeto de significativas modificações. O prazo mínimo de filiação exigido para a participação, que inicialmente era de trinta dias, foi reduzido para dez dias. O voto cumulativo (mais de um voto dado pelo mesmo convencional, credenciado por mais de um título), que era permitido na primeira versão do

⁸⁹ Entrevista concedida à autora, pelo Dr. Ernani Gurgel, em 25/10/95, Brasília, DF.

⁹⁰ Não consta das atas qualquer menção a estes movimentos, nem há publicações deles ou sobre eles, com a única exceção do estatuto da Ação Liberal Feminina - ALFA, publicado em 1987.

⁹¹ Art. 9, parágrafo único.

⁹² Artigos 9 e 10 e parágrafo 6 do art. 18.

estatuto, passa a ser proibido. O número de convencionais exigido para deliberação também foi alterado: de “presença de maioria absoluta” foi reduzido para “presença de ‘quorum qualificado’”, que consiste numa porcentagem variável de delegados conforme o nível da convenção (municipal, regional ou nacional)⁹³, e que consta de uma tabela anexa ao estatuto (número mínimo de filiados por número de eleitores)⁹⁴. A referida tabela, que já integrava o estatuto desde a sua redação de 1986 e cuja finalidade original era identificar os municípios onde poderiam ser instalados Diretórios Municipais, permanece como anexo integrante do estatuto na sua versão atualizada, passando a regulamentar os dois assuntos.

As modificações introduzidas na regulamentação das convenções se inserem no mesmo movimento imprimido à distribuição interna dos poderes: o movimento no sentido da agilização dos processos decisórios.

Os movimentos trabalhista e estudantil sofreram uma drástica mudança de tratamento com a alteração do estatuto. O texto original lhes dedicava seis artigos que regulamentavam desde a designação de Comissões Provisórias para a organização dos movimentos em todos os níveis (nacional, regional e municipal), até os requisitos para ingresso e instalação, a delegação de representantes para as Convenções, Diretórios e Executivas, a composição das diretorias e seus mandatos, e a indicação de candidatos para as eleições proporcionais.

Na versão alterada do estatuto, a regulamentação dos dois movimentos praticamente desaparece, ficando reduzida a um único artigo que apenas menciona a mudança dos nomes (de Movimento Estudantil e Movimento Trabalhista para Ação da Juventude Liberal e Ação Liberal Trabalhista respectivamente) e remete a regimentos próprios a serem aprovados pela Executiva Nacional.

A ausência total de referências a estes movimentos nas atas de reuniões disponibilizadas para consulta parece confirmar a hipótese levantada acima, de que o seu papel na estrutura do partido seria de muito pouca importância.

O Conselho Consultivo também foi reformulado pela alteração de 1993. Inicialmente o estatuto se referia apenas ao Conselho Consultivo Nacional, regulamentando a sua composição

⁹³ No texto original do estatuto, as convenções em geral poderiam deliberar com a presença da maioria absoluta dos seus integrantes. A convenção municipal, por exemplo, é composta pelo conjunto de eleitores inscritos no município filiados ao partido. Já o “quorum qualificado” definido no novo estatuto, para deliberação nas convenções municipais, é de 20% do n° mínimo de filiados, para os municípios com até 200.000 eleitores, e de 10% do n° mínimo de filiados para os municípios com mais de 200.000 eleitores. Ou seja, no caso das convenções municipais, tomadas aqui como exemplo, passa a ser suficiente para deliberações a presença de apenas 10% ou 20% dos filiados do município, não havendo mais necessidade da maioria absoluta deles.

⁹⁴ O número de eleitores de cada município, por exemplo, determina o número mínimo de filiados necessário para a constituição de um Diretório Municipal. Estes filiados compõem a Convenção Municipal, que delibera com a presença do referido ‘quorum qualificado’. (Aqui tratam-se das convenções para eleição de diretório, e não para escolha de candidatos, cujas regras são definidas à parte.)

(presidentes do Diretórios Regionais mais 20 membros eleitos pelo Diretório Nacional) e as suas competências, e designando o seu presidente como Presidente de Honra do Partido.⁹⁵

O novo estatuto incluiu na composição do Conselho Consultivo Nacional os ex-presidentes do Diretório Nacional e 15 membros *a serem escolhidos entre os filiados mais notáveis do partido* além de eliminar a menção ao cargo de Presidente de Honra. A menção aos “notáveis” do partido, além de aproximar o PFL da categoria de Partido de Quadros, evidencia a importância dos nomes tradicionais dentro do partido e sua persistente vinculação ao passado político que os “notabilizou”.

Foram criados os Conselhos Consultivos Regionais e Municipais. Os princípios segundo os quais os conselhos consultivos devem analisar e debater os acontecimentos passam a ser os do liberalismo social, corrigindo a versão anterior que se referia simplesmente ao liberalismo.

Os projetos de Programa de Governo e de Planos de Ação, cuja aprovação compete ao conselho consultivo, deixam de ser submetidos aos candidatos do partido: na nova redação os projetos dos candidatos é que se tornam objeto de pareceres técnicos aos órgãos executivos. Esta mudança indica um recrudescimento do controle da cúpula do partido sobre os seus representantes, além de apontar para um crescimento da preocupação com questões doutrinárias e programáticas.

No texto de 1986, o capítulo sobre o Conselho de Ética Partidária remetia a normas que seriam fixadas no Código de Ética. Este por sua vez foi elaborado e editado em maio de 1987, tendo sido incluído integralmente na edição do estatuto de 1993. O Código de Ética instituiu os Conselhos de Ética Partidária Regionais. A prática de infidelidade partidária aparece como assunto de especial competência do Conselho de Ética. No capítulo dos direitos e deveres dos filiados, a edição revista do estatuto incluiu um parágrafo que caracteriza a infidelidade partidária como passível de punição através das medidas disciplinares e detalhou o processo de aplicação destas medidas, regulamentando a citação e o julgamento.

O órgão que, na primeira versão do estatuto chamava-se “Instituto de Pesquisas e Estudos Econômicos, Sociais e Políticos”, recebe o nome de “Instituto Tancredo Neves de Pesquisas e Estudos Políticos, Econômicos e Sociais”. A segunda edição do estatuto do PFL remete o regimento do ITN a um estatuto próprio e o define como órgão de assessoria do partido.

⁹⁵ O único presidente do Conselho Consultivo Nacional que chegou a ocupar também a posição de Presidente de Honra do PFL (segundo as atas de reuniões disponibilizadas para consulta) foi o ex-vice-presidente da República Aureliano Chaves.

Quanto às bancadas legislativas, o estatuto não regula o seu funcionamento. Em ambas as versões elas são apenas mencionadas em um único artigo, com texto praticamente idêntico ao da LOPP. A constituição das lideranças deve obedecer o regimento da respectiva Casa Legislativa. Aparentemente as bancadas constituem órgãos à parte, com regulações próprias.

As relações entre as executivas e as bancadas não são definidas no estatuto, a não ser pela garantia de voz e voto aos líderes nas deliberações dos respectivos diretórios e suas comissões executivas.

Em todas as entrevistas realizadas, a relação entre executiva e bancada é considerada tranqüila, sem conflitos.⁹⁶ São admitidos alguns recursos à disposição da executiva, mobilizados através da liderança, para garantir a disciplina em votações polêmicas.

Um exemplo é a edição de Resoluções, como a de 24/10/95, que recomenda aos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça a aprovação da admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional que tratava da reforma administrativa e sugere aos que discordassem, que solicitassem seu afastamento, permitindo a entrada de um suplente.

Este recurso se baseia no princípio regimental de que a indicação para as comissões (e portanto também a substituição) é prerrogativa do líder. Além de assegurar a disciplina e a coerência programática, esta é uma estratégia que evita eventuais confrontos entre parlamentares e as expectativas dos seus eleitores.

Trata-se de um recurso bem aceito entre os parlamentares e tido como um louvável sinal de evolução do partido. No caso específico da PEC citada, este recurso foi elogiado pelo próprio presidente da comissão, Dep. Roberto Magalhães, que inclusive se absteve na votação, em função da sua posição favorável à manutenção da estabilidade do funcionalismo.⁹⁷

Depois das alterações estatutárias de 1993, o capítulo que trata da dissolução dos órgãos partidários passou a incluir, como motivo que justifica a dissolução de um Diretório, o desempenho político-eleitoral que não corresponda aos interesses do PFL ou que, “a critério do órgão hierarquicamente superior”, impeça o progresso e o desenvolvimento partidários.⁹⁸ O prazo para apresentação da defesa foi aumentado de cinco para oito dias, e passou a ser exigida a fundamentação do pedido de dissolução com prova material ou testemunhal. O cancelamento, junto à Justiça Eleitoral, do Diretório dissolvido, aparece sem a ressalva que a primeira versão atribuía à apresentação de recurso. (A regulamentação dos recursos de todas

⁹⁶ Apesar de não constarem dos anexos deste texto, todas as entrevistas realizadas foram gravadas e encontram-se transcritas e disponíveis para consultas.

⁹⁷ Roberto Magalhães e José Salomão Aires, entrevistas concedidas à autora, em 26/10/95 e 27/10/95 respectivamente, Brasília - DF.

⁹⁸ Art. 82.

as punições disciplinares ganhou capítulo próprio.)⁹⁹ Mantida a dissolução, a designação de uma Comissão Provisória substitui a convocação da Convenção no prazo de trinta dias, como determinava o texto original. A versão alterada eliminou a referência à dissolução do Diretório Nacional, que assim se reveste de um poder quase absoluto sobre as demais instâncias na medida em que não apenas fica indissolúvel como se investe da prerrogativa de designar a nova Comissão Diretora dos Diretórios que porventura decida dissolver, dispensando a convocação da Convenção, único órgão capaz até então de lhe fazer alguma oposição.

- as eleições

Todas as disposições a respeito da participação do partido em eleições foram reunidas num título específico do novo estatuto. São criados os Comitês Financeiros, aos quais são atribuídas as responsabilidades pela coordenação das receitas e despesas de campanha, pela escrituração contábil e a prestação de contas, antes acumuladas pelos Comitês de Campanha.

A realização de eleições prévias para a escolha de candidatos, a que era dedicado um capítulo no estatuto original, nem sequer consta da versão reformulada. Esta supressão vem somar-se aos indícios de abandono da preocupação com as bases.

Quanto às coligações com outros partidos, o novo estatuto suprime a condição “desde que não existam em seus Programas pontos antagônicos” que constava do texto original. Esta “flexibilização” demonstra uma concepção que orienta a estratégia do partido, ou seja: o sucesso eleitoral, a conquista de cargos e a participação no governo são objetivos que justificam qualquer coligação. Esta postura de concessão ao pragmatismo revela a predominância da necessidade eleitoral sobre os propósitos de aprofundamento doutrinário.

- as Comissões Executivas

A Comissão Executiva do Diretório Nacional é o órgão centralizador do PFL para onde converge todo o controle sobre as demais instâncias do partido, principalmente depois das alterações do estatuto. O exame da composição das comissões executivas revela uma considerável estabilidade da liderança interna e o reflexo da marca regional do partido.

⁹⁹ Título VII, Capítulo IV.

A estabilidade pode ser verificada na permanência de nomes na executiva durante mais de um mandato. Nas cinco primeiras comissões executivas do PFL, das 99 ocupações de cargos¹⁰⁰, 64 foram por nomes que já tinham participado da composição da comissão executiva pelo menos uma outra vez, e apenas 35 tiveram apenas um mandato.

A predominância de representantes dos estados da Região Nordeste na executiva se repete em todas as composições analisadas. A participação da região Centro-Oeste manteve-se praticamente constante e a da região Norte apresentou algum crescimento. A participação das outras regiões (Sul e Sudeste) não apresentam nenhuma regularidade. Estes dados podem ser verificados na tabela 31.

Os signatários do Manifesto de Fundação do PFL designaram uma Comissão Diretora Nacional Provisória que funcionou até a primeira Convenção Nacional.

A primeira Comissão Executiva Nacional do PFL foi eleita em 13 de maio de 1987, e tinha como presidente o então senador pelo estado de Pernambuco, Marco Maciel. A marca regional do PFL aparece também na composição da sua executiva: dos 20 cargos, 9 deles (45%) foram preenchidos por políticos de estados nordestinos.

Em 1989, a segunda Executiva eleita manteve na presidência um político da região nordeste, o então senador pelo estado do Piauí Hugo Napoleão. A participação dos estados do nordeste no total de cargos da executiva subiu para 50%.

A terceira composição da Executiva, empossada em maio de 1991, reelegeu o senador Hugo Napoleão para a presidência e manteve 9 postos com representantes do Nordeste.

Em 1993 a presidência da Executiva passou para o então ministro Jorge Bornhausen de Santa Catarina, mas 9 cargos continuaram com representantes de estados no Nordeste. O ano de 1993 foi também o ano da reformulação do estatuto e do início das discussões temáticas sobre a reforma constitucional.

¹⁰⁰ V. Anexo I.

TABELA 31

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS

REGIÃO	Com. Dir.		1ª Comissão	2ª Comissão	3ª Comissão	4ª Comissão
	Nac.	Prov.	Executiva	Executiva	Executiva	Executiva
	(1984)	(1984)	(1987)	(1989)	(1991)	(1993)
NORTE	0		1	2	4	4
NORDESTE	5		9	10	9	9
CENTROESTE	2		2	2	2	3
SUDESTE	1		4	5	3	1
SUL	3		4	2	2	3
TOTAL	11		20	21 ¹⁰¹	20	20

Fonte: Livros de Atas das Reuniões do Diretório Nacional do PFL.

Controle sobre as instâncias partidárias: as intervenções

Quanto às intervenções em órgãos hierarquicamente inferiores, o texto original do estatuto estabelecia requisitos que a própria Lei Orgânica dos Partidos Políticos dispensava e não admitia como justificativas motivos como a reorganização das finanças do partido, por exemplo, admitida na legislação. Da mesma forma, exigências como: a necessidade de apresentação de provas documentais das infrações; a garantia de vista das referidas provas ao órgão visado; a exigência da indicação, no ato da intervenção, dos cinco nomes da Comissão Interventora, bem como do prazo de sua duração, eram colocados como fatores que limitavam o poder dos órgãos interventores, muito além do que determinava a lei, que inclusive deixava a critério destes o julgamento sobre a solução das causas que levaram à intervenção, eximindo-se de fixar prazos.

¹⁰¹ Em 1989 o Diretório Nacional elegeu o ex-vice presidente Aureliano Chaves como Presidente de Honra do partido. Este cargo não aparece na composição da executiva em nenhum outro momento.

A nova redação do estatuto do PFL¹⁰² reservou um capítulo específico para o tema das intervenções. Incluiu entre as justificativas para intervenção o objetivo de “assegurar o desempenho político-eleitoral do partido”, garantiu a todos os filiados o direito de solicitar a intervenção e facultou à executiva do diretório interventor a prorrogação do prazo estabelecido para sua duração enquanto durassem as causas determinantes, reaproximando-se, neste último ponto do texto legal (L.O.P.P.).

Aparecem portanto duas formas de tratar a questão das intervenções: num primeiro momento, o estatuto incluía menos justificativas e colocava mais obstáculos do que era determinado pela lei orgânica; num segundo momento, após a alteração do estatuto em 1993, o partido ampliou os motivos justificáveis para intervenções e facilitou o uso deste recurso.

Estas modificações parecem ter aperfeiçoado um mecanismo de controle hierárquico dentro da estrutura partidária, de forma a adaptar a regulamentação e legitimar a aplicação de uma prática corrente: o uso da intervenção como instrumento de controle interno.

O exame das atas de reuniões do Diretório Nacional e da Comissão Executiva indica que o recurso da intervenção em Diretórios Regionais e Municipais foi usado com frequência durante o período estudado. Foram encontradas referências às seguintes intervenções:

1) Intervenção no Diretório Regional de Goiás (Março/92): o Deputado Estadual de Goiás Ézio Gomes e o vereador Ronaldo Brito formularam representação contra o Diretório Regional de Goiás sob a acusação de ter colocado o PFL a serviço do Governo Estadual do PMDB e de fazer alianças particulares contrariando interesses do partido. O Diretório Regional de Goiás admitiu a participação de Wolney Siqueira no Governo Íris Rezende, apesar da proibição da Convenção Regional do PFL de Goiás.¹⁰³

2) Intervenção no Diretório Regional de São Paulo (Maio/92): o pedido de intervenção foi baseado em denúncias de nepotismo, uso da sigla para negociar tempo de rádio e TV, alianças de caráter particular, comportamento “aético”, violação dos princípios programáticos e normas estatutárias, barganha de apoios a governos de outros partidos em troca de alguns cargos públicos e “alguns poucos favores governamentais”. Tais procedimentos, segundo a ata da reunião do Diretório Nacional, teriam sido responsáveis pelo descrédito e baixo desempenho eleitoral do PFL em São Paulo. A defesa relacionou as acusações com tentativas de impor a candidatura do empresário paulista e apresentador de televisão Sílvio Santos pelo PFL de São Paulo.¹⁰⁴ A Comissão Interventora foi imediatamente nomeada pela Executiva

¹⁰² ITN, 1995.

¹⁰³ Ata da 13ª reunião do Diretório Nacional, em 24/03/92.

¹⁰⁴ Ata da 14ª reunião do Diretório Nacional, em 26/05/92.

Nacional e dali em diante teve seus membros substituídos e seu mandato prorrogado várias vezes. No mês seguinte (junho) o Diretório Regional de São Paulo recorreu à Convenção da decisão de intervenção, mas o recurso foi indeferido pela Comissão Executiva que, na mesma oportunidade, substituiu um dos membros da Comissão Interventora.¹⁰⁵ Em outubro de 1993, um ano e meio depois da intervenção, foi designada uma Comissão Diretora Regional Provisória para São Paulo,¹⁰⁶ o que não impediu que a Executiva Nacional incluisse, dois meses depois, mais dois nomes na sua composição.¹⁰⁷ Em novembro de 1994 o Diretório Nacional aprovou a resolução nº 132 da Executiva, que designava uma nova Comissão Diretora Regional Provisória para São Paulo.¹⁰⁸

3) Extinção do Diretório Municipal de Cedral/SP (Junho/93): A vereadora presidente da Câmara Municipal de Cedral é expulsa do PFL pelo Diretório Municipal e impetra mandado de segurança contra o Diretório Municipal. Estando o Diretório Regional de São Paulo ainda sob intervenção, o assunto passa a ser da alçada do Diretório Nacional. Em outubro do mesmo ano, a punição da vereadora é cancelada.¹⁰⁹

4) Destituição da Comissão Regional Provisória de Alagoas (Maio/94): A Comissão Executiva Nacional destituiu a Comissão Diretora Regional Provisória de Alagoas, presidida pelo Deputado Estadual José Bernardes em função da acusação de traição, feita pelo Senador Guilherme Palmeira. Na mesma ocasião foi designada uma nova Comissão Diretora Regional Provisória para Alagoas.¹¹⁰

5) Em 1995 ocorreram pedidos de intervenção em Roraima e Mato Grosso do Sul, além da reestruturação da Comissão Regional Provisória de SP.

¹⁰⁵ Ata da 48ª reunião da Comissão Executiva do Diretório Nacional, em 15/06/92.

¹⁰⁶ Ata da 66ª reunião da Comissão Executiva do Diretório Nacional, em 19/10/93.

¹⁰⁷ Ata da 67ª reunião da Comissão Executiva do Diretório Nacional, em 08/12/93.

¹⁰⁸ Ata da 20ª reunião do Diretório Nacional, em 29/11/94.

¹⁰⁹ Ata da 66ª reunião da Comissão Executiva do Diretório Nacional, em 19/10/93.

¹¹⁰ Ata da 72ª reunião da Comissão Executiva do Diretório Nacional, em 31/05/94.

6. O PFL COMO UM “PARTIDO DE GOVERNO” E PARLAMENTAR

O PFL vem se firmando no sistema político brasileiro como um partido fundamentalmente parlamentar e de governo: o seu desempenho eleitoral é claramente maior no Congresso Nacional do que nos executivos estaduais e mesmo municipais, e a sua participação no governo federal tem sido constante em todo o período. Estas duas frentes de atuação estão estreitamente relacionadas na medida em que o peso parlamentar do PFL lhe rende lugar certo no governo e cargos cujo exercício lhe confere recursos políticos conversíveis em dividendos eleitorais. Os retornos eleitorais do PFL se originam mais destes fatores do que da ação junto às bases.

A participação nos governos e a atuação parlamentar, encadeadas, fazem do PFL um partido em cujo desenvolvimento o Estado tem um papel decisivo, como poderá ser constatado neste capítulo. Justifica-se portanto o recurso à abordagem teórica que privilegia a importância das relações com o Estado no desenvolvimento partidário, apresentada no início deste trabalho.¹¹¹

A participação nos governos será examinada a partir da ocupação de postos no executivo federal; a atuação parlamentar poderá ser verificada através do comportamento do partido no Congresso e será analisada a partir do ponto de vista dos fatores que conferem ao PFL o papel de base de sustentação do governo.

Participação nos governos

O PFL participou das equipes ministeriais e foi importante base de sustentação no Congresso de todos os governos no período.

No curto intervalo entre a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral (15.01.85) e a posse da Presidência pelo Vice José Sarney (15.03.85) houve a formação de uma equipe

¹¹¹ MAIR, 1994.

ministerial baseada na articulação da Aliança Democrática e em toda uma proposta de “conciliação nacional” para a transição do regime. A composição do governo traduzia diretamente a coalizão que garantiu a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, ou seja, dos 22 ministérios, 13 (59%) foram destinados ao PMDB e 7 (32%) ao PFL. Os outros dois ministros indicados não tinham nenhuma vinculação partidária¹¹².

O PFL esteve presente durante todo o governo Sarney. Na equipe ministerial montada por Tancredo Neves em março de 1985, o PFL tinha 3 dos 9 ministérios da área econômica, 2 dos 7 ministérios da área social e 2 dos 4 ministérios da área política.¹¹³ Esta equipe foi mantida até a reforma de fevereiro de 1986, quando o PMDB ganhou o ministério da Fazenda, ocupado anteriormente por Francisco Dornelles, sem vinculação partidária.

A equipe ministerial sofreu mais duas grandes modificações durante o governo Sarney e o PFL acabou ganhando um ministério na área econômica (o Ministério do Interior, inicialmente ocupado pelo PMDB) e perdendo o Ministério da Educação e Cultura para o PMDB.¹¹⁴

A primeira eleição direta para a Presidência da República desde 1964 foi a que elegeu Fernando Collor em segundo turno, com o apoio do PFL. Na sua primeira fase, o governo Collor manteve-se desvinculado dos partidos políticos, montando seu ministério quase que apenas com indicações técnicas e a-partidárias. Dos nove ministérios, apenas 4 tinham alguma vinculação partidária: o PFL estava contemplado com 3 pastas (todas da área social) e o PDS com 1 (Min. da Justiça).

Depois da reforma ministerial de 1992, em que o governo aumentou o número de ministérios para 11 e recorreu a mais indicações partidárias, o PFL manteve o número de ministros (3 dos 8 com vinculação a partidos), igualando o número de indicações técnicas e superando o próprio PRN, partido do presidente, que ficou com apenas 1 ministério. Chama a atenção no governo Collor a total ausência do PMDB e portanto o afastamento da coalizão de transição, a Aliança Democrática, o que confere outro significado à ampla participação do PFL.

O governo Itamar Franco caracterizou-se por ampliar significativamente a participação partidária na composição da equipe ministerial em relação ao governo anterior. A articulação de apoio ao novo governo contemplou um amplo leque de partidos, o que, ao lado da multiplicação do número de ministérios, fez diminuir a fatia do PFL no governo. Destaca-se o

¹¹² MENEGUELLO, 1996.

¹¹³ MENEGUELLO, 1996.

¹¹⁴ MENEGUELLO, 1996, quadro 3. Anexos.

retorno do PMDB ao governo, com o maior número de ministros (4). Rachel Meneguello adverte para o fato de que esta volta do PMDB, mesmo associada à manutenção do PFL não deve ser entendida como uma retomada da Aliança Democrática¹¹⁵: o PMDB sofreu profundas alterações no seu perfil político com a formação do PSDB em 1988, para o qual perdeu o controle dos ministérios da área econômica.

O PFL começou ocupando um ministério da área social (o das Comunicações, que depois passou a ter uma ocupação técnica) e dois ministérios da área econômica: o da Fazenda (que depois passou para o PSDB) e o da Integração Regional (que depois passou para o PMDB).¹¹⁶ O PFL chegou ao final do mandato de Itamar Franco com apenas um ministério - o da Indústria e Comércio.

Em 1994 o PFL participou da aliança com o PSDB e o PTB que elegeu Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, conquistando a vice-presidência para o seu candidato Marco Maciel.

A coalizão de governo incorporou o PMDB, que continuava sendo o maior partido no Congresso. Entretanto, a sua participação no novo governo foi de apenas dois ministérios. A Aliança Democrática parece ter sido abandonada de vez e substituída pela aliança original do novo governo: PSDB e PFL.

Na distribuição original, dos 18 ministérios, o PFL ficou com 3: o das Minas e Energia, o de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o da Previdência Social. O PSDB ficou com 5 ministérios, entre eles os principais da área econômica. É evidente a importância da manutenção do PFL no governo, agora completamente dissociado da aliança original com o PMDB.

Considerando o total das ocupações ministeriais partidárias no período de 1985 a 1995, o PFL foi o segundo colocado, com 19,4% das ocupações, perdendo apenas para o PMDB, com 37,1%. Os ministérios predominantemente detidos pelo PFL, os seus "territórios"¹¹⁷ foram: Irrigação, Comunicação, Educação e Minas e Energia.

Durante todo o período analisado, o PFL esteve presente em absolutamente todas as equipes ministeriais: na primeira etapa do governo Collor, predominantemente a-partidária, vinculado ou não ao PMDB na Aliança Democrática, como na segunda fase do governo Collor; e nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique. O peso de sua bancada no Congresso sempre correspondeu à proporção da sua participação nos ministérios, o que não

¹¹⁵ MENEGUELLO. 1996.

¹¹⁶ MENEGUELLO. 1996.

¹¹⁷ MENEGUELLO. 1996, páginas 223 e 224.

ocorreu com o maior partido no Congresso em 1994, o PMDB¹¹⁷, que não participava da coalizão eleitoral e apenas ingressou na coalizão de governo em função da necessidade de constituição de maioria qualificada no Congresso para a aprovação das reformas constitucionais propostas pelo governo.

Otávio Amorim Neto¹¹⁸ classifica os gabinetes no presidencialismo em quatro tipos, segundo o critério de seleção dos ministros e a existência de acordos com os partidos. Quanto aos acordos entre o presidente e os partidos, o autor considera as seguintes possibilidades: a) o presidente entra em acordo apenas com o seu partido; b) o presidente estabelece acordos com mais de um partido; c) o presidente não estabelece nenhum acordo com partidos. Quanto aos critérios de seleção de ministros, estes podem ser de natureza partidária ou não-partidária. Do cruzamento dos tipos de acordo com partidos com os critérios de seleção de ministros resulta a seguinte classificação:

- gabinete de cooptação: critério partidário de seleção de ministros, mas nenhum acordo com partidos;
- gabinete unipartidário: critério partidário de seleção de ministros e acordo com um único partido;
- gabinete de coalizão: critério partidário de seleção de ministros e acordos com mais de um partido;
- gabinete apartidário: critério não-partidário de seleção de ministros e nenhum acordo com partidos.

No caso brasileiro, Otávio Amorim identifica entre 1985 e 1992 dois gabinetes de coalizão, dois de cooptação e um apartidário. No primeiro ano do governo Sarney, o PFL participou do ministério em coalizão com o PMDB, maior partido do Congresso, com quem o presidente mantinha uma relação que Otávio Amorim chamou de convergente. No segundo período (02/86 a 01/89) o ministério era ainda de coalizão, mas a relação do presidente com o maior partido (o PMDB) passou a ser divergente. O último ano do governo Sarney manteve a relação divergente com o maior partido no Congresso (o PMDB) e teve um ministério formado por cooptação, isto é, o critério para a escolha dos ministros era partidário mas não existia nenhum acordo com partidos.

Durante o governo Collor não houve nenhum acordo com partidos. Nos primeiros dois anos o gabinete foi apartidário. Apenas no período de abril a outubro de 1992 o critério de

¹¹⁷ A correspondência entre o tamanho das bancadas no Congresso e a participação dos partidos nos governos é analisada pormenorizadamente em MENEGUELLO, 1996.

¹¹⁸ AMORIM NETO, 1994.

seleção de ministros foi partidário. Participaram, por cooptação, cinco partidos, inclusive o PFL.

As ligações entre o PFL e o governo deveriam ser mais estreitas, conforme avaliação de seus partidários em algumas entrevistas. Um exemplo é dado pelo procurador do partido, Dr. Ernani Gurgel, que cita a nomeação de Gustavo Krause para o Ministério do Meio Ambiente no governo Fernando Henrique Cardoso, enquanto a sua especialidade em assuntos fazendários estaria sendo desperdiçada.¹¹⁹

Outros registros de queixas em relação ao executivo são encontrados em *briefings* de reuniões da bancada na Câmara, em que os parlamentares se ressentem do tratamento dispensado pela equipe de governo, inadequado a um partido aliado:

“ (...) Pediram ao Deputado Jair Soares que levasse ao conhecimento formal do líder sua preocupação em torno do comportamento político da equipe de governo. Destacou-se em geral, a impressão de que a equipe do Governo ignora seus pedidos de audiência, em torno dos interesses regionais, freqüentam a imprensa e os debates políticos distribuindo alfinetadas aos membros do PFL na intenção concreta de excluí-los. Pode-se inferir, em geral de que a equipe, provavelmente sem a aquiescência do Presidente, busca descartar-se da aliança com o PFL uma vez que considera que seu apoio só era necessário nos primeiros passos da liberalização. Uma vez aprovada as emendas sobre a Ordem Econômica, supõe a desalinhada equipe governamental que a aliança com o PFL se tornou descartável e passará a canalizar outras forças políticas em favor de suas premissas anteriores à aliança.”¹²⁰

Atuação parlamentar

De uma forma geral o comportamento do PFL no Congresso durante todo o período considerado foi indiscutivelmente de apoio aos diferentes governos. Exemplar é a atuação

¹¹⁹ Ernani Gurgel - entrevista concedida à autora em 25/10/95, Brasília - DF.

¹²⁰ Câmara dos Deputados - Briefing da Reunião de Bancada - Brasília, 05 de setembro de 1995.

durante o processo de tramitação da reforma da previdência, iniciado em março de 1995. O PFL destaca-se como o partido com a maior proporção de votos favoráveis ao governo, em todas as votações analisadas¹²¹, superando o próprio partido do Presidente da República e as médias da coalizão de partidos que fazem parte do ministério como um todo. Isto evidencia uma notável disciplina no PFL, orientada para o apoio ao governo e interessada nos recursos daí provenientes.

A atuação parlamentar do PFL, de apoio praticamente incondicional ao governo, inclusive em matérias impopulares, como as votações da reforma da previdência,¹²² tem sido adotada com vistas à obtenção de benefícios através da participação nos governos, o que tem invariavelmente acompanhado esta estratégia de apoio parlamentar.

O apoio do PFL tem sido decisivo para o governo em função da sua proporção de cadeiras no Congresso, que por sua vez tem seu peso potencializado pelas próprias regras de funcionamento do sistema eleitoral e do Congresso.

A bibliografia disponibiliza dados sobre a atuação do PFL em conjunturas específicas, que serão examinadas do ponto de vista da obtenção de recursos políticos, na perspectiva das novas formas de desenvolvimento partidário. Em seguida serão examinados alguns dos fatores institucionais que contribuem para fazer do PFL um partido tão importante.

Durante a Constituinte

A atuação do PFL durante a Assembléia Nacional Constituinte será analisada a partir de pesquisas realizadas sobre as votações dos Deputados Constituintes. Todos os dados remetem à existência bem definida de um contínuo ideológico em que se dispõem os partidos, com limites claros entre si e com atuação parlamentar notavelmente coerente com a posição neste espectro.

O PFL se situou sempre à direita, votou conforme os princípios liberais e manifestou tendências governistas.

¹²¹ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1998.

¹²² FIGUEIREDO e LIMONGI, 1998.

O quadro partidário durante a Assembleia Nacional Constituinte é analisado por Kinzo¹²³ no intuito de examinar os fatores de instabilidade do sistema político e as perspectivas do sistema partidário no Brasil.

Os posicionamentos assumidos pelos representantes dos partidos na deliberação das questões sobre as quais não havia consenso¹²⁴, foram levados em consideração pela autora para classificar os partidos políticos na Constituinte em cinco escalas:

- i) governismo (5 votações de interesse do executivo);
- ii) conservadorismo (11 votações referentes à ordem econômica e social e a direitos sociais);
- iii) democratismo (6 votações de posições democratizantes em contraposição a medidas restritivas às liberdades democráticas);
- iv) nacionalismo (6 votações de medidas nacionalistas);
- v) oposicionismo ao sistema financeiro (5 votações de medidas que limitassem o poder do setor financeiro, especialmente o privado).

A cada partido foram atribuídas “notas” a partir do número de adesões ou rejeições dos seus constituintes às questões selecionadas. A média e a mediana destes valores serviram de critério para situar os partidos nas escalas.

Os resultados indicam uma ordem consistente entre os diferentes partidos, com clivagens claras e coerentes: as distâncias entre os resultados das bancadas partidárias delineiam divisões significativas entre elas.¹²⁵

O posicionamento do PFL é tomado como exemplar: assim como o PDS, teve nota 8 em governismo e em conservadorismo (bem acima da média), índices superados apenas pelo “Centrão”¹²⁶.

Nas demais escalas o PFL obteve graus extremamente baixos, ficando abaixo da média nas três: foi o penúltimo colocado em “democratismo”, ficando à frente apenas do Centrão; teve a terceira nota mais baixa em “nacionalismo” e a menor de todas em “oposição ao sistema financeiro”.

Quanto ao PFL especificamente, a autora constata que, apesar de não apresentar diferenciais muito significativos entre as regiões, o governismo do PFL é mais acentuado entre os parlamentares nortistas e nordestinos, enquanto as posições mais conservadoras e menos democratizantes tenham sido verificadas entre os representantes das regiões Sul e Sudeste.

¹²³ KINZO, 1990.

¹²⁴ 33 votações selecionadas ao todo.

¹²⁵ KINZO, 1990.

¹²⁶ Bloco suprapartidário que reunia parlamentares do PFL, PMDB, PDS, PTB, PDC e PL.

Outras avaliações da atuação dos constituintes são aquelas feitas pelo DIAP¹²⁷ (através da atribuição de notas aos parlamentares, que variaram de zero a dez conforme a sua votação tivesse contrariado ou favorecido os interesses dos trabalhadores) e pela FIESP¹²⁸ (cuja avaliação variou de 9,99 para posicionamentos favoráveis às suas teses, até 3,33 para contrários).

Citando a primeira pesquisa, Bolívar Lamounier observa que entre os constituintes descritos como de direita¹²⁹ “*são os do PFL os mais direitistas (menor média)*”.¹³⁰ Na avaliação da FIESP, o PFL, que já tinha uma nota alta (9,29) no início da Constituinte aumentou sua média para 9,46 no final do processo.

Durante o período 89-94

A atuação parlamentar do PFL no período posterior à Constituinte será examinada a partir de votações nominais na Câmara dos Deputados, de 1989 a 1994. O PFL tem sido a fonte mais estável de apoio ao governo em todo o período.

Em trabalho sobre o Congresso Nacional, Figueiredo e Limongi¹³¹ sustentam que a maioria dos diagnósticos sobre a fragmentação e a indisciplina no Legislativo brasileiro se baseia na legislação eleitoral e partidária vigentes, mas não encontram apoio nos dados.

Os autores analisaram as votações nominais na Câmara dos Deputados de 1989 até 1994 e concluíram que há um considerável grau de coesão, disciplina e previsibilidade no comportamento dos parlamentares, graças ao controle dos líderes partidários sobre a agenda.¹³²

¹²⁷ DIAP, 1988 citado em LAMOUNIER, 1989.

¹²⁸ Citado em LAMOUNIER, 1989.

¹²⁹ O enquadramento ideológico dos constituintes é o adotado pela Folha de São Paulo em 17.01.87. O PFL aparece como um partido cuja maioria (46,8%) foi classificada como de centro-direita.

¹³⁰ LAMOUNIER, 1989.

¹³¹ LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995.

¹³² As deliberações da Câmara dos Deputados são ancoradas nas decisões prévias do Colégio de Líderes, institucionalizado pelo Regimento de 1989, que tem a prerrogativa de, junto com a Presidência da Mesa, centralizar a direção e determinar a agenda dos trabalhos legislativos. Cadernos de Pesquisa CEBRAP, n. 5, out/96.

Segundo os autores, os encaminhamentos de voto dos líderes partidários¹³³ obedecem a um padrão que permite distribuir os partidos numa escala ideológica desde a esquerda até a direita. A probabilidade de dois partidos que se encontrem lado a lado nesta distribuição votarem juntos ou se coligarem seria sempre maior do que a de partidos não adjacentes.

Da esquerda para a direita, os maiores partidos se situariam assim:

PT - PDT - PSDB - PMDB - PTB - PFL - PDS

O comportamento do PFL é exemplar da convergência entre partidos vizinhos no espectro ideológico: em 68,8% dos casos, encaminhou voto de maneira similar ao PDS, perdendo apenas para a concordância entre os partidos do extremo esquerdo, PT e PDT, que ocorreu em 71,5% dos casos.

Utilizando o índice de Rice¹³⁴, os autores mostram que o grau de coesão é de 85% nos 7 maiores partidos. Os partidos de esquerda são os mais coesos, e o PFL é o partido de direita mais coeso, perdendo apenas para o PT e o PDT.¹³⁵

A disciplina nos partidos de direita é alta quando há unidade entre os três partidos do bloco (PFL, PTB e PDS/PPB), e cai quando há divergência entre eles. O estudo mostra porém que a disciplina nos partidos é afetada também pelo comportamento dos blocos ideológicos.

Quanto aos demais partidos, os autores apontam a existência de três pequenos partidos de esquerda e 17 pequenos partidos de direita, que foram tratados, para efeito de análise, como “PPE” e “PPD”. A coesão desses partidos hipotéticos também não é baixa, atingindo a do “PPD” o índice de 72,9.

O comportamento dos pequenos partidos de direita aproxima-se muito do comportamento dos membros do PFL, ao ponto de poder ser considerada a indicação de voto do líder do PFL como extensiva também para o “PPD”.

Ao longo de toda a legislatura iniciada em 91, o PFL comandou o “Bloco Parlamentar”, coligação que reunia a maioria dos pequenos partidos de direita.

Quanto à previsibilidade, as votações que envolveram maiores incertezas foram aquelas em que o PMDB e o PFL, os dois maiores partidos, se perfilaram em campos opostos. Mas em 62% dos casos estes dois partidos votaram da mesma forma.

¹³³ Só os 7 grandes partidos tiveram seus encaminhamentos analisados.

¹³⁴ Número de votos majoritários menos o número de votos minoritários.

¹³⁵ Este alto grau de coesão do PFL sugere um esforço deliberado neste sentido, dado que não havia uma organização prévia que unisse naturalmente as células, como no caso dos partidos de massa. (DUVERGER, 1980)

Fatores institucionais

Além das estratégias de desenvolvimento adotadas pelo PFL, a sua trajetória bem sucedida tem contado com o favorecimento de fatores de ordem institucional, que diversificam e aumentam os recursos políticos detidos pelo PFL. As referidas estratégias compreendem o apoio aos governos e uma reorganização interna que conferiu maior eficiência à gestão dos recursos; os fatores institucionais que as têm favorecido compreendem regras do sistema eleitoral e regras decisórias, como as que regulamentam o funcionamento do legislativo e as disposições constitucionais que definem poderes legislativos para o executivo.

O sistema de conversão de votos em cadeiras, que determina o tamanho da bancada de cada partido na Câmara dos Deputados, gera um efeito de desproporcionalidade que distorce a representação do eleitorado e as relações de poder dos partidos entre si e com o Estado.

A dimensão e o poder relativo das bancadas do PFL não se explicam apenas pelo desempenho eleitoral do partido. As coligações em eleições parlamentares e a inclusão dos votos em branco no cálculo do quociente eleitoral são, segundo Jairo Nicolau, os principais responsáveis pelo desvio da proporcionalidade no Brasil.¹³⁶ Este segundo fator, ao aumentar artificialmente o quociente, dificulta o acesso dos partidos ao parlamento, beneficiando as maiores legendas.

Outro aspecto da estrutura institucional brasileira que aumenta a distorção da proporcionalidade é o desequilíbrio das bancadas estaduais em relação aos eleitorados de cada estado. Segundo o autor, os partidos que obtêm mais votos em São Paulo acabam sub-representados em relação aos partidos que têm mais votos nos estados do Norte e do Centro-Oeste, pois os votos paulistas se traduzem em menos cadeiras no parlamento.

Os dados das eleições de 1994 são apresentados para sustentar a tese de que tais regras conferem ao PFL uma bancada muito maior que a do PT, por exemplo, apesar de terem ambos recebido praticamente o mesmo número de votos em 1994. O PFL recebe a maior parte dos seus votos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, das quais duas (Norte e Centro-Oeste) são justamente as regiões sobre-representadas na distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados. O PT, ao contrário, recebe a maioria dos seus votos em São Paulo cujo eleitorado estaria subrepresentado na Câmara dos Deputados.

¹³⁶ NICOLAU. 1995.

Se a distribuição das cadeiras entre os partidos na Câmara dos Deputados tivesse uma correspondência mais próxima com a distribuição dos votos recebidos por cada um deles, nas eleições de 1994, por exemplo, a segunda maior bancada seria a do PSDB e não a do PFL, que teve menos votos e conquistou mais vagas.

A trajetória do PFL tem sido também profundamente marcada além disso por outros fatores institucionais, que se manifestam num momento posterior à eleição: a própria Constituição atribui grandes poderes legislativos ao Executivo, e as regras de funcionamento do Congresso Nacional distribuem desigualmente os recursos e direitos parlamentares entre os congressistas além de centralizarem a direção dos trabalhos.¹³⁷

Segundo pesquisa recente¹³⁸, a Câmara dos Deputados tem uma estrutura decisória centralizada na Mesa Diretora e no Colégio de Líderes. As Comissões Permanentes teriam um papel menos importante. O levantamento mostra que os cargos da Mesa Diretora tendem a ser ocupados pelos parlamentares com maior número de mandatos, assim como o exercício da liderança também está relacionado ao tempo de mandato. Os autores advertem que a antigüidade na Casa não é um critério de seleção nem consta como tal do Regimento Interno; trata-se de uma tendência observada ao longo das legislaturas pesquisadas.

A possibilidade de acesso a recursos eleitoralmente rentáveis através do exercício de mandatos parlamentares compreende diversas formas de influenciar o uso de recursos públicos inclusive com a participação na elaboração do Orçamento da União. Além disso, há ainda as prerrogativas do Colégio de Líderes na determinação da agenda legislativa e o controle da Presidência da Mesa sobre a direção dos trabalhos legislativos e sobre a designação e o funcionamento das comissões.

A influência decisiva dos líderes na determinação da pauta se dá por intermédio da prerrogativa do recurso da tramitação em regime de urgência e pelo peso ponderado de suas assinaturas (em função do tamanho das bancadas por eles representadas) em requerimentos, pedidos de destaque e apresentação de emendas.¹³⁹ Além disso, o Colégio de Líderes facilita ao Executivo a negociação de suas propostas na medida em que lhe oferece uma instância centralizada de negociação direta, evitando as incertezas e dificuldades da negociação com os parlamentares descentralizadamente.¹⁴⁰

Quanto à presidência das comissões, apesar de não haver uma relação direta entre o seu exercício e a experiência parlamentar, pôde ser observada uma vantagem relativa dos

¹³⁷ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1996.

¹³⁸ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1996.

¹³⁹ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995.

¹⁴⁰ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995.

parlamentares mais antigos, que ocupam presidências em proporção maior do que estão representados na Câmara. A ausência de uma relação mais determinante entre a ocupação das presidências e o número de mandatos não compromete o argumento do poder dos parlamentares mais experientes na Câmara como um todo, pois as comissões possuem um papel secundário face à importância da Mesa Diretora e do Colégio de Líderes, órgãos onde de fato se observa a relação direta entre antiguidade e ocupação de postos.

A análise da relação entre a estrutura organizacional da Câmara dos Deputados e a carreira parlamentar indica a existência de vínculos entre o número de mandatos parlamentares exercidos e a ocupação de postos nos principais órgãos da Casa.¹⁴¹

O PFL tem contado com a presença constante em sua bancada de numerosos deputados com mais de um mandato, como pode ser observado na tabela 32. Os dados apresentados nesta tabela¹⁴² consideram os mandatos dos deputados federais que efetivamente tomaram posse (inclusive suplentes) a partir da legislatura iniciada em 02/02/79. Incluem também mandatos não consecutivos e mandatos inclusive em partidos diferentes. A sua leitura portanto deve levar em conta que o número de mandatos se refere a este período de tempo e que os deputados estão classificados por partidos conforme a filiação informada na lista de presença no dia em que assumiram seus mandatos.¹⁴³

¹⁴¹ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1996.

¹⁴² Os dados foram cedidos pela pesquisa "Instituições Políticas: padrões de interação executivo-legislativo e capacidade legislativa", coordenada por Fernando Limongi e Argelina Figueiredo e apoiada pela FAPESP.

¹⁴³ A diferença em relação ao número de mandatos informado nas listagens do Anexo 6 se deve ao fato destas últimas considerarem legislaturas anteriores e se referirem aos parlamentares eicitos pelo PFL, que não necessariamente são os mesmos que tomaram posse pelo mesmo partido meses depois.

TABELA 32

Porcentagem de Deputados Federais em cada mandato, por partido, em cada legislatura.

Legislatura	Mandato	PMDB	PFL	PDS/PPB	PSDB	PT
01/02/87	3 ^o	14,6 %	14,9 %	21,4 %	-	-
	2 ^o	24,9 %	26,9 %	26,2 %	-	14,3%
	1 ^o	60,5 %	58,2 %	52,4 %	-	85,7%
	Total	100,0% (N=309)	100,0% (N=134)	100,0% (N=42)	-	100,0% (N=21)
01/02/91	4 ^o	4,9 %	9,8 %	3,8 %	3,8 %	-
	3 ^o	12,0 %	18,6 %	21,1 %	7,5 %	5,3%
	2 ^o	28,9 %	29,4 %	21,1 %	37,7 %	23,7%
	1 ^o	54,2 %	42,2 %	53,8 %	50,9 %	71,0%
	Total	100,0% (N=142)	100,0% (N=102)	100,0% (N=52)	100,0% (N=53)	100,0% (N=38)
01/02/95	5 ^o	0,8 %	7,6 %	3,6 %	-	-
	4 ^o	3,3 %	8,7 %	7,1 %	1,5 %	2,0%
	3 ^o	15,0 %	16,3 %	23,2 %	16,2 %	10,2%
	2 ^o	30,8 %	30,4 %	26,8 %	16,2 %	28,6%
	1 ^o	50,0 %	36,9 %	39,3 %	66,2 %	59,2%
	Total	100,0% (N=120)	100,0% (N=92)	100,0% (N=56)	100,0% (N=68)	100,0% (N=49)

Fonte: Banco de Dados Legislativos, CEBRAP, 1997.

Os dados da tabela 32 sugerem uma consolidação dos quadros do partido. A comparação com outros partidos mostra que na bancada do PFL os parlamentares “estreados” tem um peso pequeno em relação ao dos deputados com mais de um mandato. A proporção destes últimos em relação aos primeiros tem sido sempre maior no PFL do que nos outros partidos, e esta proporção tem aumentado a cada legislatura, assim como também ocorre no PMDB. A única exceção é o PDS na legislatura iniciada em 01/02/87, quando este partido já tinha uma longa trajetória e o PFL ainda era um partido recém constituído.

Se a taxa de reeleição indica vantagens eleitorais conferidas pelo exercício do mandato, pode-se concluir que o PFL tem de fato acesso a significativos recursos políticos. A proporção de deputados do PFL com dois ou mais mandatos apresentada na tabela 32 supera as taxas de reeleição na Câmara como um todo em 1990 e 1994, que foram de 57,0% e de 61,3% respectivamente.¹⁴⁴

Na legislatura iniciada em 01/02/95, a maior parte dos deputados cumprindo o 5º mandato era do PFL (38,9%).¹⁴⁵

Se levarmos em consideração outros tipos de dados, ou seja, incluindo legislaturas anteriores a 1979 e apenas os candidatos vitoriosos pelo PFL em cada eleição¹⁴⁶ a proporção de parlamentares “antigos” se reduz um pouco mas continua significativa: em 1986, 48% dos 125 parlamentares eleitos¹⁴⁷ contava dois ou mais mandatos, em 1990 este número sobe para 49% dos 91 eleitos¹⁴⁸ e em 1994 atinge 60% dos 100 eleitos¹⁴⁹. Estes dados, que podem ser conferidos no Anexo 6, indicam o aproveitamento crescente pelo PFL dos recursos eleitorais sobre os quais tem controle.

Nas comissões, formadas a partir do critério de proporcionalidade partidária, os cargos de presidência e relatoria, que determinam a direção dos trabalhos, são controlados pelos maiores partidos e tendem a ser ocupados por parlamentares com os mais altos índices de permanência. O PMDB e o PFL, partidos majoritários na Câmara, presidiram o maior número de comissões entre 1989 e 1992 (23% dos 52 cargos de presidente foram detidos pelo PFL/bloco) e controlaram a função de relatoria de projetos em todas as comissões no período. Já 92% das Medidas Provisórias até 1995, que foram objeto de projeto de conversão, foram relatadas pelo PMDB e PFL. O PFL manteve-se ininterruptamente na presidência da Comissão de Finanças e Tributação (que tem a fundamental prerrogativa de apreciar a admissibilidade financeira de todos os projetos que tramitam na Câmara, além dos da sua própria área temática) desde 1989 até 1992.¹⁵⁰

Considerando que estes principais cargos decisórios da Câmara são ocupados por parlamentares mais experientes¹⁵¹, o peso na bancada do PFL da parcela de parlamentares “veteranos” e considerando ainda o poder decisivo centralizado nestas instâncias, pode-se

¹⁴⁴ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1996.

¹⁴⁵ V. Anexo 7.

¹⁴⁶ Dados sobre eleitos e seus mandatos obtidos em DIAP (1988), RODRIGUES (1987) e DIAP (1993).

¹⁴⁷ 118 Deputados Federais e 7 Senadores.

¹⁴⁸ 83 Deputados Federais e 8 Senadores.

¹⁴⁹ 89 Deputados Federais e 11 Senadores.

¹⁵⁰ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1996.

¹⁵¹ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1996.

compreender as fontes institucionais do montante de recursos controlados pelo PFL. Desta forma, o poder que o PFL detém em função da sua bancada acaba sendo potencializado pelo próprio modo de funcionamento do sistema político.

A composição da bancada do PFL por uma significativa parcela de parlamentares com mais de um mandato, aliada às formas de funcionamento interno do Congresso, que favorecem os parlamentares mais experientes, maximizam os recursos políticos obtidos na arena eleitoral.

7. CONCLUSÕES

Pelo que foi mostrado anteriormente, pode-se observar o sucesso da trajetória percorrida pelo PFL. Sucesso em termos de desempenho eleitoral e de participação em todos os governos desde a sua fundação. Os motivos deste sucesso compreendem vários fatores: a herança eleitoral do PDS; um processo deliberado de reorganização interna; a adoção do apoio aos governos como estratégia de crescimento e obtenção de retornos eleitorais; características institucionais do sistema político. Todos estes fatores se relacionam para produzir uma cadeia circular, onde o desempenho eleitoral garante a força do partido no Congresso, que por sua vez assegura a participação no governo, o que gera dividendos eleitorais, que fecham o ciclo.

Pode-se constatar que o PFL se firmou como um dos esteios fundamentais dos principais processos políticos operados no Brasil nos últimos 14 anos: garantiu a transição negociada, sustentou o governo da Nova República, sustentou o governo Collor, assegurou a continuidade do Plano Real e possibilitou a eleição do Presidente da República em 1994 e a sua reeleição em 1998.

Apesar de não apresentar um crescimento linear, o desempenho eleitoral do PFL tem sido satisfatório o suficiente para mantê-lo como segundo partido durante três legislaturas, perdendo sempre apenas para o PMDB, e para guindá-lo à posição de maior partido no Congresso em 1998. O significado deste sucesso eleitoral está estreitamente relacionado a pelo menos as seguintes estratégias:

Em primeiro lugar, a dissidência do PDS - que desvinculou os dissidentes da imagem negativa do regime autoritário - ocorreu no momento propício, em que a transição exigia dos futuros candidatos uma postura democrática diante da opinião pública, e transportou parcela suficiente do eleitorado dos políticos do PDS para que o novo partido já surgisse com uma sustentação segura e promissora.

Em segundo lugar, um processo de reorganização interna centralizou o controle dos órgãos executivos sobre o conjunto do partido, inclusive as bancadas, permitindo um gerenciamento mais eficiente dos recursos políticos obtidos e conferiu uma identidade política própria ao partido.

Em terceiro lugar, o apoio aos governos tem assegurado a participação ininterrupta do partido nos governos e garantido a obtenção de recursos direcionáveis às bases eleitorais.

A trajetória do PFL no período considerado sugere um forte empenho por parte dos órgãos centrais em libertar o partido de práticas políticas arcaicas e clientelistas, conferir-lhe um caráter nacional e doutrinário e fazê-lo ocupar o espaço liberal no espectro político-ideológico brasileiro.

Mais do que apoiar os governos, o PFL tem controlado uma importante parcela de poder desde seu surgimento. A “vocação governista” do PFL, que parece ser unanimidade tanto na imprensa quanto entre os analistas, consiste numa estratégia calculada de obtenção de recursos políticos através de uma estreita associação com o Estado. A intimidade do PFL com o poder corresponde à aproximação entre os partidos políticos e o estado identificada por Peter Mair como as novas bases do desenvolvimento das organizações partid rias¹⁵².

O próprio processo de criação do partido aproveitou os alicerces do PDS no regime militar e o poder dos políticos tradicionais do Nordeste. O PFL já surgiu contando com um considerável quadro de governadores, senadores e deputados federais¹⁵³ que romperam com o PDS às vésperas do Colégio Eleitoral e só tiveram que enfrentar eleições um ano depois.

Num primeiro momento o poder do PFL esteve ligado às estruturas de sustentação regional e às bancadas herdadas do PDS. A numerosa inserção regional dos seus fundadores conferiu ao PFL a condição de segundo maior partido nacional logo após a sua fundação.

O controle da máquina governamental pelo PDS e o uso de medidas casuísticas estavam descartadas a partir da redemocratização, mas durante anos haviam formado uma base de apoio no Nordeste que acabou rendendo ganhos eleitorais para os seus chefes políticos, mesmo depois de terem trocado o PDS pelo PFL.

Desde então, o PFL tem garantido bancadas no congresso numerosas o suficiente a ponto de tornar o seu apoio fundamental em qualquer matéria submetida a votação. A eleição de grandes bancadas tem se repetido a cada legislatura, sem contar os votos de outros partidos (os pequenos partidos de direita¹⁵⁴) sobre os quais a orientação do PFL tem influência.

Uma bancada tão poderosa impõe o PFL como interlocutor nas negociações tanto com o governo quanto com outros partidos, pois, além estritamente do número de votos em plenário diretamente controlados, coloca o partido numa situação privilegiada para a composição das comissões permanentes e para a condução do processo legislativo, através dos poderes do líder. O PFL tornou-se um aliado indispensável para um governo que pretenda ter seus projetos aprovados no Congresso.

¹⁵² MAIR, 1994.

¹⁵³ Dentre as 2051 assinaturas no manifesto de fundação do PFL, haviam 5 governadores, 14 senadores e 77 deputados federais. (Anexo 3)

¹⁵⁴ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995.

O papel crucial exercido pelo PFL no Congresso Nacional é ao mesmo tempo a fonte de recursos políticos e o meio de utilização destes recursos para manter o partido como base importante para os governos, garantindo assim a sua presença nos gabinetes e a conseqüente obtenção de mais recursos políticos e eleitorais, renovando o ciclo. O PFL tem de fato interesse em apoiar governos em função dos ganhos gerados por este tipo de atuação. O PFL tem se consolidado como um partido de novo tipo, que se desenvolve através não apenas da expansão de suas bases, mas principalmente através do que Peter Mair chamou de *party in public office* e *party in central office*.¹⁵⁵

A relação do Congresso com o Executivo tem sido de colaboração: é baixa a proporção de projetos do Executivo rejeitados no Congresso, e estes tramitam em menor tempo e têm índices mais altos de aprovação que os projetos do próprio Legislativo.¹⁵⁶ Esta relação implica que a atuação do PFL seja computada também favoravelmente aos governos através do número de votos que controla (os da sua bancada e os de partidos menores) e através do seu peso nos órgãos que centralizam o poder decisório na Câmara dos Deputados (Colégio de Líderes, Mesa Diretora e Comissões).

Se o comportamento do Congresso de maneira geral em relação ao Executivo é mais cooperativo que conflitivo, e se as iniciativas presidenciais recebem invariavelmente um tratamento privilegiado,¹⁵⁷ não se pode negar ao PFL, por tudo quanto foi dito, o papel de concorrer para a governabilidade. É possível acreditar ainda que o PFL tem exercido um papel fundamental desde a sua formação, quando viabilizou e garantiu o acordo da transição, até recentemente, assegurando a continuidade do Plano Real através do apoio à candidatura e ao governo Fernando Henrique, em 1994, e à sua reeleição em 1998.

Enfim, é possível afirmar que o PFL tem obtido êxito nas suas metas de fortalecimento, no desafio de transformar-se um partido nacional, no propósito de ocupar um lugar próprio no cenário político brasileiro e na reunião de recursos para a viabilização de projetos mais ambiciosos para o futuro do partido, como por exemplo o lançamento de uma candidatura própria para a Presidência da República nas próximas eleições.

¹⁵⁵ MAIR, 1994.

¹⁵⁶ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995.

¹⁵⁷ FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995.

BIBLIOGRAFIA

- ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo, HUCITEC/USP, 1998.
- AMORIM NETO, Octávio. "Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão *versus* cooptação" in: *Nova Economia*, Belo Horizonte, vol. 4 n° 1 nov. 1994.
- ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. *Políticas e Poder: os mecanismos de implementação das políticas públicas e o fortalecimento de novas elites políticas no Nordeste - 1979/1985*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais - IFCH/UNICAMP, junho/1994.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- CHAUÍ, Marilena. "Considerações sobre o realismo político" in: *Desvios*, n° 3, 1985.
- DIMENSTEIN, Gilberto e SOUZA, Josias de. *A História Real - trama de uma sucessão*. São Paulo, Ática, 1994.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar/UnB, 1980.
- FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda (org). *Nordeste: eleições*. Recife, Fund. Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1985.
- FIGUEIREDO, Argelina Maria C. e LIMONGI, Fernando (Coords.). "Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal". *Cadernos de Pesquisa CEBRAP*, n° 5, out/1996.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. "Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 29, 1995.
- FIGUEIREDO, Argelina Maria C. e LIMONGI, Fernando. "Reforma da previdência e instituições políticas." *Novos Estudos CEBRAP*, n° 51, julho/1998.
- FLEISCHER, David (org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília, Ed. UnB, 1981.
- FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. Belo Horizonte, UFMG, 1990.
- HIPPÓLITO, Lúcia. *PSD - de raposas e reformistas*. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- GÓES, Walder de. e CAMARGO, Aspásia. *O Drama da Sucessão e a Crise do Regime*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

- KECK, Margaret. PT: *A lógica da diferença*. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo, Ática, 1991.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. "O quadro partidário e a constituinte" in: LAMOUNIER, B. (org). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, IDESP/Sumaré, 1990.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer, 1993.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo, Loyola, 1989.
- LAMOUNIER, Bolívar. "Apontamentos sobre a questão democrática brasileira" in: *Como Renascem as Democracias*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- LAVAREDA, José Antônio. "O Partido da Frente Liberal: o dissenso dos governadores pedessistas nordestinos e a busca de uma nova imagem". in: FALCÃO NETO, J. *Nordeste: eleições*. Recife, Massangana, 1985.
- LIMA JR., Olavo Brasil. *Democracias e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80*. São Paulo, Loyola, 1993.
- LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina Maria C. "Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994". *Dados*, vol. 38, nº 3, 1995.
- LIPPI, Lúcia. "Notas sobre o estudo do Partido Social Democrático". *Dados*, 1973, n. 10.
- LIPPI, Lúcia. "O Partido Social Democrático" in: FLEISCHER, David. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília, UnB, 1981.
- MACIEL, Marco A. de O. *Frente Liberal - a proposta e o partido*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1985.
- MACIEL, Marco A. de O. *Idéias Liberais e Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.
- MAGALHÃES, Roberto. *Perspectivas do Liberalismo*. Brasília, ITN, 1995.
- MAIR, Peter. "Party Organizations: from civil society to the State" in: MAIR, P. and KATZ, R. S. (Edd) *How Parties Organize - change and adaptation in party organizations in westerns democracies*. London, SAGE Publications, 1994.
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1995)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH-UNICAMP, setembro/1996.
- MENEGUELLO, Rachel. PT - *A Formação de um Partido*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- NICOLAU, Jairo Marconi. "De desproporcionalidades e reformas eleitorais". *Monitor Público*, nº 6, 1995.

- O'DONNELL, Guillermo e REIS, Fábio Wanderley (org.). *A Democracia no Brasil - dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988.
- PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partido*. Madrid, Alianza, 1990.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Mobilização e Conflito Político: a campanha das "Diretas Já"*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IFCH/UNICAMP, novembro/1993.
- SOUZA, Maria do Carmo C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

DOCUMENTOS E MATERIAL DE IMPRENSA

BRIEFINGS DE REUNIÕES DA BANCADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

CÂMARA DOS DEPUTADOS / TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Eleições de 15 de Novembro de 1986 - Candidatos e Votos Obtidos*. Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações. Brasília, 1987.

Comissão Nacional de Estudos e Programas. Partido da Frente Liberal. “Princípios e Metas Fundamentais para um Programa de Governo - Eleições de 1994. Proposta a ser apresentada à Nação e sustentada, no que couber, pelos candidatos do PFL à Presidência da República, aos Governos de Estado, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e às Assembléias Legislativas.”

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *A Cabeça do Congresso: quem é quem na revisão constitucional*. São Paulo, Oboré, 1993.

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Quem Foi Quem na Constituinte* - nas questões de interesse dos trabalhadores. São Paulo, Cortez, 1988.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

ESTATUTO DO PARTIDO DA FRENTE LIBERAL. Instituto Tancredo Neves, Brasília, 1995.

FOLHA DE SÃO PAULO

INSTITUTO TANCREDO NEVES

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS - Brasília, Senado Federal, 1991.

LIVROS DE ATAS DAS REUNIÕES - Do Diretório Nacional do PFL
- Da Comissão Executiva Nacional do PFL

NICOLAU, Jairo Marconi (org.) *Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro, REVAN/IUPERJ, 1998.

O ESTADO DE SÃO PAULO

“Princípios e Metas Fundamentais para um Programa de Governo - Eleições de 1994. Proposta a ser apresentada à Nação e sustentada, no que couber, pelos candidatos do PFL à Presidência da República, aos Governos de Estado, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e às Assembléias Legislativas.” KRAUSE, Gustavo (coord.). Comissão Nacional de Estudos e Programas, PFL, Brasília, 1994.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é Quem na Constituinte*. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo, OESP/Maltese, 1987.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - Biblioteca, Seção de Registros e Seção de Estatísticas. Arquivos informatizados sobre resultados eleitorais.

ENTREVISTAS:

- Dr. Ernani Gurgel (Procurador do Partido) - 25/10/95.
- Dep. Fed. Roberto Magalhães - 26/10/95.
- Dep. Fed. Saulo Queiroz - 27/10/95.
- José Salomão Aires (Chefe de gabinete da Liderança na Câmara) - 27/10/98.

ANEXOS

1. Composição das Comissões Executivas	110
2. Compromisso Com a Nação (07/08/84)	115
3. Manifesto ao Povo Brasileiro (19/12/84)	119
4. Votação da emenda das Diretas Já	123
5. Carta Compromisso (20/04/86)	136
6. Tabelas de Desempenho Eleitoral	144
7. Mandatos	157

ANEXO 1

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS

Fonte: Livros de Atas das Reuniões do Diretório Nacional do PFL.

COMISSÃO DIRETORA NACIONAL PROVISÓRIA

Indicada em 19 de dezembro de 1984 pelos signatários do Manifesto de Fundação do PFL.

Governador José Agripino Maia	RN
Ex-governador José Augusto Amaral de Souza	RS
Ex-governador Ney Aminthas de Barros Braga	PR
Senador Marco Antônio de Oliveira Maciel	PE
Senador Jorge Konder Bornhausen	SC
Senador Luiz de Souza Cavalcanti	AL
Deputado Federal Saulo Garcia Queiroz	MS
Deputado Federal Wolney Wagner de Siqueira	GO
Deputado Federal Tarcísio de Miranda Burity	PB
Deputado Federal Jayme Manoel Tavares Neiva de Santana	MA
Deputado Federal Stelio Dias	ES

COMISSÃO EXECUTIVA APROVADA NA 1ª CONVENÇÃO, EM 20/04/86:

CARGO NA EXECUTIVA	NOME	CARGO/ESTADO
Presidente	Guilherme Palmeira	Senador/AL
1º Vice Presidente	Maurício Campos	Deputado/MG
2º Vice Presidente	Eraldo Tinoco	Deputado/BA
3º Vice Presidente	José Lins	Deputado/CE
Secretário Geral	Saulo Queiroz	Deputado/MS
1º Secretário	José Jorge	Deputado/PE
2º Secretário	Norton Macedo	Deputado/PR
1º Tesoureiro	Rubem Medina	Deputado/RJ
2º Tesoureiro	Wolney Siqueira	Deputado/GO

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL ELEITA EM 13/05/87:

CARGO NA EXECUTIVA	NOME	CARGO/ESTADO
Presidente	Marco Maciel	Senador/PE
1º Vice Presidente	Maurício Campos	Deputado/MG
2º Vice Presidente	Eraldo Tinoco	Deputado/BA
3º Vice Presidente	José Lins	Deputado/CE
Secretário Geral	Saulo Queiroz	Deputado/MS
1º Secretário	José Jorge	Deputado/PE
2º Secretário	Norton Macedo	Dep. Est./PR
1º Tesoureiro	Rubem Medina	Deputado/RJ
2º Tesoureiro	Wolney Siqueira	Dep. Est./GO
1º Vogal	Eunice Michiles	Deputada/AM
2º Vogal	Amaral de Souza	Dep. Est./RS
3º Vogal	Maluly Neto	Deputado/SP
4º Vogal	Jayme Santana	Deputado/MA
Líder na Câmara	José Lourenço	Deputado/BA
Líder no Senado	Carlos Chiarelli	Senador/RS
1º Suplente	Stélio Dias	Deputado/ES
2º Suplente	Edme Tavares	Deputado/PB
3º Suplente	Sebastião Leal	Dep. Est./PI
4º Suplente	Paulo Melro	Dep. Est./SC
5º Suplente	Antônio Florêncio	Dep. Est./RN

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL ELEITA EM 09/04/89:

CARGO NA EXECUTIVA	NOME	CARGO/ESTADO
Presidente de Honra	Aureliano Chaves	Ex-Vice Presidente da República
Presidente	Hugo Napoleão	Senador/PI
1º Vice Presidente	Maurício Campos	Deputado/MG
2º Vice Presidente	Divaldo Suruagy	Senador/AL
3º Vice Presidente	José Lins	Deputado/CE
Secretário Geral	Eraldo Tinoco	Deputado/BA
1º Secretário	Ricardo Fiúza	Deputado/PE
2º Secretário	Airton Cordeiro	Deputado/PR
1º Tesoureiro	Jofran Frejat	Deputado/DF
2º Tesoureiro	Costa Ferreira	Deputado/MA
1º Vogal	Eunice Michiles	Deputada/AM
2º Vogal	Arnaldo Prieto	Deputado/RS
3º Vogal	Francisco Dornelles	Deputado/RJ
4º Vogal	Levy Dias	Deputado/MS
Líder na Câmara	José Lourenço	Deputado/BA
Líder no Senado	Marcondes Gadelha	Senador/PB
1º Suplente	Stélio Dias	Deputado/ES
2º Suplente	Evaldo Gonçalves	Deputado/PB
3º Suplente	Anibal Barcellos	Deputado/AP
4º Suplente	José Camargo	Deputado/SP
5º Suplente	Antônio Florêncio	Dep. Est./RN

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL ELEITA EM 19/05/91:

CARGO NA EXECUTIVA	NOME	CARGO/ESTADO
Presidente	Hugo Napoleão	Senador/PI
1º Vice Presidente	Ricardo Fiúza	Deputado/PE
2º Vice Presidente	Júlio Campos	Senador/MT
3º Vice Presidente	Christovam Chiaradia	Deputado/MG
Secretário Geral	Eraldo Tinoco	Deputado/BA
1º Secretário	Francisco Dornelles	Deputado/RJ
2º Secretário	Lourival Baptista	Senador/SE
1º Tesoureiro	Costa Ferreira	Deputado/MA
2º Tesoureiro	Ézio Ferreira	Deputado/AM
1º Vogal	Meira Filho	Senador/DF
2º Vogal	Raimundo Lira	Senador/PB
3º Vogal	Odacyr Soares	Senador/RO
4º Vogal	Wilmar Dallanhor	Dep. Est./SC
Líder na Câmara	Luís Eduardo Magalhães	Deputado/BA
Líder no Senado	Marco Maciel	Senador/PE
1º Suplente	Ivânio Guerra	Deputado/PR
2º Suplente	Ney Lopes	Deputado/RN
3º Suplente	Maluly Neto	Deputado/SP
4º Suplente	Henrique Almeida	Senador/AP
5º Suplente	Alacid Nunes	Deputado/PA

ELEITOS PARA VAGAS NA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, EM 24/03/92:

CARGO NA EXECUTIVA	NOME	CARGO/ESTADO
1º Vice Presidente	José Múcio Monteiro	Deputado/PE
3º Vice Presidente	José Santana de Vasconcellos	Deputado/MG
1º Tesoureiro	José Reinaldo Tavares	Deputado/MA

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL ELEITA EM 26/09/93:

CARGO NA EXECUTIVA	NOME	CARGO/ESTADO
Presidente	Jorge Bornhausen	Ministro (SC)
1º Vice Presidente	Ricardo Fiúza	Deputado/PE
2º Vice Presidente	Odacir Soares	Senador/RO
3º Vice Presidente	José Santana Vasconcellos	Deputado/MG
Secretário Geral	Eraldo Tinoco	Deputado/BA
1º Secretário	Vilmar Rocha	Deputado/GO
2º Secretário	Lourival Baptista	Senador/SE
1º Tesoureiro	José Reinaldo Tavares	Deputado/MA
2º Tesoureiro	Ézio Ferreira	Deputado/AM
1º Vogal	Henrique Almeida	Senador/AP
2º Vogal	Werner Wanderer	Deputado/PR
3º Vogal	Jesus Tajra	Deputado/PI
4º Vogal	Antônio dos Santos	Deputado/CE
Líder na Câmara	Luís Eduardo Magalhães	Deputado/BA
Líder no Senado	Marco Maciel	Senador/PE
1º Suplente	Alacid Nunes	Deputado/PA
2º Suplente	Ivânio Guerra	Deputado/PR
3º Suplente	Ney Lopes	Deputado/RN
4º Suplente	Marilú Guimarães	Deputada/MS
5º Suplente	Osório Adriano Filho	Deputado/DF

ELEITOS PARA VAGAS NA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, EM 29/11/94:

CARGO NA EXECUTIVA	NOME	CARGO/ESTADO
1º Vice Presidente	José Jorge	Deputado/PE
1º Tesoureiro	César Bandeira	Deputado/MA
2º Tesoureiro	Osório Adriano Filho	Deputado/DF
5º Suplente	Nelson Morro	Deputado/SC

ANEXO 2
COMPROMISSO FIRMADO PELO PARTIDO
DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
COM A FRENTE LIBERAL

Os signatários deste documento, representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e da Frente Liberal, objetivando a consolidação das instituições democráticas, o desenvolvimento econômico de Brasil e a realização da justiça social, deliberaram constituir uma “Aliança Democrática”, aberta aos Partidos Políticos e demais forças democráticas, para eleger o Presidente e Vice-Presidente da República às próximas eleições e instituir um Governo que promova o encontro do Estado com a sociedade e concretize o bem comum.

Fundamenta-se esta Aliança Democrática nos seguintes princípios:

“COMPROMISSO COM A NAÇÃO”

O PMDB e a Frente Liberal, conscientes de suas responsabilidades perante a Nação, decidiram reunir seus esforços no propósito de promover as inadiáveis mudanças que a sociedade brasileira exige.

O entendimento que selam, neste momento, é o primeiro passo para a constituição de uma Aliança Democrática, que se compromete com o destino nacional. Ao formalizá-lo, os signatários conclamam os Partidos Políticos e demais forças democráticas, animados pelo sentimento de patriotismo, a se irmanarem nesta caminhada de fé e esperança do povo brasileiro.

O País vive gravíssima crise na história republicana. A hora não admite vacilações.

Só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, pode garantir a soberania do País, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social.

Este pacto político propugna a conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o Povo e o Governo. Sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro, propõe o entendimento de todos os brasileiros.

É indispensável que se efetive o congraçamento nacional baseado na liberdade, na igualdade sob a lei, no escrupuloso respeito pela coisa pública, na justa participação de todos

nos frutos do progresso, na solidariedade entre os brasileiros. Congraçamento nacional capaz de propiciar, em clima democrático, as mudanças que a Nação reclama.

É urgente a necessidade de proceder-se a reorganização institucional do País.

Uma nova Constituição fará do Estado, das Leis, dos Partidos Políticos, meios voltados para a realização do homem - sua dignidade, sua segurança e seu bem-estar.

O Brasil deve ser um País para seu próprio povo, em que seja assegurado o exercício pleno da cidadania, respeitados os direitos humanos, preservadas a identidade e a cultura nacionais.

Em uma Nação marcada pela pobreza e ameaçada pelo desespero dos marginalizados, a Administração Pública deve se caracterizar pela credibilidade e pela participação e se pautar sempre pela austeridade e moralidade.

É dever do Estado erradicar a miséria que afronta a dignidade nacional, assegurar a igualdade de oportunidades, propiciar melhor distribuição da renda e da riqueza, proporcionar o reencontro com os valores da nacionalidade.

Esse Brasil será edificado com o sacrifício, a coragem e as inesgotáveis reservas de patriotismo de sua gente.

Esta é a tarefa que cumpre empreender.

Esse entendimento possibilita a Aliança Democrática estabelecer como compromisso impostergáveis e fundamentais com a Nação brasileira:

- Restabelecimento imediato das eleições diretas, livres e com sufrágio universal, para Presidente da República, Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais e dos declarados de interesse da segurança nacional. Representação política de Brasília;

- convocação de Constituinte, livre e soberana, em 1986, para elaboração de nova Constituição;

- restabelecimento da independência e prerrogativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário;

- fortalecimento da Federação e efetiva autonomia política e financeira dos Estados e Municípios;

- reforma da legislação eleitoral de modo a possibilitar a formação de novos Partidos, permitir as coligações partidárias e assegurar às agremiações políticas o acesso democrático ao rádio e a televisão;

- retomada e reordenamento do processo de desenvolvimento, como opção fundamental da sociedade brasileira;

- reprogramação global da dívida externa, em condições que preservem o povo de sacrifícios insuportáveis e resguardem a soberania nacional;

- combate à inflação, através de medidas que considerem, não apenas sua origem financeira, mas sobretudo seu caráter prioritariamente social. Saneamento financeiro interno e redução do custo do dinheiro;

- reforma tributária, como instrumento básico de realização dos objetivos de política social e econômica. Correção das desigualdades regionais e pessoais de renda;

- prioridade ao Nordeste e reconhecimento de sua capacidade na formulação das soluções mais adequadas ao resgate da dívida nacional para com a Região;

- adoção de medidas de emergência contra a fome e o desemprego;

- desconcentração do Poder e descentralização do processo decisório. Desburocratização;

- apoio à livre iniciativa. Fortalecimento das empresas nacionais. Tratamento favorecido às pequenas e médias empresas;

- Revisão da política salarial, com eliminação do processo de compressão do poder aquisitivo dos trabalhadores, dos servidores públicos e da classe média. Garantia da autonomia e liberdade sindicais e do direito de greve;

- educação fundamental para todos. Fortalecimento da Universidade e efetivação da sua autonomia. Apoio à pesquisa, ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural;

- defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro. Adoção de um Plano nacional de cultura;

- combate a qualquer espécie de discriminação e preconceito quanto à religião, sexo e raça. Proteção aos direitos das minorias;

- direcionamento de recursos e estímulos para o aumento substancial da oferta dos bens e serviços indispensáveis à satisfação das carências básicas da população no campo da alimentação, saúde, educação e habitação;

- proteção do meio ambiente. Defesa da Amazônia. Política urbana. Melhoria da qualidade de vida e das condições de segurança individual;

- reestruturação da previdência social e do sistema financeiro da habitação, com adoção de medidas que lhes propiciem condições de estabilidade e fidelidade aos objetivos sociais;

- execução de política agropecuária que assegure a fixação de preços mínimos realistas e a formação de estoques reguladores adequados. Reforma Agrária mediante cumprimento do Estatuto da Terra e melhoria das condições de vida do homem do campo;

- política externa voltada para a preservação da soberania dos Estados, segurança e justiça internacionais, e busca da paz.”

Acordaram os signatários que o candidato a Presidente da República seja proposto pelo PMDB, que indica o Governador Tancredo Neves, e o candidato a Vice-Presidente da República seja apresentado pela Frente Liberal, que indica o Senador José Sarney.

estabeleceram, igualmente, que o programa governamental venha a ser conjuntamente elaborado pelo PMDB, Frente Liberal e Partidos Políticos que venham a integrar a Aliança Democrática, orientando-se pelos princípios constantes do “Compromisso com a Nação”.

Finalmente, manifestaram a determinação no sentido de desenvolver gestões com o objetivo de alcançar a participação dos Partidos políticos e outras forças democráticas que, identificados com estes propósitos, desejem unir esforços através da Aliança Democrática, para solucionar os graves e urgentes problemas que afligem Brasil e, integrados, pugnam pela vitória dos compromissos e das candidaturas que, para esse fim, indicam.

Brasília-DF, 07 de agosto de 1984.

ULYSSES GUIMARÃES

Presidente do PMDB

TANCREDO NEVES

Governador do Estado de Minas Gerais

ANTÔNIO AURELIANO CHAVES DE MENDONÇA

Vice-Presidente da República

MARCO MACIEL

Senador pelo Estado de Pernambuco

ANEXO 3

MANIFESTO AO POVO BRASILEIRO

Os abaixo assinados, cidadãos brasileiros, no pleno gozo de seus direitos políticos decidem fundar o Partido da Frente Liberal, que se constituirá como pessoa jurídica de direito público interno, tendo como objetivo exercer atividade política e partidária nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Legislação Partidária e, em obediência ao disposto no Art. 5º nº 1 da Lei nº 5.582 de 21 de julho de 1971 com a redação que lhe deu a Lei nº 6.767 de 20.12.79, e indicam a seguinte Comissão Diretora Nacional Provisória: Governador José Agripino Maia; Ex Governador José Augusto Amaral de Souza, Ex Governador Ney Aminthas de Barros Braga; Senador Marco Antônio de Oliveira Maciel; Senador Jorge Konder Bornhausen; Senador Luiz de Souza Cavalcante; Deputado Federal Saulo Garcia Queiroz; Deputado Federal Wolney Wagner de Siqueira; Deputado Federal Tarcísio de Miranda Burity; Deputado Federal Jayme Manoel Tavares Neiva de Santana; Deputado Federal Stelio Dias, escolhidos pelos fundadores na forma da Lei. O partido da Frente Liberal orientará sua atuação de acordo com o seguinte Manifesto.

BRASILEIROS

Os signatários deste Manifesto, assumindo a plenitude dos deveres e responsabilidade de cidadãos livres e democratas, reúnem-se agora para fundar o Partido da Frente Liberal com o propósito de efetivar as aspirações populares e promover as mudanças que a sociedade deseja.

A hora da reconstrução da democracia deve ser a hora do reencontro e da conciliação, indispensáveis à solução das graves dificuldades que nos afligem. Não há porque reviver antagonismos que as novas realidades se incumbiram de superar.

O que é preciso, agora, é corresponder à confiança e à poderosa corrente de esperança que a abertura política reascendeu neste país.

É oportuno registrar alguns conceitos fundamentais que configuram o nosso ideário político:

01. O compromisso maior do Partido é com a liberdade, sob todas as suas formas. Combateremos, portanto, qualquer manifestação de autoritarismo ou restrição da liberdade.

02. Combateremos, do mesmo modo, a centralização, doença crônica de nosso organismo político-administrativo, que não se coaduna com a dimensão, as diversidades e a urgência de nossos problemas.

03. A concentração de poder que, ao longo dos anos, se processou neste país, acabou por atingir gravemente a Federação, a Independência dos Poderes e o dinamismo econômico e social. É imperioso iniciar, imediatamente, a reversão desse processo e restituir às Unidades Federadas a competência e os recursos progressivamente transferidos ao Governo Federal.

04. Impõe-se, sobretudo, libertar as imensas energias criadoras do homem brasileiro, historicamente sufocadas pelo centralismo e pelo estatismo. A par da descentralização, a grande revolução a realizar neste País é a da liberação da iniciativa em todos os planos - no político, no social e no econômico. É preciso estimular, por todos os modos, a participação comunitária, abrindo-se oportunidade à fecunda manifestação de nossas diversidades.

05. O amplo processo de liberação inclui a proteção do cidadão contra a asfixia burocrática, o controle da voracidade fiscal e a contenção da interferência excessiva do Estado na atividade econômica. Consideramos, entretanto, que há problemas e desigualdades que não podem ser satisfatoriamente resolvidos pelo livre jogo das forças do mercado. Existe um espaço legítimo, inclusive na área social, para a atuação do Estado, o que não prejudica, antes preserva a liberdade.

06. Preocupa-nos o crescimento descontrolado da atividade empresarial do Estado, que transbordou consideravelmente dos limites de sua necessidade. Mas a desestatização, onde si impuser, há de se fazer sem desnacionalização, mediante o fortalecimento da empresa privada nacional. As empresas estatais deverão sempre estar sob adequada fiscalização da sociedade.

07. Afirmamos a prevalência do interesse social sobre o individual. Mas, na visão humanística que informa o nosso ideário, o destinatário final de toda a atividade social é o homem, protegido em sua liberdade, dignidade e integridade. O desenvolvimento que pregamos há de se fazer, portanto, a serviço do homem. Rejeitamos qualquer proposta de desenvolvimento que transfira para um futuro distante e indefinido a redução das desigualdades sociais.

08. O Partido se compromete com a mudança. Uma nação cuja população, em sua grande maioria, ainda padece de carências essenciais no campo de alimentação, saúde, educação e habitação, é certamente uma Nação em que há muitas coisas para mudar, sem prejuízo do muito que é necessário preservar. O povo brasileiro reclama reformas essenciais e,

a seu lado, lutaremos para alcançá-las por meios pacíficos, mas sem transigências que retardem ou impeçam torná-las realidade.

09. Reafirmamos nossa integral fidelidade ao interesse nacional, como fazem todos os países que adquiriram suficiente consciência desse interesse. Consideramos extremamente importante preservar nossa identidade e nossa cultura, manter sob controle nacional o processo de desenvolvimento e buscar a redução progressiva de nossa dependência do exterior, inclusive e especialmente no campo tecnológico. Manteremos, todavia, nossas janelas abertas para o mundo, onde a interdependência tende a aumentar e o isolacionismo tende a desaparecer.

10. O desenvolvimento nacional é uma necessidade imperiosa e constitui, entre nós, aspiração generalizada, além de poderosa fonte de motivação. O brasileiro rejeita qualquer tipo de estagnação ou recessão. Como País soberano e cioso de suas responsabilidades, o Brasil não poderá tolerar nenhum tipo de pressão ou imposição capaz de pôr em risco o seu futuro, o seu desenvolvimento, a paz social e a garantia de oportunidades de trabalho para seus filhos. Lutaremos para garantir aos trabalhadores, liberdade de organização, remuneração justa, alimentação, previdência social, assistência médica, lazer, habitação condigna, proteção contra o desemprego, e demais condições necessárias à humanização da vida no trabalho. Lutaremos igualmente para a atenuação dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento. O Nordeste é prioridade nacional.

11. Governar é atividade essencialmente ética. a confiança, a credibilidade e a participação constituem preliminares indispensáveis ao êxito da ação governamental. O partido assume um compromisso claro com o restabelecimento dessas precondições e com a rigorosa observância das normas de austeridade e honestidade no trato dos assuntos públicos.

12. Plural, democrático e aberto, o Partido da Frente Liberal lutará pelas eleições diretas e para dotar o País de uma nova Constituição, que consolide as instituições democráticas e consagre as mudanças reclamadas.

Lançamos o nosso apelo a todos os brasileiros para que juntos empreendamos esta caminhada pela liberdade, democracia, desenvolvimento e afirmação da soberania Nacional.

Estas idéias serão objeto de debate e aprovação definitiva no Programa do Partido que será elaborado na forma exigida pela Lei.

Brasília, 19 de dezembro de 1984.

[Manifesto de fundação do PFL, transcrito do registro no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, assinado por 2.051 pessoas, entre elas:

Governadores: João Durval Carneiro (BA); Luis Gonzaga F. Mota (CE); Roberto Magalhães (PE); Hugo Napoleão (PI); José Agripino Maia (RN).

Senadores: Marco Maciel (PE), Luiz de Souza Cavalcanti (AL), Jorge Bornhausen (SC), Guilherme Palmeira (AL), José Benedito Canelas (MT), Carlos Chiarelli (RS), José Lins (CE), Claudionor Couto Roriz (RO), Eunice Michiles (AM), Albano Franco (SE), Aderbal de Araújo Jurema (PE), João Lobo (PI), Marcondes Gadelha (PB) e Milton Bezerra Cabral (PB).

Deputados Federais: Aercio Cunha; Alcení Guerra; Alcides Lima; Alvaro Valle; Antonio Dias; Antonio Florencio; Antonio Pontes; Antonio Ueno; Carlos Eloy; Castejon Branco; Celso Barros; Cristovam Chiaradia; Dionisio Hage; Emilio Gallo; Enoque Vieira; Evaldo Amaral; Evandro Ayres de Moura; Fabiano Braga Cortes; Fernando Bastos; França Teixeira; Francisco Benjamin; Francisco Erse; Francisco Studart; Furtado Leite; Geraldo Melo; Gonzaga Vasconcelos; Herbert Levy; Homero Santos; Humberto Souto; Inocêncio Oliveira; Israel Pinheiro Filho; Ítalo Conti; Jairo Magalhães; Jayme Santana; João Alberto de Souza; João Faustino; Jonathas Nunes; José Camargo; José Carlos Fagundes; José Jorge; José Lourenço; José Machado; José Moura; José Tomaz Nonô; Levy Dias; Lúcio Alcântara; Luiz Carlos Fayet; Maluly Neto; Mário Assad; Maurício Campos; Milton Brandão; Mozarildo Cavalcanti; Natal Galle; Navarro Vieira Filho; Norton Macedo; Saulo Queiroz; Nylton Velloso; Orlando Bezerra; Oscar Alves; Oscar Correa Jr.; Osvaldo Coelho; Paulo Cícero de Vasconcellos; Paulo Lustosa; Paulo Melro; Pedro Colin; Reinhold Stefanés; Ricardo Ribeiro; Rita Furtado; Ruy Bacelar; Sarney Filho; Stélio Dias; Tapety Junior; Tarcísio Burity; Thales Ramalho; Tufi Jubran; Victor Trovão; Wolney Siqueira.]

ANEXO 4

CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 1984 - VOTAÇÃO DA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA, ASSINATURA DO MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DO PFL E ELEIÇÃO PARA A CONSTITUINTE PELO PFL.

NOME	PARTIDO	ESTADO	VOTO	ASSINOU MANIFESTO O FUND	CONSTITUINTE PELO PFL
ABDIAS NASCIMENTO	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
ADAIL VETTORAZZO	PDS	SP	AUS	NÃO	NÃO
ADAUTO PEREIRA	PDS	PB	AUS	NÃO	NÃO
ADEMIR ANDRADE	PMDB	PA	SIM	NÃO	NÃO
ADHEMAR GHISI	PDS	SC	NÃO	NÃO	NÃO
ADROALDO CAMPOS	PDS	SE	AUS	NÃO	NÃO
AÉCIO CUNHA	PDS	MG	SIM	SIM	NÃO
AÉCIO DE BORBA	PDS	CE	AUS	NÃO	NÃO
AFRISIO VIEIRA LIMA	PDS	BA	NÃO	NÃO	NÃO
AGENOR MARIA	PMDB	RN	SIM	NÃO	NÃO
AGNALDO TIMÓTEO	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
AIRTON SANDOVAL	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
AIRTON SOARES	PT	SP	SIM	NÃO	NÃO
ALAIR FERREIRA	PDS	RJ	AUS	NÃO	SIM
ALBÉRICO CORDEIRO	PDS	AL	SIM	NÃO	SIM
ALBERTO GOLDMANN	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
ALBINO COIMBRA	PDS	MS	SIM	NÃO	NÃO
ALCENI ÂNGELO GUERRA	PDS	PR	SIM	SIM	SIM
ALCIDES FRANCISCATO	PDS	SP	AUS	NÃO	NÃO
ALCIDES LIMA	PDS	RR	AUS	SIM	NÃO
ALDO ARANTES	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO
ALDO PINTO	PDT	RS	SIM	NÃO	NÃO
ALENCAR FURTADO	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
ALÉRCIO DIAS	PDS	AC	AUS	NÃO	SIM
ALOYSIO TEIXEIRA	PMDB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
ALUIZIO BEZERRA	PMDB	AC	SIM	NÃO	NÃO
ALUIZIO CAMPOS	PMDB	PB	SIM	NÃO	NÃO
ÁLVARO GAUDÊNCIO	PDS	PB	AUS	NÃO	NÃO
ÁLVARO VALLE	PDS	RJ	SIM	SIM	NÃO
AMADEU GEARA	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO

AMAURY MULLER	PDT	RS	SIM	NÃO	NÃO
AMILCAR QUEIROZ	PDS	AC	NÃO	NÃO	NÃO
ANGELO M. P.MAGALHÃES	PDS	BA	NÃO	NÃO	SIM
ANIBAL TEIXEIRA	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
ANSELMO FERRARO	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
ANTONIO AMARAL	PDS	PA	AUS	NÃO	NÃO
ANTONIO CAMARA	PMDB	RN	SIM	NÃO	NÃO
ANTONIO DIAS	PDS	MG	SIM	SIM	NÃO
ANTONIO FARIA	PDS	PE	NÃO	NÃO	NÃO
ANTONIO FLORÊNCIO	PDS	RN	AUS	SIM	NÃO
ANTONIO GOMES	PDS	PB	AUS	SIM	NÃO
ANTONIO MAZCREK	PDS	PR	SIM	NÃO	NÃO
ANTONIO MORAIS	PMDB	CE	SIM	NÃO	NÃO
ANTONIO OSÓRIO	PDS	BA	AUS	NÃO	NÃO
ANTONIO PAES DE ANDRADE	PMDB	CE	SIM	NÃO	NÃO
ANTONIO PONTES	PDS	AP	AUS	SIM	NÃO
ARILDO TELES	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
ARLINDO PORTO	PMDB	AM	SIM	NÃO	NÃO
ARMANDO PINHEIRO	PDS	SP	NÃO	NÃO	NÃO
ARNALDO MACIEL	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
AROLDO MOLETTA	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
ARTHUR VIRGÍLIO NETO	PMDB	AM	SIM	NÃO	NÃO
ARY KFOURY	PDS	PR	NÃO	NÃO	NÃO
ASSIS CANUTO	PDS	RO	AUS	NÃO	SIM
AUGUSTO FRANCO	PDS	SE	AUS	NÃO	NÃO
AUGUSTO TREIN	PDS	RS	SIM	NÃO	NÃO
AURÉLIO PERES	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
BALTHAZAR BEM-E-CANTO	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
BAYMA JUNIOR	PDS	MA	AUS	NÃO	NÃO
BENTO PORTO	PDS	MT	AUS	NÃO	NÃO
BETE MENDES	PT	SP	SIM	NÃO	NÃO
BOCAYUVA CUNHA	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PDS	MG	AUS	NÃO	NÃO
BORGES DA SILVEIRA	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
BRABO DE CARVALHO	PMDB	PA	SIM	NÃO	NÃO
BRANDÃO MONTEIRO	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
BRASILIO CAIADO	PDS	GO	NÃO	NÃO	NÃO
CARDOSO ALVES	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
CARLOS ELOY	PDS	MG	AUS	SIM	NÃO
CARLOS MOSCONI	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO

CARLOS PEÇANHA	PMDB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
CARLOS SANT'ANA	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
CARLOS VINAGRE	PMDB	PA	SIM	NÃO	NÃO
CARLOS VIRGÍLIO	PDS	CE	AUS	NÃO	NÃO
CARLOS WILSON	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
CARNEIRO ARNAUD	PMDB	PB	SIM	NÃO	NÃO
CASILDO MALDANER	PMDB	SC	SIM	NÃO	NÃO
CÁSSIO GONÇALVES	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
CASTEJÓN BRANCO	PDS	MG	AUS	SIM	NÃO
CELSO AMARAL	PTB	SP	SIM	NÃO	NÃO
CELSO BARROS	PDS	PI	AUS	SIM	NÃO
CELSO CARVALHO	PDS	SE	AUS	NÃO	NÃO
CELSO PEÇANHA	PTB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
CELSO SABÓIA	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
CHAGAS VASCONCELOS	PMDB	CE	SIM	NÃO	NÃO
CHRISTÓVAM CHIARADIA	PDS	MG	AUS	SIM	SIM
CID CARVALHO	PMDB	MA	SIM	NÃO	NÃO
CIRO NOGUEIRA	PMDB	PI	SIM	NÃO	NÃO
CLARCK PLATON	PDS	AP	AUS	NÃO	NÃO
CLÁUDIO PHILOMENO	PDS	CE	AUS	NÃO	NÃO
CLEMIR RAMOS	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
COUTINHO JORGE	PMDB	PA	SIM	NÃO	NÃO
CRISTINA TAVARES	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
CRISTINO CORTES	PDS	MT	AUS	NÃO	NÃO
CUNHA BUENO	PDS	SP	AUS	NÃO	NÃO
DANTE DE OLIVEIRA	PMDB	MT	SIM	NÃO	NÃO
DARCILIO AYRES	PDS	RJ	NÃO	NÃO	NÃO
DARCY PASSOS	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
DARCY POZZA	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
DASO COIMBRA	PMDB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
DEL BOSCO AMARAL	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
DÉLIO DOS SANTOS	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
DENISAR ARNEIRO	PMDB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
DILSON FANCHIN	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
DIOGO NOMURA	PDS	SP	AUS	NÃO	NÃO
DIONÍSIO JOÃO HAGE	PMDB	PA	SIM	SIM	SIM
DIRCEU CARNEIRO	PMDB	SC	SIM	NÃO	NÃO
DJALMA BESSA	PDS	BA	NÃO	NÃO	NÃO
DJALMA BOM	PT	SP	SIM	NÃO	NÃO
DJALMA FALCÃO	PMDB	AL	SIM	NÃO	NÃO

DOMINGOS JUVENIL	PMDB	PA	SIM	NÃO	NÃO
DOMINGOS LEONELLI	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
DORETO CAMPANARI	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
EDISON LOBÃO	PDS	MA	AUS	NÃO	SIM
EDME T. ALBUQUERQUE	PDS	PB	AUS	NÃO	SIM
EDUARDO GALIL	PDS	RJ	NÃO	NÃO	NÃO
EDUARDO SUPLICY	PT	SP	SIM	NÃO	NÃO
EGIGIO FERREIRA LIMA	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
ELQUISSON SOARES	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
EMIDIO PERONDI	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
EMÍLIO GALLO	PDS	MG	SIM	SIM	NÃO
EMÍLIO HADDAD	PDS	MG	AUS	NÃO	NÃO
ENOCH ALMEIDA VIEIRA	PDS	MA	AUS	SIM	SIM
EPITÁCIO BITTENCOURT	PDS	SC	AUS	NÃO	NÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA	PMDB	MA	SIM	NÃO	NÃO
ERALDO TINOCO MELO	PDS	BA	AUS	NÃO	SIM
ERNANI SATYRO	PDS	PB	AUS	NÃO	NÃO
ESTEVÃO GALVÃO	PDS	SP	AUS	NÃO	NÃO
ETELVIR DANTAS	PDS	BA	AUS	NÃO	NÃO
EURICO RIBEIRO	PDS	MA	NÃO	NÃO	NÃO
EVALDO AMARAL	PDS	SC	SIM	SIM	NÃO
EVANDRO AYRES MOURA	PDS	CE	AUS	SIM	NÃO
FABIANO BRAGA CORTES	PDS	PR	NÃO	SIM	NÃO
FARABULINI JUNIOR	PTB	SP	SIM	NÃO	NÃO
FELIPE CHEIDDE	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
FELIX MENDONÇA	PDS	BA	NÃO	NÃO	NÃO
FERNANDO BASTOS	PDS	SC	SIM	SIM	NÃO
FERNANDO CARVALHO	PTB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
FERNANDO COLLOR	PDS	AL	SIM	NÃO	NÃO
FERNANDO CUNHA	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO
FERNANDO GOMES	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
FERNANDO LYRA	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
FERNANDO MAGALHÃES	PDS	BA	NÃO	NÃO	NÃO
FERNANDO SANTANA	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
FERREIRA MARTINS	PDS	SP	NÃO	NÃO	NÃO
FIDELIS S. AMARAL NETO	PDS	RJ	NÃO	NÃO	NÃO
FIGUEIREDO FILHO	PDS	RJ	AUS	NÃO	NÃO
FLÁVIO BIERREMBACH	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
FLÁVIO MARCÍLIO	PDS	CE	AUS	NÃO	NÃO
FLORICENO PAIXÃO	PDT	RS	SIM	NÃO	NÃO

FRANÇA TEIXEIRA	PDS	BA	SIM	SIM	NÃO
FRANCISCO AMARAL	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
FRANCISCO B. F. CARVALHO	PDS	BA	AUS	SIM	SIM
FRANCISCO DIAS	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
FRANCISCO ERSE	PDS	RO	SIM	SIM	NÃO
FRANCISCO MOZARILDO CAVALCANTI	PDS	RR	AUS	SIM	SIM
FRANCISCO PINTO	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
FRANCISCO ROLLEMBERG	PDS	SE	AUS	NÃO	NÃO
FRANCISCO SALES	PDS	RO	AUS	NÃO	NÃO
FRANCISCO STUDART	PTB	RJ	SIM	SIM	NÃO
FREITAS NOBRE	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
FUED DIB	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
GASTONE RIGH	PTB	SP	SIM	NÃO	NÃO
GENEBALDO CORREIA	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
GENÉSIO DE BARROS	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO
GEOVANI PINHEIRO BORGES	PDS	AP	AUS	NÃO	SIM
GERALDO BULHÕES	PDS	AL	SIM	NÃO	NÃO
GERALDO FLEMMING	PMDB	AC	SIM	NÃO	NÃO
GERALDO MELO	PDS	PE	SIM	SIM	NÃO
GERARDO RANAULT	PDS	MG	SIM	NÃO	NÃO
GERSON PERES	PDS	PA	AUS	NÃO	NÃO
GILSON DE BARROS	PMDB	MT	SIM	NÃO	NÃO
GILTON FARCIA	PDS	SE	SIM	NÃO	NÃO
GIÓIA JUNIOR	PDS	SP	SIM	NÃO	NÃO
GOMES DA SILVA	PDS	CE	AUS	SIM	NÃO
GONZAGA VASCONCELOS	PDS	PE	AUS	SIM	NÃO
GORGONIO NETO	PDS	BA	NÃO	NÃO	NÃO
GUIDO MOESCH	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
GUSTAVO FARIA	PMDB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
HAMILTON XAVIER	PDS	RJ	NÃO	NÃO	NÃO
HAROLDO LIMA	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
HAROLDO SANFORD	PDS	CE	AUS	NÃO	NÃO
HARRY AMORIM	PMDB	MS	SIM	NÃO	NÃO
HELIO CORREA	PDS	BA	NÃO	NÃO	NÃO
HÉLIO DANTAS	PDS	SE	AUS	NÃO	NÃO
HÉLIO DUQUE	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
HÉLIO MANHÃES	PMDB	ES	SIM	NÃO	NÃO
HENRIQUE EDUARDO ÁLVARES	PMDB	RN	SIM	NÃO	NÃO
HERÁCLITO FORTES	PMDB	PI	SIM	NÃO	NÃO
HERBERT LEVY	PDS	SP	SIM	SIM	NÃO

HERMES ZANETI	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO
HOMERO SANTOS	PDS	MG	AUS	SIM	SIM
HORÁCIO MATOS	PDS	BA	AUS	NÃO	NÃO
HUGO NARDINI	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO	PDS	MG	SIM	SIM	SIM
IBSEN DE CASTRO	PDS	GO	AUS	NÃO	NÃO
IBSEN PINHEIRO	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO
INOCENCIO GOMES OLIVEIRA	PDS	PE	SIM	SIM	SIM
INOCER ALMEIDA	PDS	AC	NÃO	NÃO	NÃO
IOSIO ANTONIO UENO	PDS	PR	AUS	SIM	SIM
IRAJÁ RODRIGUES	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO
IRAM SARAIVA	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO
IRAPUÃ COSTA JUNIOR	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO
IRINEU COLATO	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
IRMA PASSONI	PT	SP	SIM	NÃO	NÃO
ISRAEL DIAS NOVAES	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
ISRAEL PINHEIRO FILHO	PDS	MG	SIM	SIM	NÃO
ITALO CONTI	PDS	PR	NÃO	SIM	NÃO
ITURIVAL NASCIMENTO	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO
IVO VANDERLINDI	PMDB	SC	SIM	NÃO	NÃO
J G DE ARAUJO JORGE	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
JACKSON BARRETO	PMDB	SE	SIM	NÃO	NÃO
JACQUES D'ORNELLAS	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
JAIME CÂMARA	PDS	GO	AUS	NÃO	NÃO
JAIRO AZI	PDS	BA	AUS	NÃO	SIM
JAIRO MAGALHÃES	PDS	MG	AUS	SIM	NÃO
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
JAYME MANOEL T. N. SANTANA	PDS	MA	SIM	SIM	SIM
JESSÉ PINTO FREIRE FILHO	PDS	RN	AUS	NÃO	SIM
JOACIL PEREIRA	PDS	PB	NÃO	NÃO	NÃO
JOÃO AGRIPINO	PMDB	PB	SIM	NÃO	NÃO
JOÃO ALBERTO DE SOUZA	PDS	MA	SIM	SIM	NÃO
JOÃO ALVES DE ALMEIDA	PDS	BA	AUS	NÃO	SIM
JOÃO BASTOS	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
JOÃO BATISTA FAGUNDES	PDS	RR	AUS	NÃO	NÃO
JOÃO CARLOS DE CARLO	PDS	PE	NÃO	NÃO	NÃO
JOÃO CUNHA	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
JOÃO DIVINO	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO
JOÃO FAUSTINO	PDS	RN	SIM	SIM	NÃO
JOÃO GILBERTO	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO

JOÃO HERCULINO	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
JOÃO HERMANN	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
JOÃO PAGANELLA	PDS	SC	AUS	NÃO	NÃO
JOÃO PIMENTA DA VEIGA FILHO	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
JOÃO REBELO	PDS	MA	SIM	NÃO	NÃO
JOAQUIM RORIZ	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO
JONAS PINHEIRO DA SILVA	PDS	MT	AUS	NÃO	SIM
JONATAS NUNES	PDS	PI	SIM	SIM	NÃO
JORGE ARBAGE	PDS	PA	NÃO	NÃO	NÃO
JORGE CARONE	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
JORGE CURY	PTB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
JORGE FURTADO LEITE	PDS	CE	NÃO	SIM	SIM
JORGE LEITE	PMDB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
JORGE MALULY NETO	PDS	SP	AUS	SIM	SIM
JORGE MEDAUAR	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
JORGE UEQUED	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO
JORGE VARGAS	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
JORGE VIANA	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ DE CAMARGO	PDS	SP	AUS	SIM	SIM
JOSÉ BURNETT	PDS	MA	NÃO	NÃO	NÃO
JOSÉ CARLOS FAGUNDES	PDS	MG	SIM	SIM	NÃO
JOSÉ CARLOS FONSECA	PDS	ES	AUS	NÃO	NÃO
JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PDS	PR	NÃO	NÃO	NÃO
JOSÉ CARLOS TEIXEIRA	PMDB	SE	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ CARLOS VASCONCELOS	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ COLAGROSSI	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ EUDES	PT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ FERNANDES	PDS	AM	AUS	NÃO	NÃO
JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ FREJAT	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ GENOÍNO	PT	SP	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ JORGE VASCONCELOS LIMA	PDS	PE	SIM	SIM	SIM
JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE	PDS	AM	NÃO	NÃO	NÃO
JOSÉ LOURENÇO MORAIS DA SILVA	PDS	BA	SIM	SIM	SIM
JOSÉ LUIS MAIA	PDS	PI	AUS	NÃO	NÃO
JOSÉ MACHADO	PDS	MG	SIM	SIM	NÃO
JOSÉ MARANHÃO	PMDB	PB	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ MARIA MAGALHÃES	PDS	MG	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ MELLO	PMDB	AC	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PDS	PE	AUS	NÃO	SIM

JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ PENEDO	PDS	BA	AUS	NÃO	NÃO
JOSÉ RIBAMAR MACHADO	PDS	MA	AUS	NÃO	NÃO
JOSÉ SARNEY M. A. C. FILHO	PDS	MA	SIM	SIM	SIM
JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ TAVARES DE MOURA NETO	PDS	PE	AUS	SIM	SIM
JOSÉ THOMAZ SILVA NONÔ NETO	PDS	AL	SIM	SIM	SIM
JOSÉ ULISSES	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS	PDS	GO	NÃO	NÃO	NÃO
JOSIAS LEITE	PDS	PE	AUS	NÃO	NÃO
JOSUÉ DE SOUZA	PDS	AM	AUS	NÃO	NÃO
JUAREZ BAPTISTA	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
JUAREZ BERNARDES	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO
JULIO COSTAMILAN	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO
JULIO MARTINS	PDS	RR	AUS	NÃO	NÃO
JUNIA MARISE	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
JUTAHY JUNIOR	PDS	BA	SIM	NÃO	NÃO
LÁZARO CARVALHO	PDS	RJ	AUS	NÃO	NÃO
LELIO SOUZA	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO
LÉO SIMÕES	PDS	RJ	AUS	NÃO	NÃO
LEÔNIDAS RACHID	PDS	RO	AUS	NÃO	NÃO
LEÔNIDAS SAMPAIO	PMDB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
LEORNE BELÉM	PDS	CE	AUS	NÃO	NÃO
LEUR ANTONIO BRITTO LOMANTO	PDS	BA	AUS	NÃO	SIM
LEVY DIAS	PDS	MS	AUS	SIM	SIM
LUCIA VIVEIROS	PDS	PA	SIM	NÃO	NÃO
LUCIO GONCALO DE ALCANTARA	PDS	CE	SIM	SIM	SIM
LUDGERO RAULINO	PDS	PI	AUS	NÃO	NÃO
LUIS ANTONIO FAYET	PDS	PR	SIM	NÃO	NÃO
LUIS BACCARINI	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
LUIS DULCI	PT	MG	SIM	NÃO	NÃO
LUIS GUEDES	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
LUIS HENRIQUE DA SILVEIRA	PMDB	SC	SIM	NÃO	NÃO
LUIS LEAL	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
LUIS SAFAIR	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
MACAO TADANO	PDS	MT	NÃO	NÃO	NÃO
MAGALHÃES PINTO	PDS	MG	AUS	NÃO	NÃO
MAGNO BACELAR	PDS	MA	NÃO	NÃO	NÃO
MANOEL AFONSO	PMDB	AL	SIM	NÃO	NÃO
MANOEL COSTA JUNIOR	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO

MANOEL GONÇALVES	PDS	CE	SIM	NÃO	NÃO
MANOEL NOVAES	PDS	BA	AUS	NÃO	NÃO
MANOEL RIBEIRO	PDS	PA	NÃO	NÃO	NÃO
MANSUETO LAVOR	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
MARCELO CORDEIRO	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
MARCELO LINHARES	PDS	CE	NÃO	NÃO	NÃO
MARCELO MEDEIROS	PMDB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
MÁRCIO BRAGA	PMDB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
MÁRCIO LACERDA	PMDB	MT	SIM	NÃO	NÃO
MÁRCIO MACEDO	PMDB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
MÁRCIO SANTILI	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
MARCONDES PEREIRA	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
MARCOS LIMA	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
MÁRIO ASSAD	PDS	MG	SIM	SIM	SIM
MÁRIO DE OLIVEIRA	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
MARIO FROTA	PMDB	AM	SIM	NÃO	NÃO
MÁRIO HATO	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
MÁRIO JURUNA	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
MATHEUS SCHMIDT	PDT	RS	SIM	NÃO	NÃO
MATTOS LEÃO	PDS	PR	SIM	NÃO	NÃO
MAURÍCIO F. TEIXEIRA CAMPOS	PDS	MG	SIM	SIM	SIM
MAURO SAMPAIO	PDS	CE	AUS	NÃO	NÃO
MAX MAURO	PMDB	ES	SIM	NÃO	NÃO
MELO FREIRE	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
MENDES BOTELHO	PTB	SP	SIM	NÃO	NÃO
MENDONÇA FALCÃO	PTB	SP	AUS	NÃO	NÃO
MIGUEL ARRAES	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
MILTON BRANDAO	PDS	PI	NÃO	SIM	NÃO
MILTON FIGUEIREDO	PMDB	MT	SIM	NÃO	NÃO
MILTON REIS	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
MOACIR FRANCO	PTB	SP	SIM	NÃO	NÃO
MOYSES PIMENTEL	PMDB	CE	SIM	NÃO	NÃO
MUCIO ATHAYDE	PMDB	RO	SIM	NÃO	NÃO
MYRTE BEVILACQUA	PMDB	ES	SIM	NÃO	NÃO
NADYR ROSSETTI	PDT	RS	SIM	NÃO	NÃO
NAGIB HAICKEL	PDS	MA	AUS	NÃO	NÃO
NATAL GALE	PDS	SP	AUS	SIM	NÃO
NAVARRO VIEIRA FILHO	PDS	MG	SIM	SIM	NÃO
NELSON AGUIAR	PMDB	ES	SIM	NÃO	NÃO
NELSON COSTA	PDS	AL	AUS	NÃO	NÃO

NELSON DO CARMO	PTB	SP	SIM	NÃO	NÃO
NELSON MARCHEZAN	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
NELSON MORRO	PDS	SC	AUS	NÃO	NÃO
NELSON WEDEKIN	PMDB	SC	SIM	NÃO	NÃO
NEY FERREIRA	PDS	BA	NÃO	NÃO	NÃO
NILSON GIBSON	PDS	PE	NÃO	NÃO	NÃO
NILTON ALVES	PDT	RS	SIM	NÃO	NÃO
NORTON MACEDO	PDS	PR	SIM	SIM	NÃO
NYDER BARBOSA	PDS	ES	SIM	NÃO	NÃO
NYLTON VELLOSO	PDS	MG	AUS	SIM	NÃO
OCTACÍLIO DE ALMEIDA	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
ODILON SALMORIA	PMDB	SC	SIM	NÃO	NÃO
OLAVO PIRES	PMDB	RO	SIM	NÃO	NÃO
OLIVIR GABARDO	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
OLY FACHIN	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
ORESTES MUNIZ	PMDB	RO	SIM	NÃO	NÃO
ORLANDO BEZERRA MENEZES	PDS	CE	NÃO	SIM	SIM
OSCAR ALVES	PDS	PR	ABST	SIM	NÃO
OSCAR DIAS CORREIA JUNIOR	PDS	MG	SIM	SIM	SIM
OSMAR LEITÃO ROSA	PDS	RJ	AUS	NÃO	SIM
OSSIAN ARARIPE	PDS	CE	AUS	NÃO	NÃO
OSVALDO DE LIMA FILHO	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
OSVALDO DE SOUZA COELHO	PDS	PE	NÃO	SIM	SIM
OSVALDO MELO	PDS	PA	NÃO	NÃO	NÃO
OSVALDO NASCIMENTO	PDT	RS	SIM	NÃO	NÃO
OSWALDO MURTA	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
OSWALDO TREVISAN	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
OTAVIO CESARIO	PDS	PR	NÃO	NÃO	NÃO
PACHECO CHAVES	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
PAULINO CÍCERO	PDS	MG	SIM	SIM	NÃO
PAULO BORGES	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO
PAULO GUERRA	PDS	AP	AUS	NÃO	NÃO
PAULO LUSTOSA	PDS	CE	SIM	SIM	NÃO
PAULO MALUF	PDS	SP	AUS	NÃO	NÃO
PAULO MARQUES	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
PAULO MELRO	PDS	SC	SIM	SIM	NÃO
PAULO MINCARONE	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO
PAULO ZARZUR	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
PEDRO CEOLIM SOBRINHO	PDS	ES	AUS	NÃO	SIM
PEDRO COLIN	PDS	SC	SIM	SIM	NÃO

PEDRO CORREA	PDS	PE	AUS	NÃO	NÃO
PEDRO GERMANO	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
PEDRO SAMPAIO	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
PLÍNIO MARTINS	PMDB	MS	SIM	NÃO	NÃO
PRATINI DE MORAIS	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
PRISCO VIANA	PDS	BA	AUS	NÃO	NÃO
RAIMUNDO LEITE	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
RAIMUNDO LISBOA VIEIRA SILVA	PDS	MA	NÃO	NÃO	NÃO
RALPH DE BIASI	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
RANDOLFO BITTENCOURT	PMDB	AM	SIM	NÃO	NÃO
RAUL BELÉM	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
RAUL BERNARDO	PDS	MG	AUS	NÃO	NÃO
RAUL FERRAZ	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
RAYMUNDO ÁSFORA	PMDB	PB	SIM	NÃO	NÃO
RAYMUNDO URBANO	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
REINHOLD STEPHANES	PDS	PR	ABST	SIM	NÃO
RENATO BERNARDI	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
RENATO CORDEIRO	PDS	SP	NÃO	NÃO	NÃO
RENATO JOHNSON	PDS	PR	ABST	NÃO	NÃO
RENATO LOURES BUENO	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
RENATO VIANA	PMDB	SC	SIM	NÃO	NÃO
RICARDO FERREIRA FIUZA	PDS	PE	NÃO	NÃO	SIM
RICARDO RIBEIRO	PTB	SP	SIM	SIM	NÃO
RITA ISABEL GOMES FURTADO	PDS	RO	AUS	SIM	SIM
ROBERTO FREIRE	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ	SIM	NÃO	NÃO
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
RÔMULO GALVÃO	PDS	BA	AUS	NÃO	NÃO
RONALDO CAMPOS	PMDB	PA	SIM	NÃO	NÃO
RONALDO CANEDO	PDS	MG	AUS	NÃO	NÃO
RONDON PACHECO	PDS	MG	AUS	NÃO	NÃO
ROSA FLORES	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO
ROSEMBURGO ROMANO	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
RUBEM MEDINA	PDS	RJ	AUS	NÃO	SIM
RUBENS ARDENGHI	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
RUBEM FIGUEIRÓ	PMDB	MS	SIM	NÃO	NÃO
RUY BACELAR	PDS	BA	SIM	SIM	NÃO
RUY CÔDO	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
RUY LINO	PMDB	AC	SIM	NÃO	NÃO
SALLES LEITE	PDS	SP	NÃO	NÃO	NÃO

SALVADOR JULIANELLI	PDS	SP	AUS	NÃO	NÃO
SAMIR ACHOA	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
SANTINHO FURTADO	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
SANTOS FILHO	PDS	PR	NÃO	NÃO	NÃO
SARAMAGO PINHEIRO	PDS	RJ	NÃO	NÃO	NÃO
SAULO GARCIA QUEIRÓZ	PDS	MS	SIM	SIM	SIM
SEBASTIÃO ATAÍDE	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
SEBASTIÃO CURIÓ	PDS	PA	NÃO	NÃO	NÃO
SEBASTIÃO NERY	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
SEBASTIÃO RODRIGUES	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
SÉRGIO CRUZ	PMDB	MS	SIM	NÃO	NÃO
SÉRGIO FERRARA	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
SÉRGIO LOMBA	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
SÉRGIO MOREIRA	PMDB	AL	SIM	NÃO	NÃO
SÉRGIO MURILO	PMDB	PE	SIM	NÃO	NÃO
SÉRGIO PHILOMENO	PDS	CE	AUS	NÃO	NÃO
SIEGFRIED HAUSER	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO
SIMÃO SESSIM	PDS	RJ	AUS	NÃO	SIM
SINVAL GUAZZELLI	PMDB	RS	SIM	NÃO	NÃO
STÉLIO DIAS	PDS	ES	SIM	SIM	SIM
TAPETY JR.	PDS	PI	NÃO	SIM	NÃO
TARCÍSIO BURITY	PMDB	PB	SIM	SIM	NÃO
THALES RAMALHO	PDS	PE	AUS	SIM	NÃO
THEODORICO FERRAÇO	PDS	ES	SIM	NÃO	NÃO
THEODORO MENDES	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
TIDEI DE LIMA	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
TOBIAS ALVES	PMDB	GO	SIM	NÃO	NÃO
TOMAS COELHO	PMDB	CE	SIM	NÃO	NÃO
UBALDO BAREN	PDS	MS	NÃO	NÃO	NÃO
ULYSSES GUIMARÃES	PMDB	SP	SIM	NÃO	NÃO
VALMOR GIAVARINA	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
VICENTE GABIROBA	PDS	MG	AUS	NÃO	NÃO
VICENTE QUEIROZ	PMDB	PA	SIM	NÃO	NÃO
VICTOR DIAS TROVÃO	PDS	MA	NÃO	SIM	SIM
VICTOR FACCIÓNI	PDS	RS	NÃO	NÃO	NÃO
VILMAR PALLIS	PDS	RJ	SIM	NÃO	NÃO
VINGT ROSADO	PDS	RN	AUS	NÃO	NÃO
VIRGILDÁSIO DE SENNA	PMDB	BA	SIM	NÃO	NÃO
VIVALDO FROTA	PDS	AM	NÃO	NÃO	NÃO
WAGNER LAGO	PMDB	MA	SIM	NÃO	NÃO

WALBER GUIMARÃES	PMDB	PR	SIM	NÃO	NÃO
WALL FERRAZ	PMDB	PI	SIM	NÃO	NÃO
WALMOR DE LUCA	PMDB	SC	SIM	NÃO	NÃO
WALTER CASANOVA	PDT	RJ	SIM	NÃO	NÃO
WANDERLEY MARIS	PDS	RN	AUS	NÃO	NÃO
WILDY VIANA	PDS	AC	SIM	NÃO	NÃO
WILSON FALCÃO	PDS	BA	NÃO	NÃO	NÃO
WILSON VAZ	PMDB	MG	SIM	NÃO	NÃO
WOLNEY SIQUEIRA	PDS	GO	AUS	SIM	NÃO

Fonte: OESP, 27.04.84

ANEXO 5

CARTA COMPROMISSO PROJETO

Trabalho coordenado pelo
Instituto Tancredo Neves, aprovado
pela Comissão Diretora Nacional
e pela I Convenção Nacional do PFL.

Brasília, 20 de abril de 1986.

Reunidos em Convenção Nacional em Brasília, no dia 20 de abril de 1986, delegados do PFL - Partido da Frente Liberal de todos os Estados brasileiros, decidiram aprovar uma *Carta Compromisso* a ser subscrita por todos os candidatos do partido às eleições de 15 de novembro de 1986.

Este documento visa apresentar ao eleitorado a proposta do pensamento liberal e progressista a ser defendida pelos representantes do PFL na *Assembléia Nacional Constituinte de 1987* e, coerentemente, pelos que, sob a mesma legenda, venham a ser eleitos para quaisquer outros postos legislativos ou executivos, bem como pelos que ocupam ou venham a ocupar posições partidárias nos diretórios distritais, municipais, regionais e nacional.

A *Carta Compromisso* dos candidatos do PFL se inspira, primeiramente, no *Compromisso com a Nação* firmado em 7 de agosto de 1984 com o objetivo de criar a *Aliança Democrática* e de estabelecer um programa de mudanças, como base para o lançamento de candidatos à Presidência da República na eleição de 15 de janeiro de 1985, que iria marcar o fim do regime autoritário e o início da Nova República.

Naquele documento foi indicado o Governador Tancredo Neves, pelo PMDB, como candidato à Presidência, e o Senador José Sarney, pela Frente Liberal, como candidato à vice-presidência, e foram estabelecidos, em 22 pontos, "compromissos impostergáveis e fundamentais com a Nação Brasileira", a cujo cumprimento o PFL tem dado e continuará a dar apoio integral e sem vacilações.

Inspira-se também a presente *Carta Compromisso* no *Manifesto ao Povo Brasileiro* que, em 24 de janeiro de 1985, marcou a transformação da Frente Liberal em *Partido da Frente Liberal*, naquela data fundado. No *Manifesto*, o novo partido assume um

“compromisso com a mudança” e com as “reformas essenciais reclamadas pelo povo brasileiro”. Assinala que “governar é uma atividade essencialmente ética”, registra que “a hora da reconstrução da democracia deve ser a hora do reencontro e da conciliação, indispensáveis à solução das graves dificuldades que nos afligem”, e convoca os brasileiros a uma “caminhada pela liberdade, pela democracia, pelo desenvolvimento e pela afirmação da soberania nacional”.

Apoia-se ainda a *Carta Compromisso no Programa do Partido da Frente Liberal* que enunciou os princípios doutrinários, as Diretrizes Sociais, as Diretrizes Econômicas e as Diretrizes Políticas e Administrativas que definem a linha de ação do PFL, alargam os horizontes abertos pelo *Manifesto ao Povo Brasileiro* e orientam seus filiados na promoção das novas idéias, na ampliação dos quadros partidários e no estímulo à participação política para a concretização dos ideais da Nova República.

O liberalismo, em nosso tempo, baseia-se em cinco postulados fundamentais:

1. A Pessoa Humana, como o princípio e o fim último da ordem política, econômica e social;
2. A solidariedade entre os homens, alicerçada na Justiça Social e no Bem Comum;
3. A democracia, fundada na participação ativa de todos os Cidadãos, como meio de defesa e promoção das liberdades;
4. A livre iniciativa como o principal instrumento do desenvolvimento;
5. A valorização do trabalho como condição da dignidade humana.

O liberalismo que defendemos amplia o conceito dos direitos humanos, assegura o pluralismo de idéias e de partidos, propicia incessantes avanços tecnológicos e culturais e propõe um padrão de desenvolvimento voltado para a Pessoa Humana.

O liberalismo moderno demonstra toda sua abrangência quando proclama o primado dos direitos humanos, a saber:

- a) o direito à vida e à segurança pública;
- b) os direitos políticos, ligados à mais ampla participação na vida política;
- c) o direito de propriedade e as obrigações sociais dele decorrentes;
- d) as liberdades públicas, entre as quais ganham relevo, nos dias de hoje, a liberdade religiosa, o direito à informação e à pesquisa, e o direito à privacidade, como forma de preservar a identidade do cidadão ante a revolução da informática;
- e) os direitos econômicos e sociais, como o direito ao emprego, a proteção aos desempregados, o salário justo, o acesso à educação, à habitação e aos serviços básicos, bem como os direitos ecológicos, traduzidos na adoção de normas jurídicas

destinadas a preservar o relacionamento harmonioso entre homem e natureza, a estimular o fortalecimento da vida comunitária e a propiciar uma ligação mais afetiva entre as pessoas.

Diante dessas preliminares, os membros do PFL - Partido da Frente Liberal e, em especial, os candidatos aos cargos eletivos a serem disputados em todo o Brasil a 15 de novembro de 1986, notadamente os que pretendem do povo um mandato para a Assembléia Nacional Constituinte, a se instalar em 1987

COMPROMETEM-SE a redigir e promulgar com liberdade e soberania, sob a proteção de Deus, a CONSTITUIÇÃO DA NOVA REPÚBLICA.

Uma Constituição que:

- reflita as novas realidades da sociedade brasileira e, apoiada nos valores permanentes da nossa comunidade, esteja à altura dos novos tempos;
- exprima um amplo consenso entre o maior número possível de cidadãos, base de um Pacto nacional capaz de institucionalizar, de forma definitiva, uma democracia política apta a promover o desenvolvimento e realizar eficientemente a Justiça Social.

Como contribuição a esse pacto nacional, o PFL - Partido da Frente Liberal vai-se empenhar por uma Carta Constitucional que *assegure*:

I

NO PLANO POLÍTICO:

A - Valores da Constituição

01. A soberania, a ordem, o progresso, a liberdade, a justiça e a segurança da pátria e do cidadão que, como condições de paz e de concórdia interna, são valores permanentes da nacionalidade.
02. Os direitos humanos fundamentais que, anteriores e superiores ao Estado, cumprem sejam reconhecidos, respeitados e promovidos, combatendo-se e eliminando-se todas as formas de discriminação, provenientes de preconceitos de sexo, cor, crença, ideologia ou de posição social.

03. A democracia, o único regime compatível com a dignidade humana e os valores permanentes da comunidade nacional, no qual o Estado é um meio para servir à Pessoa, e onde prevalece a vontade da maioria, respeitados os direitos das minorias.

04. Instituições políticas sólidas e estáveis que garantam o primado da Lei, igual para todos e legitimada pela representação popular.

05. O repúdio a todas as formas de totalitarismo e autoritarismo, reconhecendo, de outra parte, o dever do Estado moderno de, nos limites da Lei, coibir a ação dos que preconizam a desordem e a anarquia.

06. As mudanças que o País requer, a serem operadas em conformidade com a ordem democrática e apoiadas em soluções pacíficas compatíveis com a tradição brasileira, e que foram a razão de ser da criação do PFL - Partido da Frente Liberal.

B - A Organização do Poder

07. Ampla reorganização institucional do País, que afirme a autonomia da sociedade diante do Estado e viabilize maior participação do povo no Governo, incorporando as conquistas do direito político contemporâneo.

08. O reexame do papel dos Poderes Políticos, de forma a que a Presidência, o Governo, o Congresso e o Judiciário se harmonizem, se complementem e conheçam, pela constituição, os seus deveres e os seus limites.

09. Definição das prerrogativas e dos deveres do Poder Legislativo em sua ação política, legislativa e fiscalizadora do Poder Executivo.

10. Um processo judicial moderno e rápido, aplicado por um Poder Judiciário independente e aparelhado para administrar a justiça a todos os segmentos da sociedade, em especial aos mais desprotegidos, de modo acessível e simplificado.

11. A atualização permanente dos quadros e dos equipamentos de nossas Forças Armadas, definido o campo de sua atuação em defesa da soberania nacional e na preservação da ordem democrática.

12. Um sistema eleitoral que consagre o voto livre, direto, secreto e universal; garanta a eleição direta para a Presidência da República, os Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; permita a consolidação das agremiações partidárias e possibilite a criação de novos partidos; discipline a propaganda política e eleitoral sob todas as suas formas e assegure aos partidos e seus candidatos amplo acesso ao rádio e à televisão.

13. Representação política do povo do Distrito Federal em todos os níveis e o reexame do *status* constitucional dos atuais Territórios, visando a sua elevação à categoria de Estados-membros ou a ampliação da representação política de suas populações em todas as esferas de poder local e federal.

14. O fortalecimento da Federação pela efetiva autonomia constitucional, política, e financeira dos Estados, inclusive quanto ao processo de governo.

15. O fortalecimento da autonomia municipal mediante garantia da capacidade tributária necessária para administrar e decidir sobre matérias de seu peculiar interesse.

16. Um sistema tributário renovado, destinado a fortalecer a Federação e concebido como instrumento de política econômica e social, de desconcentração da renda pessoal e de correção das desigualdades regionais.

17. A instituição do “defensor do cidadão” (ombudsman), como fiscal do desempenho da administração pública, em nome da sociedade, dotado de competência fundamentalmente investigatória e recomendatória.

C - Outras dimensões

18. A segurança pessoal do cidadão, com a proteção de sua integridade física, de sua família, e de seus bens.

19. O direito dos cidadãos e das organizações civis expressarem livremente o seu pensamento, suas posições políticas, seus credos religiosos, assegurando-se a mais ampla liberdade à criação cultural.

20. A execução de uma política externa inspirada nos princípios da soberania e da não-intervenção, da condenação da guerra e da promoção da paz universal.

II

NO PLANO ECONÔMICO

D - Objetivos da Ordem Econômica

21. O desenvolvimento econômico, como opção fundamental da sociedade brasileira, centrado no homem e objetivando a justiça social.

22. Expansão das oportunidades de criação de riqueza e de acesso à propriedade, com o reconhecimento das responsabilidades sociais a ela inerentes.

23. Consolidação de uma economia de mercado, essencial ao regime democrático, que favoreça a criatividade dos indivíduos e das empresas e evite todas as formas de abuso do poder econômico.

24. Oportunidade de trabalho, como direito e dever da Pessoa, e condigna remuneração, para todos bem assim justa participação do salário na renda nacional.

25. Impostergável prioridade para o desenvolvimento econômico do Nordeste e da Amazônia, visando a rápida redução das disparidades de caráter social e de renda entre as diversas regiões.

26. Utilização racional das riquezas, defesa da ecologia e preservação do patrimônio natural do Nordeste e da Amazônia, bem como primazia para contribuição dos homens e instituições regionais na formulação e execução dessa política.

E - Responsabilidade do setor público e do setor privado

27. No domínio econômico e social, a preferência pela iniciativa das pessoas, individual ou associadamente, cumprindo ao Estado, subsidiariamente, a orientação, o estímulo e a fiscalização do setor privado, além da nacionalização e do monopólio de atividades, se e enquanto o exigir o Bem Comum.

28. Às empresas privadas, especialmente as micro, pequenas e médias e às controladas por capitais nacionais, o estímulo necessário para que possam prosperar e desempenhar sua função de criar empregos e propiciar um desenvolvimento socialmente justo.

29. A redefinição do papel do Estado como agente do desenvolvimento econômico, abrindo-se aos cidadãos e às empresas privadas nacionais ampla participação no processo gradual e seguro de desestatização.

30. A desconcentração do Poder e a descentralização do processo decisório, limitando a interferência do Governo na vida do cidadão, das empresas e das entidades civis.

31. A presença do cidadão na formulação, execução e controle dos planos de desenvolvimento, na defesa da economia popular, na ampliação do poder de compra do consumidor, na fiscalização dos gastos públicos e na contenção do empreguismo oficial e do déficit governamental.

F - Políticas setoriais

32. Canalização da poupança nacional para as atividades diretamente produtivas, evitando-se a especulação e a usura.

33. A reestruturação da dívida externa e da dívida interna, em termos compatíveis com a soberania nacional, e pleno conhecimento e participação da sociedade brasileira.
34. Definição de uma política agropecuária que promova o uso da terra e dos recursos naturais prioritariamente para a produção de alimentos mediante instrumentos adequados, inclusive financiamento e preços mínimos realistas, com ênfase aos pequenos produtores e cooperativas.
35. Condições para a execução da Reforma Agrária para, a um só tempo, dar utilização social a propriedades improdutivas e ampliar as possibilidades de fixação do homem no campo, melhorando as condições de vida dos que trabalham a terra.
36. Implantação do seguro-desemprego; garantia do direito de greve e da autonomia e liberdade dos sindicatos; participação dos trabalhadores na gestão e nos lucros das empresas.
37. Instrumentos para promoção da reforma urbana, visando a melhoria da qualidade de vida, principalmente nas regiões metropolitanas, regulamentando o uso do solo com a prevalência do interesse coletivo.
38. Meios para o estabelecimento de uma política de valorização das cidades de médio e pequeno porte, em escala nacional, para viabilizar o processo de descentralização e interiorização do desenvolvimento.
39. Prioridade ao desenvolvimento industrial descentralizado, com a presença preponderante da empresa nacional, sob a forma de sociedade aberta
40. Estimulo à pesquisa básica e o incentivo à pesquisa aplicada nos campos científico e tecnológico com a participação efetiva da empresa, da universidade e das instituições especializadas.
41. Autorização, por tempo limitado, de medidas excepcionais de estímulo à indústria de ponta ou de relevante interesse nacional, destinadas a garantir sua implantação em regime de concorrência interna.

III

NO PLANO SOCIAL

42. A proteção à família e a adoção de uma política de planejamento familiar voluntário, fundamentada na paternidade responsável que respeite as convicções religiosas e morais dos indivíduos.

43. Prioridade absoluta à educação mediante o fortalecimento da escola pública e a extensão do ensino básico fundamental a todos os brasileiros, e o amplo acesso ao ensino técnico profissionalizante.
44. Liberdade da família para escolher a educação dos filhos, ampliando ao Estado, subsidiariamente, criar condições para esse exercício.
45. Integração das populações rurais e periféricas ao sistema previdenciário; seu aperfeiçoamento, dentre outros instrumentos, pela participação dos contribuintes na sua administração.
46. Recursos para uma política de saúde que facilite o acesso dos brasileiros a tratamento adequado; elevação do nível sanitário da população mediante ação preventiva; participação dos usuários na definição e implementação dessa política; descentralização da assistência até a esfera municipal.
47. Fortalecimento da Universidade, ampliando sua autonomia e garantindo-lhe os meios para a realização de suas missões de ensino e pesquisa.
48. a valorização do professor, mediante a melhoria de sua capacitação profissional, de sua remuneração e de suas condições de trabalho.
49. A valorização da mulher, no lar e no trabalho, sem qualquer discriminação.
50. A promoção da juventude, proporcionado-lhe espaços a uma participação social e política responsável, e efetivas oportunidades de educação para a liberdade.
51. Prioridade no atendimento à criança, mediante a realização de programas específicos de alimentação, de educação pré-escolar, de amparo ao menor carente e de orientação vocacional.
52. A Valorização do servidor público pela seleção de mérito, aperfeiçoamento profissional, ascensão funcional e incorporação das conquistas obtidas por outras categorias de trabalhadores.
53. Amparo aos idosos, estímulo aos aposentados e deficientes para que prestem, pelo trabalho, contribuição à sociedade.

ANEXO 6

TABELAS - DESEMPENHO ELEITORAL

PREFEITOS ELEITOS EM 1985, POR PARTIDO E ESTADO.

PARTIDO ESTADO	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	PSB	TOTAL	COLIG. PFL ¹
AC	12	0	0	0	0	0	0	12	0
AM	6	3	1	0	0	0	0	10	1
AP	3	1	0	1	0	0	0	5	0
PA	8	1	0	0	0	0	0	9	0
RO	1	0	0	0	0	0	0	1	0
RR	7	0	0	0	1	0	0	8	7
NORTE	37	5	1	1	1	0	0	45	8
AL	1	0	0	0	0	0	0	1	0
BA	16	3	15	0	10	0	0	44	2
CE	5	5	0	0	0	1	0	11	1
MA	1	0	1	0	0	0	0	2	0
PB	0	0	1	0	0	0	0	1	1
PE	0	0	0	0	0	0	1	1	0
PI	1	1	0	0	0	0	0	2	0
RN	1	0	0	0	0	0		1	0
SE	1	0	0	0	0	0		1	1
NORDESTE	26	9	17	0	10	1	1	64	5
GO	2	0	0	0	0	0	0	2	0
MS	11	2	0	1	0	0	0	14	0
MT	4	0	1	0	0	0	0	5	0
CENTROESTE	17	2	1	1	0	0	0	21	0
ES	1	0	0	0	0	0	0	1	0
MG	10	4	0	0	0	0	0	14	0
RJ	1	1	0	3	0	0	0	5	0
SP	2	2	0	0	1	0	0	5	1
SUDESTE	14	7	0	3	1	0	0	25	1
PR	13	0	0	0	0	0	0	13	0
RS	13	2	3	8	0	0	0	26	2
SC	7	0	0	0	0	0	0	7	0
SUL	33	2	3	8	0	0	0	46	2
TOTAL	127	25	22	13	12	1	1	201	16

Fonte: TSE e NICOLAU, 1998.

¹ Número de prefeitos de outros partidos eleitos por coligações integradas pelo PFL

PARLAMENTARES ELEITOS PELO PFL EM 1986.

NOME	CARGO	ESTADO	MANDATO	DIRETAS 84
Afonso Arinos de Melo Franco	SEN	RJ	2	Sem mandato
Agripino de Oliveira Lima Filho	DEP	SP	1	Sem mandato
Alair Ferreira	DEP	RJ	8	Ausente
Albérico Cordeiro da Silva.	DEP	AL	3	Sim
Alceni Ângelo Guerra	DEP	PR	2	Sim
Alércio Dias	DEP	AC	2	Ausente
Alexandre Alves Costa	SEN	MA	3	Sem mandato
Aloysio da Costa Chaves	DEP	PA	1	Sem mandato
Alysson Paulinelli	DEP	MG	1	Sem mandato
Ângelo Mário Peixoto de Magalhães	DEP	BA	3	Não
Annibal Barcellos	DEP	AP	1	Sem mandato
Antonia Lucia Navarro Braga	DEP	PB	1	Sem mandato
Antonio Carlos Mendes Thame	DEP	SP	1	Sem mandato
Antonio da Conceição Costa Ferreira	DEP	MA	1	Sem mandato
Antonio Ferreira de Andrade.	DEP	AL	3	Sem mandato
Antonio Valmir Campello Bezerra	DEP	DF	1	Sem mandato
Arnaldo da Costa Prieto	DEP	RS	3	Sem mandato
Arolde de Oliveira	DEP	RJ	2	Sem mandato
Assis Canuto	DEP	RO	2	Ausente
Átila Freitas Lira	DEP	PI	1	Sem mandato
Benito da Gama Santos	DEP	BA	1	Sem mandato
Christóvan Chiaradia	DEP	MG	3	Ausente
Cláudio Ávila da Silva	DEP	SC	1	Sem mandato
Dionísio Assis Dal-Prá	DEP	PR	1	Sem mandato
Dionísio João Hage	DEP	PA	2	Sim
Divaldo Suruagy	SEN	AL	1	Sem mandato
Edison Lobão	SEN	MA	1	Ausente
Edme Tavares de Albuquerque	DEP	PB	2	Ausente
Eliézer Moreira Filho	DEP	MA	1	Sem mandato
Enoch Almeida Vieira	DEP	MA	2	Ausente
Eraldo da Silva Trindade.	DEP	AP	1	Sem mandato
Eraldo Tinoco Melo	DEP	BA	2	Ausente
Érico André Pegoraro	DEP	RS	1	Sem mandato
Etevaldo Nogueira Lima	DEP	CE	1	Sem mandato
Eunice Mafalda Michiles	DEP	AM	1	Sem mandato
Evaldo Gonçalves de Queiroz	DEP	PB	1	Sem mandato
Ezio Ferreira de Souza	DEP	AM	1	Sem mandato
Fausto Auomir Lopes Rocha	DEP	SP	1	Sem mandato
Flávio Gurgel da Rocha	DEP	RN	1	Sem mandato
Francisco Benjamin Fonseca de Carvalho	DEP	BA	3	Ausente
Francisco das Chagas Duarte	DEP	RR	1	Sem mandato
Francisco de Assis Milhomem Coelho	DEP	MA	1	Sem mandato
Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti	DEP	RR	2	Ausente
Francisco Oswaldo Neves Dornelles	DEP	RJ	1	Sem mandato
Gandi Jamil Georges	DEP	MS	1	Sem mandato
Geovani Pinheiro Borges	DEP	AP	2	Ausente
Gilson Machado Guimarães Filho	DEP	PE	1	Sem mandato

Homero Santos	DEP	MG	5	Ausente
Hugo Napoleão do Rego Neto	SEN	PI	1	Sem mandato
Humberto Guimarães Souto	DEP	MG	4	Sim
Iberê Paiva Ferreira de Souza	DEP	RN	2	Sem mandato
Inocêncio Gomes de Oliveira	DEP	PE	4	Sim
Iosio Antonio Ueno	DEP	PR	6	Ausente
Jacy Miguel Scanagata	DEP	PR	1	Sem mandato
Jairo Alfredo Oliveira Carneiro	DEP	BA	1	Sem mandato
Jairo Azi	DEP	BA	2	Ausente
Jalles Fontoura de Siqueira	DEP	GO	1	Sem mandato
Jayme Manoel Tavares Neiva de Santana	DEP	MA	2	Sim
Jessé Pinto Freire Filho	DEP	RN	2	Ausente
Jesualdo Cavalcanti Barros	DEP	PI	1	Sem mandato
Jesus Elias Tajra	DEP	PI	1	Sem mandato
João Alves de Almeida	DEP	BA	7	Ausente
João da Mata Souza	DEP	PB	1	Sem mandato
João Machado Rollemberg Mendonça	DEP	SE	3	Sem mandato
Joaquim Francisco Freitas Cavalcanti	DEP	PE	1	Sem mandato
Jofran Frejat	DEP	DF	1	Sem mandato
Jonas Pinheiro da Silva	DEP	MT	2	Ausente
Jonival Lucas da Silva	DEP	BA	1	Sem mandato
Jorge Furtado Leite	DEP	CE	8	Não
Jorge Maluly Neto	DEP	SP	3	Ausente
José Agripino Maia	SEN	RN	1	Sem mandato
José Cleonânicio da Fonseca	DEP	SE	1	Sem mandato
José de Camargo	DEP	SP	5	Ausente
José de Souza Teixeira	DEP	MA	1	Sem mandato
José Francisco Paes Landin	DEP	PI	1	Sem mandato
José Jorge de Vasconcelos Lima	DEP	PE	2	Sim
José Lins Albuquerque	DEP	CE	1	Sem mandato
José Lourenço Morais da Silva	DEP	BA	2	Sim
José Mendonça Bezerra	DEP	PE	3	Ausente
José Queiroz da Costa	DEP	SE	1	Sem mandato
José Santana de Vasconcelos Moreira	DEP	MG	1	Sem mandato
José Sarney Macieira Araujo Costa Filho	DEP	MA	2	Sim
José Tavares de Moura Neto	DEP	PE	2	Ausente
José Thomaz da Silva Nonô Neto	DEP	AL	2	Sim
José Tinoco Machado de Albuquerque	DEP	PE	1	sem mandato
Julio Jose de Campos	DEP	MT	2	Sem mandato
Lael Vieira Varella	DEP	MG	1	Sem mandato
Leur Antonio de Britto Lomanto	DEP	BA	4	Ausente
Levy Dias	DEP	MS	3	Ausente
Lourival Baptista	SEN	SE	3	Sem mandato
Lucio Gonçalo de Alcântara	DEP	CE	2	Sim
Luís Eduardo Maron de Magalhães	DEP	BA	1	Sem mandato
Luiz Gonzaga Nogueira Marques	DEP	CE	1	Sem mandato
Manoel Figueiredo Castro	DEP	BA	1	Sem mandato
Manuel Messias Góis	DEP	SE	1	Sem mandato
Maria de Lourdes Abadia Bastos	DEP	DF	1	Sem mandato
Mario Assad	DEP	MG	2	Sim

Maurício de Freitas Teixeira Campos	DEP	MG	3	Sim
Mussa de Jesus Demes	DEP	PI	1	Sem mandato
Orlando Bezerra de Menezes.	DEP	CE	2	Não
Orlando Camilo Pacheco	DEP	SC	1	Sem mandato
Oscar Dias Corrêa Junior	DEP	MG	2	Sim
Osmar Leitão Rosa	DEP	RJ	5	Ausente
Osvaldo de Souza Coelho	DEP	PE	4	Não
Paulo Cruz Pimentel	DEP	PR	2	Sem mandato
Paulo Marques Pessoa	DEP	PE	1	Sem mandato
Pedro Ceolin Sobrinho	DEP	ES	1	Ausente
Pedro Chaves Canedo	DEP	GO	1	Sem mandato
Raquel Cândido e Silva	DEP	RO	1	sem mandato
Ricardo Ferreira Fiúza	DEP	PE	5	Não
Ricardo Nagib Izar	DEP	SP	1	Sem mandato
Rita Isabel Gomes Furtado	DEP	RO	2	Ausente
Ronaro Machado Corrêa	DEP	MG	1	Sem mandato
Rubem Medina	DEP	RJ	6	Ausente
Sadie Rodrigues Hauache	DEP	AM	1	Sem mandato
Salatiel Souza Carvalho	DEP	PE	1	Sem mandato
Sandra Martins Cavalcanti	DEP	RJ	1	Sem mandato
Saulo Garcia Queiroz	DEP	MS	2	Sim
Sergio Luis Lacerda Brito	DEP	BA	1	Sem mandato
Simão Sessim	DEP	RJ	3	Ausente
Stelio Dias	DEP	ES	2	Sim
Victor Dias Trovão	DEP	MA	3	Não
Victor Fontana	DEP	SC	2	Sem mandato
Vinicius Cansanção Filho	DEP	AL	4	Sem mandato
Waldeck Vieira Ornelas	DEP	BA	1	Sem mandato

Fontes: Câmara dos Deputados / Tribunal Superior Eleitoral, 1987; DIAP, 1988 e RODRIGUES, 1987.

PREFEITOS ELEITOS EM 1988, POR PARTIDO E ESTADO.

UF	PMDB	PFL	PDS	PTB	PL	PDC	PDT	PMB	PT	PSB	PSC	PSDB	PTR	PRN	PSD	PPB	TOTAL	% PFL	CAPITAL
AC	5	2	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	16.66	PDS
AM	17	13	0	3	1	26	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	61	21.31	PSB
AP	1	3	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	7	42.85	PSB
PA	43	6	17	20	1	11	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	104	5.77	PTB
RO	11	1	2	3	2	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	23	4.34	PTB
RR	0	5	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	62.5	PMDB
TO	23	13	1	0	1	8	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	47	27.65	-----
NO	100	43	25	29	6	47	6	1	0	5	0	0	0	0	0	0	262	16.41	0
AL	31	35	0	18	4	0	3	0	0	3	3	0	0	0	0	0	97	36.08	PFL
BA	111	134	12	35	8	17	7	12	3	4	17	0	1	0	0	0	361	37.11	PMDB
CE	61	55	27	3	2	2	2	16	2	2	2	0	3	0	0	0	177	31.07	PMDB
MA	35	52	10	15	4	1	9	1	0	0	0	0	0	0	0	0	127	41.26	PDT
PB	57	36	17	2	45	6	3	2	0	2	0	0	0	0	0	0	170	21.17	PFL
PE	50	62	2	7	2	2	9	20	0	4	0	1	0	0	0	0	159	38.99	PFL
PI	26	66	18	0	0	3	3	0	0	2	0	0	0	0	0	0	118	55.93	PMDB
RN	36	45	14	1	0	2	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	151	29.8	PDT
SE	13	40	7	0	9	1	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	74	54.05	PSB
NE	420	525	107	81	123	34	38	51	6	21	22	1	4	0	0	0	1433	36.63	3
GO	109	25	4	0	22	21	3	0	0	1	0	0	2	0	0	0	187	13.44	PMDB
MS	27	18	0	21	2	0	2	0	1	0	0	1	0	0	0	0	72	25	PTB
MT	34	24	2	5	7	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	75	32	PFL
CO	169	67	6	26	31	21	8	0	1	1	0	1	2	0	0	0	333	20.12	1
ES	16	24	5	9	2	2	3	0	2	0	0	3	0	0	0	0	66	36.36	PT
MG	307	173	37	29	17	114	14	6	7	2	4	7	0	4	0	0	721	23.99	PSDB
RJ	20	8	3	2	3	2	14	0	1	2	0	0	2	0	0	0	57	14.03	PDT
SP	201	129	59	91	36	9	19	0	14	6	0	5	0	0	2	1	572	22.55	PT
SD	544	334	104	131	58	127	50	6	24	10	4	15	2	4	2	1	1416	23.58	0
PR	159	35	14	64	17	2	24	0	2	0	0	0	0	0	0	0	317	11.04	PDT
RS	134	16	113	1	2	0	60	0	4	0	0	1	0	0	0	0	331	4.83	PT
SC	73	38	76	1	2	2	6	0	1	0	0	0	0	0	0	0	199	19.09	PDS
SU	366	89	203	66	21	4	90	0	7	0	0	1	0	0	0	0	847	10.5	0
TOTAL	1600	1058	445	333	239	233	193	58	38	37	26	18	8	4	2	1	4293	24.65	4

Fonte: TSE e FSP, 18.11.88

PARLAMENTARES ELEITOS PELO PFL EM 1990.

NOME	CARGO	ESTADO	MANDATO
Adauto Pereira	DEP	PB	3
Alacid Nunes	DEP	PA	2
Angelo Magalhães	DEP	BA	4
Antonio dos Santos	DEP	CE	1
Antonio Ueno	DEP	PR	7
Aracely de Paula	DEP	MG	1
Arolde de Oliveira	DEP	RJ	3
Átila Lins	DEP	AM	1
Átila Lira	DEP	PI	2
Benito Gama	DEP	BA	2
Camilo Machado	DEP	MG	1
César Souza	DEP	SC	1
Césr Bandeira	DEP	MA	1
Ciro Nogueira	DEP	PI	2
Eduardo Matias	DEP	MA	1
Efraim Morais	DEP	PB	1
Eraldo Tinoco	DEP	BA	3
Etevaldo Nogueira	DEP	CE	2
Evaldo Gonçalves	DEP	PB	2
Everaldo de Oliveira	DEP	SE	1
Ezio Ferreira	DEP	AM	2
Fátima Peales	DEP	AP	1
Francisco Coelho	DEP	MA	2
George Takimoto	DEP	MS	1
Gilson Machado	DEP	PE	2
Gustavo Krause	DEP	PE	1
Humberto Souto	DEP	MG	5
Iberê Ferreira	DEP	RN	3
Inocência Oliveira	DEP	PE	5
Itsuo Takayama	DEP	MT	1
Ivânio Guerra	DEP	PR	1
Jairo Carneiro	DEP	BA	2
Jerônimo Reis	DEP	SE	1
Jesus Tajra	DEP	PI	2
Jofran Frejat	DEP	DF	2
Jonas Pinheiro	DEP	MT	3
Jorge Khoury	DEP	BA	1
José Carlos Aleluia	DEP	BA	1
José Falcão	DEP	BA	1
José Jorge	DEP	PE	3
José Mendonça Bezerra	DEP	PE	4
José Mucio Monteiro	DEP	PE	1
José Reinaldo	DEP	MA	1
José S. de Vasconcelos	DEP	MG	2
Lael Varella	DEP	MG	2
Leur Lomanto	DEP	BA	5
Luciano Pizzato	DEP	PR	1
Luis Eduardo	DEP	BA	2

Luiz Viana Neto	DEP	BA	4
Maluly Netto	DEP	SP	4
Manoel Castro	DEP	BA	2
Marilu Guimarães	DEP	MS	1
Mário Assad	DEP	MG	3
Maurício Najar	DEP	SP	1
Messias Góis	DEP	SE	2
Murilo Pinheiro	DEP	AP	1
Mussa Demes	DEP	PI	2
Nelson Morro	DEP	SC	3
Orlando Bezerra	DEP	CE	3
Orlando Pacheco	DEP	SC	2
Osório Adriano	DEP	DF	1
Oswaldo Coelho	DEP	PE	5
Paes Landim	DEP	PI	2
Paulo Lima	DEP	SP	1
Paulo Romano	DEP	MG	1
Pedro Corrêa	DEP	PE	3
Reinhold Stephanes	DEP	PR	3
Ricardo Fiúza	DEP	PE	6
Ricardo Murad	DEP	MA	1
Rivaldo Medeiros	DEP	PB	1
Roberto Magalhães	DEP	PE	1
Roseana Sarney	DEP	MA	1
Rubem Medina	DEP	RJ	7
Ruben Bento	DEP	RR	1
Sarney Filho	DEP	MA	3
Sérgio Barcellos	DEP	AP	1
Simão Sessim	DEP	RJ	4
Tourinho Dantas	DEP	BA	1
Vicente Fialho	DEP	CE	1
Waldeck Ornelas	DEP	BA	2
Waldir Guerra	DEP	MS	1
Wanda Reis	DEP	RJ	1
Werner Wanderer	DEP	PR	1
Élcio Álvares	SEN	ES	1
Guilherme Palmeira	SEN	AL	2
Henrique Almeida	SEN	AP	1
João Rocha	SEN	TO	1
Josaphat Marinho	SEN	BA	2
Julio Campos	SEN	MT	1
Marco Maciel	SEN	PE	2
Odacir Soares	SEN	RO	2

FONTE: TSE e DIAP, 1993.

PREFEITOS ELEITOS EM 1992, POR PARTIDO E ESTADO.

UF	15	25	11	45	14	12	20	26	22	29	13	40	36	41	33	18	OUTR	TOTAL	% PFL	CAPIT
AC	6	2	10	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	22	9.09	PT
AM	21	4	1	5	0	0	0	2	2	15	0	0	0	1	1	0	0	52	7.69	PDC
AP	2	7	0	1	0	0	1	0	0	0	2	1	0	1	0	0	0	15	46.67	PSDB
PA	56	6	10	3	4	8	0	0	2	12	0	0	0	0	0	12	4	117	5.13	PFL
RO	6	3	2	3	0	5	0	7	4	0	3	2	0	0	0	0	5	40	7.50	PSDB
RR	0	0	1	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	PDS
TO	47	21	1	2	0	7	0	3	1	35	0	0	6	0	0	0	0	123	17.07	PDC
NORTE	138	43	25	15	9	20	3	12	9	63	6	3	6	2	1	12	9	376	11.44	1
AL	10	14	5	7	0	0	29	7	8	5	0	0	0	0	0	7	6	98	14.29	PSB
EA	67	134	25	12	57	11	0	0	57	34	0	0	0	0	0	6	12	415	32.29	PSDB
CE	23	11	13	89	0	24	0	0	3	12	2	0	2	0	0	0	3	182	6.04	PMDB
MA	15	44	0	8	18	6	11	0	0	5	0	0	0	0	4	5	20	136	32.35	PSB
PB	33	56	0	2	0	18	0	5	3	0	0	30	9	0	0	10	8	174	32.18	PDT
PE	33	56	0	2	0	18	0	5	3	0	0	30	9	0	0	10	8	174	32.18	PMDB
PI	18	74	20	6	16	7	0	0	3	4	0	0	0	0	0	0	0	148	50.00	PSDB
RN	43	52	19	3	0	5	0	1	25	1	1	1	0	0	0	0	0	151	34.44	PSB
SE	17	29	7	2	0	3	0	0	2	4	0	0	0	4	5	0	2	75	38.67	PDT
NORDESTE	259	470	89	131	91	92	40	18	104	65	3	61	20	4	9	38	59	1553	30.26	0
GO	131	17	7	3	0	0	0	23	10	15	0	0	13	0	0	10	3	232	7.33	PT
MS	18	12	8	2	20	6	0	0	2	2	0	0	1	0	0	6	0	77	15.58	PMDB
MT	11	44	5	0	24	12	0	2	7	8	1	0	3	0	0	0	0	117	37.61	PDT
CENTROES	160	73	20	5	44	18	0	25	19	25	1	0	17	0	0	16	3	426	17.14	0
ES	17	4	4	4	8	22	0	0	3	3	0	4	0	0	0	0	2	71	5.63	PSDB
MG	250	174	32	58	61	25	0	0	59	28	0	0	18	0	0	0	48	753	23.11	PT
RJ	29	9	0	4	3	25	0	1	4	0	1	3	0	2	0	0	0	81	11.11	PMDB
SP	300	73	74	57	31	0	0	0	17	0	14	0	19	29	0	0	10	624	11.70	PDS
SUDESTE	596	260	110	123	103	72	0	1	83	31	15	7	37	31	0	0	60	1529	17.00	0
PR	168	40	0	15	25	40	0	0	6	6	1	0	0	0	0	76	0	377	10.61	PDT
RS	163	16	117	2	14	102	0	0	3	0	7	2	1	0	0	0	0	427	3.75	PT
SC	108	61	60	2	1	16	0	0	3	0	0	0	8	0	0	0	1	260	23.46	PPS
SUL	439	117	177	19	40	158	0	0	12	6	8	2	9	0	0	76	1	1064	11.00	0
TOTAL	1592	963	421	293	287	360	43	56	227	190	33	73	89	37	10	142	132	4948	19.46	1 PFL

Fonte: FSP, 17.11.92.

PARLAMENTARES ELEITOS PELO PFL EM 1994.

NOME	CARGO	ESTADO	MANDATO
ABELARDO LUPION MELLO	DEP	PR	2
ADAUTO PEREIRA	DEP	PB	4
ALEXANDRE CERANTO	DEP	PR	1
ALEXANDRE COSTA	SEN	MA	4
ALVARO GAUDENCIO NETO	DEP	PB	1
ANTONIO CARLOS MAGALHAES	SEN	BA	1
ANTONIO DOS SANTOS	DEP	CE	2
ANTÔNIO FREITAS NETO	SEN	PI	1
ANTONIO JOAQUIM ARAUJO FILHO	DEP	MA	1
ANTONIO UENO	DEP	PR	8
ARACELY DE PAULA	DEP	MG	2
AROLDE DE OLIVEIRA	DEP	RJ	4
AROLDO CEDRAZ	DEP	BA	2
ATILA LINS	DEP	AM	2
AUGUSTO CARLOS GARCIA DE VIVEIROS	DEP	RN	1
BENEDITO DE LIRA	DEP	AL	1
BENITO GAMA	DEP	BA	3
CARLOS ALBERTO DE SOUSA	DEP	RN	2
CARLOS ALBERTO DE SOUZA ROSADO	DEP	RN	1
CARLOS ALBERTO SILVA	DEP	AM	1
CARLOS CARMO ANDRADE MELLES	DEP	MG	1
CARLOS MAGNO COSTA GARCIA	DEP	SE	1
CARLOS PATROCINIO	SEN	TO	2
CESAR BANDEIRA	DEP	MA	2
CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO	DEP	PI	1
CLAUDIO CAJADO	DEP	BA	1
DARCI MARTINS COELHO	DEP	TO	2
DAVI ALVES SILVA	DEP	MA	2
EDISON LOBAO	SEN	MA	1
EFRAIM MORAIS	DEP	PB	2
ELISEU MOURA	DEP	MA	1
ELISEU RESENDE	DEP	MG	1
ERALDO TINOCO MELO	DEP	BA	4
FATIMA PELAES	DEP	AP	2
FRANCELINO PEREIRA	SEN	MG	1
FRANCISCO MILHOMEM COELHO	DEP	MA	3
HERACLITO FORTES	DEP	PI	4
HUGO NAPOLEAO	SEN	PI	2
HUGO RODRIGUES DA CUNHA	DEP	MG	2
HUMBERTO SOUTO	DEP	MG	6
IBERE FERREIRA DE SOUZA	DEP	RN	4
INOCENCIO OLIVEIRA	DEP	PE	6
JAIME FERNANDES FILHO	DEP	BA	1
JAIME MARTINS FILHO	DEP	MG	1
JAIR SIQUEIRA	DEP	MG	1
JAIR SOARES	DEP	RS	2
JAIRO AZI	DEP	BA	4
JAIRO CARNEIRO	DEP	BA	3
JOAO BATISTA DE JESUS RIBEIRO	DEP	TO	1
JONAS DA SILVA	SEN	MT	1
JONIVAL LUCAS	DEP	BA	3
JORGE MALULY NETO	DEP	SP	5

JOSE AGRIPINO	SEN	RN	2
JOSE CARLOS ALELUIA	DEP	BA	2
JOSE CARLOS VIEIRA	DEP	SC	1
JOSE JORGE VASCONCELOS	DEP	PE	4
JOSE MENDONCA BEZERRA	DEP	PE	5
JOSE MUCIO MONTEIRO	DEP	PE	2
JOSE ROCHA	DEP	BA	1
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	DEP	MG	3
JOSE SARNEY FILHO	DEP	MA	4
JULIO CESAR LIMA	DEP	PI	1
LAEL VARELLA	DEP	MG	3
LEUR LOMANTO	DEP	BA	6
LUCIANO PIZZATTO	DEP	PR	2
LUIS EDUARDO MAGALHAES	DEP	BA	3
LUIZ BRAGA	DEP	BA	1
LUIZ MOREIRA	DEP	BA	2
MANOEL CASTRO	DEP	BA	3
MARILU GUIMARAES	DEP	MS	2
MAURICIO NAGIB NAJAR	DEP	SP	2
MAURO FECURY	DEP	MA	2
MAURO RIBEIRO LOPES	DEP	MG	1
MENDONCA BEZERRA FILHO	DEP	PE	1
MURILO PINHEIRO	DEP	AP	2
MUSSA DEMES	DEP	PI	3
NEY LOPES DE SOUZA	DEP	RN	4
OSORIO ADRIANO	DEP	DF	2
OSVALDO COELHO	DEP	PE	6
PAES LANDIM	DEP	PI	3
PAULO GOUVEA DA COSTA	DEP	SC	1
PAULO LIMA	DEP	SP	2
PAULO ROBERTO BORNHAUSEN	DEP	SC	1
PEDRO CORREA	DEP	PE	4
RICARDO BARROS	DEP	PR	1
ROBERTO FONTES	DEP	PE	1
ROBERTO MAGALHAES	DEP	PE	2
ROBERTO PESSOA	DEP	CE	1
ROBERTO PROCOPIO LIMA NETTO	DEP	RJ	1
RUBEM MEDINA	DEP	RJ	8
SALOMAO DE SOUZA CRUZ	DEP	RR	1
SERGIO BARCELLOS	DEP	AP	2
SEVERINO CAVALCANTI	DEP	PE	1
TONY GEL	DEP	PE	2
URSICINO QUEIROZ	DEP	BA	1
VICTOR PIRES FRANCO	DEP	PA	1
VILMAR DA SILVA ROCHA	DEP	GO	2
VILSON KLEINUBING	SEN	SC	1
WALDECK ORNELAS	SEN	BA	1
WERNER WANDERER	DEP	PR	2

FONTE: TSE e Folha de São Paulo, 31/10/95.

PREFEITOS ELEITOS EM 1996, POR PARTIDO E ESTADO.

ESTADO	PMDB	PFL	PSDB	PPB	PDT	PTB	PL	PSB	PSD	PT	PSC	OU-TROS ²	TOTAL
AC	9	4	0	5	0	0	0	0	0	3	0	1	22
AP	0	2	5	0	1	0	3	3	0	2	0	0	16
AM	6	12	2	22	0	9	2	0	0	1	2	5	61
PA	29	14	35	8	11	8	2	5	1	1	6	2	122
RO	18	4	8	5	6	4	0	1	0	4	1	1	52
RR	2	0	1	6	0	4	1	0	0	0	1	0	15
TO	37	32	16	41	2	7	2	0	0	1	0	0	138
NORTE	101	68	67	87	20	32	10	9	1	12	10	9	426
AL	20	9	20	7	3	2	2	10	13	0	7	8	101
BA	48	124	22	27	8	85	64	6	0	4	10	16	414
CE	22	11	78	17	10	2	4	3	30	1	1	5	184
MA	25	25	12	6	4	14	3	4	17	0	3	9	122
PB	101	53	22	5	21	2	9	4	0	0	0	6	223
PE	9	47	10	5	17	4	2	79	0	2	0	9	184
PI	41	77	24	41	6	20	3	3	0	1	0	5	221
RN	48	41	15	24	1	1	24	1	0	0	0	5	160
SE	12	17	20	7	1	2	2	3	1	1	0	9	75
NORDESTE	326	404	223	139	71	132	113	113	61	9	21	72	1684
GO	107	23	28	28	1	8	21	0	20	0	2	2	240
MT	27	33	19	3	24	12	0	0	0	1	1	6	126
MS	28	13	19	3	4	7	0	0	0	2	0	1	77
CENTRO OESTE	162	69	66	34	29	27	21	0	20	3	3	9	443
ES	19	5	19	6	12	3	3	5	1	3	0	1	77
MG	205	162	209	54	43	64	43	6	12	30	12	13	853
RJ	13	12	27	10	10	2	4	5	2	2	1	3	91
SP	109	105	221	54	26	41	22	9	19	12	0	27	645
SUDESTE	346	284	476	124	91	110	72	25	34	47	13	44	1666
PR	75	36	73	35	111	54	4	0	0	6	2	3	399
RS	158	21	5	142	85	24	2	3	0	26	0	1	467
SC	127	52	11	64	29	3	0	0	0	7	0	0	293
SUL	360	109	89	241	225	81	6	3	0	39	2	4	1159
TOTAL	1295	934	921	625	436	382	222	150	116	110	49	138	5378

Fonte: NICOLAU, 1998.

² Inclui: PPS, PRP, PMN, PV, PSL, PST, PT do B, PSDC, PRTB, PSN, PRONA e PTN.

DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS EM 1998, POR PARTIDO E ESTADO.

UF	PFL	PSDB	PMDB	PPB	PT	PTB	PDT	FSB	PL	PCdoB	PSD	PPS	PMN	PSC	PV	PSL	PST	PRONA	Total
AC	3		1	1	2		1												8
AP	2	3	1			1		1											8
AM	4	1		1					1										8
PA	3	4	4	1	3	1	1												17
RO	2	2	1			1	2												8
RR		2	1	4		1													8
TO	3	1	2	2															8
NORTE	17	13	10	9	5	4	4	1	1	1									65
AL	1	2	1			1		1			1	1	1						9
BA	20	6	3	1	5	1	1		1	1									39
CE	1	12	5	1	1			1		1				1					22
MA	6	3	3				1	1	2		1			1					18
PB	3	1	5	1		1		1											12
PE	8	1	3	2	1	1		8							1				25
PI	5	1	3		1														10
RN	3		4	1															8
SE	1	1	1	1	1			1				1	1						8
NORDESTE	48	27	28	7	9	4	2	13	3	2	2	2	2	1	1				151
DF	1	1	1	2	2					1									8
GO	2	2	8	1	1				2		1								17
MT	1	3	2						1										8
MS	1	2	1	1	2	1													8
CENTROESTE	5	8	12	4	5	2	0		3	1	1								41
ES	1	3	1	1	1	3													10
MG	8	14	9	7	7	2	1		3	1							1		53
RJ	9	11	2	6	4	2	7	2		1				1	1				46
SP	8	15	5	12	14	5	4	2	2	1		1					1		70
SUDESTE	26	43	17	26	26	12	12	4	5	3	1	1		1	1				179
PR	6	5	4	5	3	6	1												30
RS	1	2	7	5	8	3	4	1											31
SC	3	1	4	4	2		2												16
SUL	10	8	15	14	13	9	7	1											77
TOTAL	106	99	82	60	58	31	25	19	12	7	3	3	2	2	1	1	1	1	513

Fonte: FSP, 10/10/98 e 08/11/98.

ANEXO 7

Porcentagem de Deputados Federais em cada partido, por mandato, em cada legislatura³.

LEGISLATURA	PARTIDO	5 ^o Mandato	4 ^o Mandato	3 ^o Mandato	2 ^o Mandato	1 ^o Mandato
01/02/87	PMDB	-	-	54,9%	55,0%	51,7%
	PFL	-	-	24,4%	25,7%	21,5%
	PDS/PPB	-	-	11,0%	7,9%	6,1%
	OUTROS ⁴	-	-	9,8%	11,4%	20,7%
	Total			100,0% (N=82)	100,0% (N=140)	100,0% (N=362)
01/02/91	PMDB	-	24,1%	25,0%	25,1%	21,4%
	PFL	-	34,5%	27,9%	18,4%	12,0%
	PDS/PPB	-	6,9%	16,2%	6,7%	7,8%
	PSDB	-	6,9%	5,9%	12,3%	7,5%
	OUTROS	-	27,6%	25,0%	37,4%	51,2%
	Total			100,0% (N=29)	100,0% (N=68)	100,0% (N=163)
01/02/95	PMDB	5,6%	16,0%	22,2%	22,8%	22,5%
	PFL	38,9%	32,0%	18,5%	17,3%	12,7%
	PDS/PPB	11,1%	16,0%	16,0%	9,3%	8,2%
	PSDB	0,0%	4,0%	13,6%	6,8%	16,8%
	OUTROS	44,4%	32,0%	29,6%	43,8%	39,7%
	Total	100,0% (N=18)	100,0% (N=25)	100,0% (N=81)	100,0% (N=162)	100,0% (N=267)

Fonte: Banco de Dados Legislativos, CEBRAP, 1997.

³ Inclui suplentes e conta o número de mandatos a partir da legislatura iniciada em 02/02/79.

⁴ Inclui PCB, PCdoB, PDC, PDT, PL, PMN, PP, PPS, PRN, PRP, PRS, PSB, PSC, PSD, PST, PT, PTB, PTR e PV.